



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS
- PPGPS**

**GÊNERO, APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES: um estudo da
implementação das Políticas de Geração de Trabalho e Renda em
Campos dos Goytacazes a partir de seus gestores e participantes**

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
ABRIL / 2015

GÊNERO, APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES: um estudo da implementação das Políticas de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes a partir de seus gestores e participantes

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Políticas Sociais, do Centro de Ciência do Homem - CCH da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, na área de Estado, Trabalho, Sociedade e Território, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Hernan Armando Mamani

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

ABRIL / 2015

GÊNERO, APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES: um estudo da implementação das Políticas de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes a partir de seus gestores e participantes

NATÁLIA SORES RIBEIRO

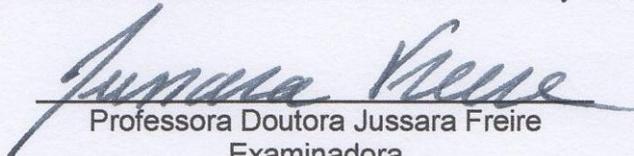
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

APROVADA: 16 / 04 / 2015

BANCA EXAMINADORA



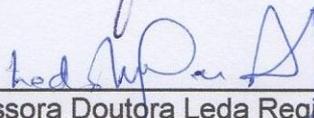
Professor Doutor Hernan Armando Mamani
Presidente / Orientador
Universidade Federal Fluminense
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Professora Doutora Jussara Freire
Examinadora
Universidade Federal Fluminense
Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Professor Doutor Marcelo Carlos Gantos
Examinadora
Universidade Estadual do Norte Fluminense



Professora Doutora Leda Regina Barros
Examinadora
Universidade Federal Fluminense

Dedico este trabalho com toda gratidão à minha mãe, pelo maior incentivo que eu poderia ter nos estudos e na vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela presença constante em minha vida e por todas as oportunidades concedidas.

À minha família por ser uma fortaleza em todos os momentos, pelo incentivo, apoio e direcionamento seguro em todas as escolhas.

Aos meus pais por toda luta para que eu me tornasse o melhor que poderia ser e ao apoio carinhoso e amigo, sempre me incentivando no alcance dos meus objetivos e me revigorando quando fracassava em algo.

Ao meu orientador Hernan Armando Mamani por me aceitar e apontar caminhos nessa árdua tarefa analítica. Também pela paciência e compromisso com meu trabalho. Posso afirmar hoje que me sinto empolgada e encantada com a Sociologia e a culpa é dele.

Aos professores Marcelo C. Gantos, Leda Barros e Jussara Freire por terem prontamente aceito meu convite para a banca. Suas contribuições são fundamentais para meu objeto de estudo.

Aos atores entrevistados que fazem com que me apaixone ainda mais pelo campo e pela pesquisa.

Ao meu namorado Plínio por aguentar meus desesperos e angústias durante a composição da dissertação, sempre dizendo que tudo daria certo. Também lhe agradeço pela revisão do texto, e, principalmente, por todo companheirismo e compreensão. Te amo!

Aos amigos do mestrado: Késia, Diogo, Gabriela, Ana Carolina, Marley, Eduardo e Evandro. Vocês foram fundamentais para a realização dessa etapa da minha vida. Conseguimos algo que parecia impossível num ambiente onde, muitas vezes, se vivencia e incentiva o individualismo: construir uma amizade sincera, verdadeira, a qual carregarei para toda a vida. Nos encontraremos muito nessa estrada e assim que tudo passar brindaremos.

Às minhas queridas amigas de todo sempre: Lais, Márcia e Carol, pela compreensão, carinho e força. Vocês são incríveis! À Carol, ainda, agradeço a super ajuda nos títulos do trabalho, minha amiga mais criativa. Amo vocês.

À todos os professores da UENF que contribuíram grandemente para minha formação acadêmica.

À todos os funcionários dessa Universidade que indiretamente participaram deste trabalho

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

GÊNERO, APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES: um estudo da implementação das Políticas de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes a partir de seus gestores e participantes

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

Orientador: Profº Drº Hernan Armando Mamani

RESUMO: Esta Dissertação busca compreender como se dá a implementação das Políticas de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes -RJ a partir das representações da qualificação, dos mercados de trabalho e, em especial, do gênero que as orientam. Assim, considera como são apropriadas, enquanto recursos, pelos atores e os sentidos que esses lhes atribuem. Tais Políticas incluem cursos desenvolvidos pela prefeitura e pelo governo federal, a saber o PRONATEC. A primeira oferece cursos de “inclusão produtiva” e tem um público majoritariamente feminino oriundo da Política de Assistência Social e cursos pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda. O segundo oferta o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que se subdivide em: Cursos de “formação inicial e continuada” com um público, também, encaminhado da Assistência e com os técnicos, geridos pelo Ministério da Educação. Percebe-se que o PRONATEC se apresenta como a política mais afinada às características atuais dos mercados de trabalho, subordinando programas de formação profissional e articulando políticas já existentes em âmbito local. Porém, tende a preservar a cisão já existente entre os públicos da Assistência e Educação, bem como entre jovens e pessoas com idade superior à demandada para o mercado de trabalho. Assim, é significativo que preserve o mesmo tipo de abordagem em relação ao gênero que as antigas políticas municipais ligadas a Assistência: visam inserir mulheres em trabalhos informais no mercado de trabalho, considerando suas atividades como complementação da renda familiar, permanece o padrão: Homem–provedor; Mulher–Ajuda. Para empreender uma análise que valorizasse as práticas e representações dos atores envolvidos foram realizadas 21 entrevistas (4 com gestores e 17 com os participantes).

PALAVRAS-CHAVES: Políticas de Geração de Trabalho e Renda, Gênero, Mercados de Trabalho.

GÊNERO, APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES: um estudo da implementação das Políticas de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes a partir de seus gestores e participantes

NATÁLIA SOARES RIBEIRO

Orientador: Profº Drº Hernan Armando Mamani

ABSTRACT: This thesis seeks to understand how the implementation of the Work and Income Generation Policies in Campos dos Goytacazes RJ from the representations of qualification, labor markets and, in particular, the genre that guide. It is therefore considered as are appropriate, as a resource, by the actors and the meanings attributed to them these. Such policies include courses developed by the city and the federal government, namely the PRONATEC. The first offers "productive inclusion" courses and has a largely female audience coming from the Social Assistance Policy and courses by the Municipal Work and Income. The second offer the National Program for Access to Technical Education and Employment which is divided into: Course "initial and continuing education" with a public also forwarded Assistance and technicians, managed by the Ministry of Education. It is noticed that the PRONATEC presents itself as the most refined policy to the current characteristics of labor markets, subordinating training programs and articulating existing policies at the local level. However, tends to preserve the existing division between public Assistance and Education, as well as between young people and people over the age of respondent to the labor market. Thus, it is significant that preserves the same kind of approach to the genre that the old municipal policies related Assistance: aim to insert women in informal jobs in the labor market, considering its activities as a complement family income, remains the standard: Man-provider; Women-Help. To undertake an analysis that valued the practices and representations of the actors involved 21 interviews were held (4 with managers and 17 participants).

Key-words: Work and Income Generation Policy, Gender, Labour Markets.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 01	39
Tabela 02	48
Figura 01	25
Figura 02	26
Figura 03	30
Figura 04	40
Figura 05	41
Figura 06	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEFAT – Conselho deliberativo do fundo de amparo do trabalhador

CQP – Centro de qualificação profissional

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

FAT – Fundo de Amparo ao trabalhador

FIC – Formação inicial e continuada

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDENOR – Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFF – Instituto Federal Fluminense

IMO – Intermediação da mão de obra

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome

MEC – Ministério da Educação

PAMT – Políticas Ativas de Mercado de Trabalho

PNAD – Pesquisa Nacional por amostra Domiciliar

PLAFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNMPO – Programa Nacional do Micro Crédito Produtivo Orientado

PROGER – Programa de Geração de Renda

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SISUTEC - Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<i>Justificativa.....</i>	<i>15</i>
<i>Recorte Teórico.....</i>	<i>16</i>
<i>Regulação, Políticas Ativas e Representações Sociais.....</i>	<i>16</i>
<i>Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Care.....</i>	<i>18</i>
<i>Questões.....</i>	<i>21</i>
<i>Metodologia.....</i>	<i>21</i>
<i>Capítulos.....</i>	<i>22</i>
CAPÍTULO I - AS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: DO QUADRO GERAL-NACIONAL À PARTICULARIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	23
<i>1.1 - O SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA.....</i>	<i>24</i>
<i>1.2 – O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC).....</i>	<i>27</i>
<i>1.2.1 – O PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA.....</i>	<i>33</i>
<i>1.3 – POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....</i>	<i>34</i>
<i>1.4 - O PRONATEC DA PERSPECTIVA DOS SEUS GESTORES.....</i>	<i>36</i>
<i>1.4.1 - O PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES.....</i>	<i>39</i>
<i>1.4.1.1- O PROGRAMA MULHERES MIL.....</i>	<i>41</i>
<i>1.5 - A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA.....</i>	<i>46</i>
<i>1.6 - O PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA DA PREFEITURA.....</i>	<i>51</i>
CAPÍTULO II - REPRESENTAÇÕES DAS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: A ÓTICA DOS SEUS PARTICIPANTES.....	57
<i>2.1 – O PRONATEC: PONTE E OPORTUNIDADE.....</i>	<i>58</i>
<i>2.1.1 – MULHERES MIL E A BUSCA DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA PÓS-QUALIFICAÇÃO.....</i>	<i>69</i>
<i>2.2 – INCLUSÃO PRODUTIVA E SONHO DO DINHEIRINHO DE CADA DIA.....</i>	<i>75</i>
<i>2.3 – A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA: MELHORIA PELA INSERÇÃO.....</i>	<i>80</i>
CAPÍTULO III - O GÊNERO E AS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.....	85
<i>3.1 – GESTORES E GÊNERO.....</i>	<i>85</i>
<i>3.2 – TRAJETÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DOS PARTICIPANTES DOS CURSOS TÉCNICOS DO PRONATEC.....</i>	<i>91</i>

3.3 – TRAJETÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA SMTR.....	97
3.3.1 - A PERMANÊNCIA EM CASA EM PROL DOS FILHOS.....	105
3.3.2 - ESCOLARIDADE, SONHOS E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118
APÊNDICES.....	122
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA GESTORES	122
ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA PARTICIPANTES	124

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata das Políticas de Geração de Trabalho e Renda no município de Campos dos Goytacazes (RJ), em particular dos cursos ofertados pela prefeitura e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), dando atenção especial ao modo em que consideram o gênero feminino. Busca compreender como se representa o gênero nessas políticas e como os recursos ofertados são apropriados pelos atores e adquirem sentido para eles.

As políticas, denominadas de geração de trabalho e renda, bem como os balcões de emprego, a promoção do empreendedorismo, o microcrédito e das frentes de trabalho fazem parte de um conjunto de políticas denominadas por Cacciamali (2005) de políticas ativas de mercado de trabalho. Estas buscam reinserir trabalhadores desempregados nos mercados de trabalho ou estimular o auto-emprego e empreendedorismo¹ de modo a poderem obter rendimentos num contexto econômico em que não há expectativa de pleno emprego. São políticas 'inclusivas' que proliferam em detrimento das políticas regulatórias clássicas - as políticas de integração mencionadas por Castel (1998) - que buscavam a proteção dos trabalhadores e homogeneização das condições de trabalho, a proteção na velhice e na doença, diminuindo o conflito entre capital e trabalho.

Da perspectiva do debate em torno da proteção social, a proliferação das políticas de inclusão, levantam dúvidas quanto a sua efetividade, na medida em que a noção de proteção inscrita na constituição de 1988, pauta-se numa noção de cidadania inspirada nas sociedades salariais (CASTEL, 1998) dos países centrais no pós-guerra, na qual a condição salarial e a regulação do emprego constituíam o elemento regulador do máximo de igualdade e o mínimo de diferença entre cidadãos (MARSHALL, 1967).

Já do viés que articula a questão feminina e a proteção social aponta-se para o fato das políticas de geração de trabalho e renda darem pouca atenção ao gênero tanto em sua formulação quanto em sua execução. Tendem a perpetuar, assim, a circunscrição feminina ao ambiente doméstico (CAMPOS e TEIXEIRA, 2010), impedindo que o princípio da igualdade de direitos homens/mulheres se concretize (PEREIRA, RAMBLA, SILVA, CIRIACO, 2010). Em consequência, estas políticas

¹ Construção de um negócio próprio, trabalhos autônomos, ainda que com recursos escassos.

mantêm a maior vulnerabilidade² feminina (ALMEIDA, 2009). (CAMPOS e TEIXEIRA (2010) e PEREIRA, RAMBLA, SILVA, CIRIACO (2010).

Diante destas preocupações, a experiência de Campos parece-nos boa de reflexão por desenvolver estas políticas há mais de quinze anos e por ter uma grande participação feminina. De fato, o município desenvolve estas políticas desde 1999 (MAMANI, 2010). Foram primeiro os cursos de pura iniciativa municipal, depois os cursos promovidos em parceria estadual-municipal e federal-municipal no âmbito dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), ao mesmo tempo em que a prefeitura mantinha seus cursos nos Centros de Qualificação Profissional (CQPs) e no Espaço do Trabalho.

No governo de Rosangela Mateus, a partir de 2009, parte dos cursos saíram da esfera da assistência para serem promovidos pela secretaria de Geração de Trabalho e Renda. Mas as mudanças mais substanciais ocorreram com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), promovido pelo Governo Federal a partir de 2011 com a finalidade de elevar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica³.

Desse modo, os CRAS, que antes ofereciam cursos à uma parcela de usuários da assistência social com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, passaram a encaminhá-la ao PRONATEC cujos cursos são desenvolvidos pelo Institutos Federais Fluminenses, pelos Sistemas S e/ou escolas da rede de Ensino Médio e outras instituições e faculdades particulares. A mudança mais significativa, neste caso, é o descolamento dos cursos de geração de trabalho e renda da assistência e a institucionalização de um sistema de “formação inicial e continuada⁴”.

Quanto às mulheres, elas constituíam 97% dos usuários das políticas de geração de trabalho e renda (ALMEIDA, 2008) sem que tal fato tenha merecido uma reflexão aprofundada sobre as causas da maior presença feminina ou sobre a eficácia das políticas em relação ao gênero (RIBEIRO, 2011 e MAMANI, 2010). Esta desatenção parece-nos significativa e reforçam o interesse por conhecer como as políticas e os gestores que promovem cursos concebem os mercados de trabalho, a

² Para Almeida (2009) significa que as mulheres se encontram mais sujeitas à riscos tanto nos mercados de trabalho, quanto em relação à proteção social e outras. Para Hirata (2007) isso quer dizer que se encontram, majoritariamente em postos de trabalho temporários, em tempo parcial, com salários menos, e outros.

³ Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/> Acesso em: 15 de outubro de 2013

⁴ Que acolhe cursos que já vinham se desenvolvendo no âmbito da Assistência Social para torná-los uma modalidade do PRONATEC.

inserção feminina nos mesmos, como orientam sua atuação para garantir a (re)inserção produtiva e como estas políticas são apropriadas pelos atores e adquirem sentido.

Justificativa

A proposta resulta do interesse já esboçado da monografia de conclusão do curso de Serviço Social, defendida em 2011, sob orientação do prof. Dr^o Hernan Armando Mamani. Na monografia tratei da relação entre gênero e política de geração de trabalho e renda, utilizando dados não levantados por mim em pesquisas realizadas entre 2007 e 2008. A partir de então, estas políticas sofreram grandes mudanças: foi criada a secretaria municipal de trabalho e renda em 2009 e promovido o PRONATEC em 2011. Sendo assim, pareceu necessário estudar estas políticas multiplicadas e diferenciadas que apareciam, agora, valorizando as representações dos gestores e alunos, atores envolvidos nas Políticas de Geração de Trabalho e Renda.

No caso das Políticas de Geração de Trabalho e Renda trata-se, certamente, de um caso de descentralização político-administrativa, largamente difundido a partir da década de 1990 (Arretche, 1999), contudo, esse não constitui o foco deste trabalho. E, apesar de ser necessário considerar o quadro geral das políticas e a proteção social do trabalho interessa mais a ação empreendida pelos atores das políticas, que origina apropriações muito específicas e construídas por meio das representações que esses têm acerca do trabalho, dos mercados e outros.

Entendemos que as representações são mais úteis para o estudo dessas Políticas, na medida em que orientam as práticas dos gestores e participantes. Para os últimos elas se traduzem em apropriações específicas e significativas, estando relacionadas às escolhas e suas trajetórias de vida; e em relação aos gestores em procedimentos e rotinas dentro dos cursos de geração de trabalho e renda, haja vista, que esses são responsáveis pela “tradução” das políticas à nível municipal e, assim, suas representações favorecem o caráter dos cursos.

Trabalhar, ainda, com as representações acerca das políticas, mercados de trabalho e gênero, permite analisar se as relações entre os sexos são entendidas e vivenciadas de maneira transversal pelas políticas. Consideramos que esta é uma abordagem original, dado que não são muitas as pesquisas que consideram gênero

e políticas ativas e menos ainda em Campos dos Goytacazes.

Portanto, alega-se que além do ineditismo trata-se de uma experiência local, “um caso particular do possível” (Bachelard, [1934] 1991: 62, apud Vandenberghe, 2011,p.21). Assim, ressaltamos a importância de analisar uma realidade empírica particular se quisermos empreender a tentativa de aproximação do mundo social nas suas complexidades, ao mesmo tempo em que dessa forma se valorizam as histórias e os valores atribuídos pelos atores.

Recorte teórico

Para tratar da problemática das Políticas de Geração de Trabalho e Renda e Gênero, buscando priorizar as apropriações e representações de gestores e participantes, é necessário que se reflitam alguns eixos analíticos, são eles: Regulação, Políticas Ativas e Representações Sociais e; Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Care. Tais eixos são importantes na medida em que as políticas de mercado de trabalho aparecem como um mecanismo de regulação dos mercados de trabalho, bem como as representações sociais e são essas últimas realizadas acerca do gênero, da divisão sexual do trabalho e do “care” que condicionam as possibilidades de inserção feminina nos mercados de trabalho.

Regulação, Políticas Ativas e representações sociais

Os mercados de Trabalho são complexos, dinâmicos e possuem uma série de elementos de ordem cultural, social, política, econômica que agem sobre eles. Segundo Chahad (2006) todos esses elementos em conjunto são seus reguladores, no entanto, é o enquadramento jurídico que tem sido internacionalmente conhecido como principal mecanismo de regulação. Esse se enquadra, em geral, nas falhas dos mercados de trabalho, buscando prevenir a injustiça e promover a segurança no emprego, contemplando a legislação de proteção ao emprego (CHAHAD, 2006).

As bases para um sistema público de emprego no país surgiram na década de 1970. No entanto, na década de 1940, sob a gestão centralizada de Getúlio Vargas surgiram cursos de capacitação profissional por meio dos serviços nacionais de aprendizagem, também chamados de “sistemas S”, de modo a proporcionarem força de trabalho para uma indústria nascente. Tais sistemas funcionam, ainda, sob

a lógica patronal e possuem uma abrangência nacional, como por exemplo, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

No Brasil a regulação estatal é propiciada pelas políticas ativas (qualificação profissional; balcões de empregos; fornecimento de Crédito; criação de postos de trabalho e medida de Apoio a Jovens) e passivas (engloba a CLT) de mercado de trabalho que juntas buscam intervir nas falhas dos mercados. Em relação aos trabalhadores que não se encaixam na legislação trabalhista específica, as Políticas Ativas atuam no sentido de incentivar melhores rendimentos e auxiliar no enfrentamento ao desemprego.

De qualquer forma, aqueles que não conseguem se integrar entre os trabalhadores assalariados estariam em uma situação de vulnerabilidade social, que para Castel (1998) implica numa concentração em subempregos, desempregos ou submetidos a baixas remunerações. Essa situação geraria uma “desfiliação”, ou seja, a ausência de sensação de integração social pelo trabalho. Para esse autor, a vulnerabilidade não é apenas determinada pela carência econômica, ou de moradia, alimentos, ou outras, mas também pela ausência de inserção em uma sociabilidade própria do trabalho assalariado. Assim o desfiliado seria aquele rompeu esses laços sociais. As Políticas Ativas, principalmente, as de qualificação (engloba as de geração de trabalho e renda - foco deste estudo) são direcionadas para esses trabalhadores que possuem dificuldade ou se encontram em situação de “vulnerabilidade”.

Contudo, para Lautier e Pereira (1990) pensar os mercados de trabalho regulados apenas pela ação estatal é insuficiente, já que os países em desenvolvimento possuem duas características marcantes: a não caracterização de um único mercado de trabalho, pois tanto as utilizações das forças de trabalho como os mecanismos de circulação são variados e determinados por múltiplos fatores que nada ou muito pouco tenha haver com o econômico (parentesco, religião, entre outros); e a existência de uma regulação institucional fraca, no “que se refere à identificação das qualificações da força de trabalho, quanto em relação às suas condições de uso, de remuneração e de proteção social” (LAUTIER, e PEREIRA, 1990, p.128).

Tendo a sociedade salarial declinado, novas formas de regulação dos mercados são necessárias de serem refletidas. Assim, tal como afirmam Lautier e

Pereira (1990, p.131) as representações são categorias predominantes na determinação dos mercados de trabalho. “É antes de tudo o sistema de representações do trabalho (sistema que tem nas redes e nos elementos de sua reprodução) que assumem o papel de instância reguladora”.

Isso permite inferir que os trabalhadores se engajam em alternativas, que são escolhas próprias, mas também condicionadas e o mercado de trabalho com relações formalizadas deixa de se constituir o determinante “do destino dos indivíduos” (LAUTIER e PEREIRA, 1990, p.134). Nesse sentido, infere-se que são suas representações e daqueles que executam as políticas em âmbito local que estruturam e regulam mais os mercados de trabalho, em detrimento do que a própria legislação estatal estabelece.

Gênero, divisão sexual do trabalho e care

As mulheres, apesar de terem participado dos “grandes e pequenos eventos da história humana”, como afirma Scott (1989, p.29), foram secularmente afastadas da escrita oficial dessa e suas experiências tidas como menos importantes, o que propiciou a publicização da história apenas dos homens. Portanto, incorporar suas perspectivas e vivências não significa criar uma versão exclusiva das mulheres, pelo contrário, é oportunizar a compreensão de como se estruturam as próprias relações sociais, a política, as instituições, o mercado de trabalho e outros, mediante a adoção do gênero como uma categoria de análise.

O conceito desse termo, cunhado pela autora supracitada (Scott, 1989, p.21), como “elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos”, sendo “uma forma primeira de significar as relações de poder”, a qual sempre se exerce de forma hierárquica é de suma importância, na medida em que fornece respaldo para uma análise da organização da vida social.

Esse contempla a percepção ao mesmo tempo dos símbolos que justificam a supremacia do homem em relação à mulher; as normas criadas tendo como base esses símbolos e reproduzidas nas instituições sociais; a construção fixa e binária entre homens e mulheres e; a identidade subjetividade criada a partir desses fatores. Isso significa dizer que o afastamento das mulheres do mundo público e sua “dedicação” ao lar foram construídos socialmente.

A inclusão da categoria gênero na academia se deu atrelada a influência do

movimento feminista, nascente nos anos de 1960 nos Estados Unidos, que se tornaram difundidos nos anos de 1970 se expandindo para países europeus e latino-americanos. Os Movimentos Sociais de “liberalização das mulheres reivindicaram, portanto, um caráter inovador em face à tradição dos saberes disciplinar” (MACHADO, 1997, p. 94).

A partir desses estudos o masculino e o feminino, ou seja, características históricas imputadas aos sujeitos com base na diferença sexual (biológica) começaram a ser questionadas, tornando o binarismo insuficiente para explicar a complexidade da realidade e dos seres humanos. Por assim dizer, o gênero permite decodificar os sentidos que as coisas adquiriram ao longo do tempo. Por isso, Scott (1989) considera que “homens” e “mulheres” não são categorias fixas, mas permeadas por uma infinidade de possibilidades.

“Homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1989, p.28)

Dito dessa forma, o gênero, como categoria de análise, dispensa as definições biologizantes e entende que essas serviram para instituir uma dominação masculina que naturaliza e dá legitimidade as posições ocupadas por homens e mulheres. Segundo a enciclopédia Einaud (1989) para essas teorias, haveria um polo positivo (homem) e outro negativo (mulher), haja vista, se estabelecerem em símbolos construídos sobre pares dualistas, como alto e baixo, quente e frio, claro e escuro, ativo e passivo.

Desse modo, a diferença anatômica percebida nos corpos serviu como justificativa natural para determinar os comportamentos, que são sociais. Assim, as mulheres foram tidas como seres incapazes intelectualmente, frágeis, caseiras, passivas, dotadas pelo dom da maternidade enquanto os homens, a seu oposto, como fortes, viris, inteligente.

Nesse esquema, Sarti (1996) evidencia que a mulher seria chefe da casa e o homem chefe da família, sendo que a primeira está inserida na segunda. O homem, então, seria o responsável por estabelecer todas as relações externas, mediando às relações da casa com o mundo externo. Ele é quem garantiria respeito e faria da família uma unidade positiva de moralidade.

Segundo Bourdieu (2010) as diferenças construídas a partir dos corpos estruturaram uma divisão sexual do trabalho. Para Hirata e Kergoat (2007) esse conceito surgiu, também, atrelado ao movimento feminista da França dos anos de 1970 e trata-se não apenas de denunciar as desigualdades como refletir o trabalho em si (no lar e o profissional).

Interessa compreender que as diferenciações nas funções e trabalhos de homens e mulheres são sistemáticas e servem para criar um sistema de gênero, ou seja, tarefas hierarquizadas, como tratar as do homem como principais e mais importantes e as das mulheres a seu oposto como simples e sem importância. Busca, portanto, compreender a raiz das desigualdades e considerar o trabalho doméstico tanto quanto o profissional.

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão específica” que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros e, sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 597)

Desta forma, as atividades femininas, que envolvem principalmente o cuidar de si e dos outros (care)⁵, tendem a permanecer circunscritas à esfera doméstica e não são consideradas trabalho, na medida em que não são remuneradas, que não estão envolvidas no circuito de valorização do capital⁶. Igualmente quando são pagas mantem-se como atividades femininas sujeitas à desvalorização econômica e simbólica.

De fato, como apontado por Hirata e Guimarães (2012) as atividades e as profissões ligadas ao cuidado (care) tem se expandido nas últimas décadas, em consequência do crescimento dos serviços (setor serviços) e com isso houve uma “maciça” entrada de mulheres nesses mercados. Contudo grande número dessas atividades mal remuneradas valem-se de competências e qualidades adquiridas na esfera doméstica sem o devido reconhecimento (ABREU e SORJ, 1994) como o

⁵ Segundo essas autoras (idem, 2012), a tradução do “care” pode adquirir variados significados, na medida em que se constitui como um termo polissêmico e, muitas vezes, mais amplo do que as palavras em português podem dar conta. Algumas traduções possíveis são: “cuidado, solicitude, atenção ao outro”. Aos “cuidadores” dar-se o nome de “caregivers”, podendo significar a atenção aos bens materiais de outros, no caso, das empregadas domésticas, até o cuidado ao outro. E apesar de serem as mulheres a desenvolver esse trabalho, é de responsabilidade de toda sociedade.

⁶ Toda a teoria econômica restringe o trabalho à trabalho assalariado.

cuidado dos idosos, deficientes, crianças e outros.

Muito além da inserção feminina nos mercados de trabalho, a noção de “care” admite uma positividade e uma generalização, que pode ser vista como:

uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e auto-sustentável (FISHER e TRONTO, 1990 apud TRONTO, 2007. p.287)

A análise do “care” é de fundamental importância, na medida, em que proporciona o entendimento das vivências e experiências das mulheres que buscam determinados tipos de cursos de Geração de Trabalho e Renda, o fato de abdicarem de suas próprias vidas para se dedicarem a criação dos filhos. Assim, o “care” se constitui, também, em numa categoria indispensável a essa dissertação.

Questões

1. Como as políticas representam os mercados de trabalho e a qualificação
2. Como essas são ajustadas no município de Campos dos Goytacazes.
3. Como o gênero feminino é incluído e representado nesses quadros.
4. Como os participantes dessas políticas as avaliam e se apropriam desse recurso.
5. Quais os resultados dessas políticas a nível local.

Metodologia

Para responder as questões propostas, no sentido de valorizar as trajetórias, representações e práticas a pesquisa se orientou a partir de uma abordagem qualitativa. Realizou, para tanto, entrevistas semiestruturadas aos gestores (4), e ao público das políticas de Geração de Trabalho e Renda desenvolvidos no município (17). Realizamos, também, uma pesquisa documental que reuniu legislações e cartilhas nacionais encontradas sobre as políticas e seu funcionamento. Finalmente, ambas, entrevistas e documentos serviram para análise de conteúdo.

Para preservar a identidade dos atores entrevistados, não utilizamos os

nomes dos gestores e aos participantes das políticas atribuímos nomes fictícios. A pesquisa de campo foi realizada em 2014, principalmente, entre os meses de maio e junho, sendo que algumas entrevistas precisaram ser feitas posteriormente.

Os capítulos

De modo a responder as questões propostas, os capítulos que se seguem são pensados articuladamente entre empirismo e teoria. Assim, o primeiro capítulo se propõe a apresentar o quadro mais amplo das Políticas de Geração de Trabalho e Renda, bem como apresentar as apropriações e representações locais dos gestores. Neste é possível perceber como eles consideram as políticas, a qualificação e os mercados de trabalho.

O segundo capítulo apresenta um paralelo ao primeiro, já que se propõe a discutir as apropriações feitas pelos participantes das políticas suas representações acerca dos mercados de trabalho e da qualificação.

E o Terceiro discute as possibilidades de inserção feminina nos mercados de trabalho do município a partir das trajetórias de vida das mulheres e da representação de gênero dos gestores. São as trajetórias delas, marcadamente influenciadas pelas relações assimétricas entre homens e mulheres e suas representações de gênero que orientam suas ações, escolhas das políticas e nos mercados de trabalho. Da mesma forma, como são as representações dos gestores nesse quesito que criam rotinas inerentes ao tratamento ofertado às mulheres pelas políticas.

CAPÍTULO I

AS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: DO QUADRO GERAL-NACIONAL À PARTICULARIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

As Políticas de Geração de Trabalho e Renda, conforme visto na introdução, são classificadas sob diversos rótulos. Barros e Carvalho (2002, p. 61), por exemplo, as denominam de “Políticas estruturais diretas de combate ao desemprego e a baixa produtividade e remuneração”, enquanto Cacciamalli (2005) as denomina “políticas ativas de mercado de trabalho”.

A primeira classificação justifica-se por essas estarem inseridas nas políticas ativas que para esses autores (BARROS e Carvalho, 2002) se pautam no combate ao desemprego friccional, descasado e o estrutural. O desemprego friccional originar-se-ia na desinformação por parte dos trabalhadores acerca do mercado de trabalho; o descasado corresponderia à falta de qualificação dos trabalhadores para suprirem a demanda e o estrutural ocorreria quando não existem postos de trabalho suficientes.

Já para Machado e Neto (2011) e Cacciamali (2005, p. 104) as políticas ativas de mercado tem o “objetivo de diminuir os mecanismos concentradores do mercado de trabalho e/ou a sua eficiência alocativa”.

Independente da classificação, ambos os termos aludem ao mesmo conjunto de políticas: o serviço público de intermediação de mão-de-obra e orientação para o mercado de trabalho; o sistema nacional de capacitação e treinamento; desenvolvimento de pequenas e micro empresas e de atividades por conta própria; criação de empregos transitórios; e medidas de apoio aos jovens.

Nesta dissertação damos ênfase às políticas que pretendem sanar o desemprego descasado, que no município são desenvolvidas pelo PRONATEC, pela Inclusão produtiva (cursos de geração de trabalho e renda desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Família e Assistência Social) e pelos cursos ofertados pela secretária de Geração de Trabalho e Renda.

Consideramos, como apontado por Cacciamalli (2005, p.86), que :

Cada tipo de programa que compõe a agenda das políticas ativas de

mercado de trabalho encontra-se amparado em uma justificativa teórica, que, em geral, centra-se em argumentos de custos ou de assimetria de informações no mercado.

Assim, este capítulo se propõe a apresentar as Políticas de Geração de Trabalho e Renda implementadas no município de Campos dos Goytacazes, no marco das políticas que atuam sobre os mercados de trabalho, buscando compreender os quadros de referência que orientam a política e os gestores.

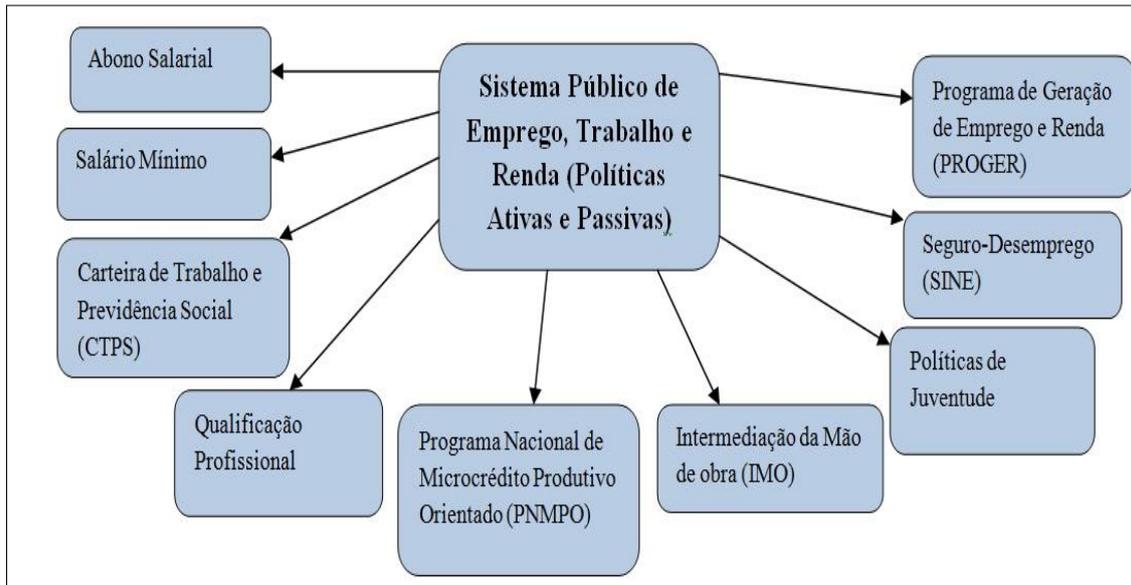
1.1 O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

As políticas ativas de mercado de trabalho compõem junto às políticas passivas (que proporcionam rendimentos mínimos àqueles que não conseguem se inserirem economicamente, mas estão cobertos pelas regulamentações celetistas) o sistema público⁷ de emprego (MACHADO e NETO, 2011) e tem no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) o principal gestor. Essas políticas tiveram início no Brasil a partir da constituição desse sistema no final da década de 1970. Atualmente as políticas passivas são (ver figura 1):

- O Abono Salarial - se constitui no pagamento de 1 salário mínimo anual aos trabalhadores cadastrados há pelo menos 5 anos no Programa de Integração Social (PIS) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e que recebeu em média até 02 salários mínimos mensais no ano anterior; o próprio salário mínimo;
- A Carteira de Trabalho - como consolidação das leis trabalhistas (CLT) e o Seguro desemprego.

⁷ Os dados que seguem são oriundos dos sites do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da cartilha “Políticas Sociais: acompanhamento e análise”⁷ do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lançada em 2014.

Figura 1 – Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda



FONTE: <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/> e elaboração da autora em 2015

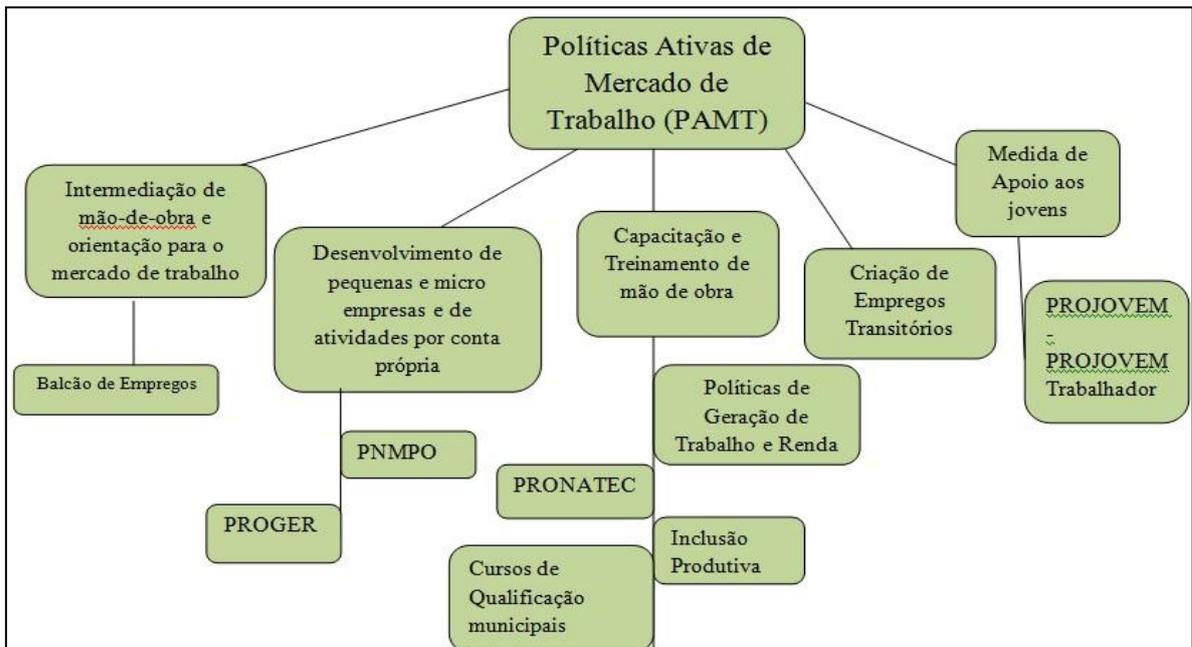
Quanto às políticas ativas são (ver figura 2):

- O Programa Nacional do Micro crédito Produtivo Orientado (PNMPO) - corresponde ao crédito concedido às pessoas físicas ou jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Sendo considerados microempreendedores populares pessoas com renda anual de até R\$ 120 mil;
- Os serviços de Intermediação da mão de obra (IMO) - fica à cargo do Sistema Nacional de Emprego (SINE), sendo uma atividade que objetiva (re)colocar o trabalhador no mercado de trabalho. Para isso, o SINE dispõe de informações acerca das exigências dos empregadores ao disponibilizarem vagas junto aos seus postos de atendimento;
- As Políticas de Juventude - o Programa Nacional de Inclusão do Jovem (PROJOVEM) visa preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda. Em geral essas políticas para a juventude se articulam com outras, como qualificação e intermediação;
- O PROGER - oferece linhas de crédito para interessados investirem em crescimento e modernização de seu negócio ou obter recursos para o custeio de sua atividade;
- A Qualificação Profissional - organizada pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), é composto por Projetos Territoriais de Qualificação (PLANTEQs), Planos Setoriais de Qualificação (PLANSEQs) e pelos Projetos Especiais de Qualificação

(PROESQs).

As Políticas Públicas de Qualificação devem contribuir para promover a integração das políticas, principalmente com as de Trabalho, Emprego e Renda e com as de educação e desenvolvimento. As Políticas de Qualificação se situam na fronteira do Trabalho e da Educação e tem como público alvo trabalhadores sem ocupação, em situação de vulnerabilidade.

Figura 2 – Políticas Ativas de Mercados de trabalho (PAMT)



Fonte: Elaborado pela autora com subsídios de CACCIAMALI (2005), MACHADO e NETO (2011)

Este conjunto de políticas vem sendo promovidas há, aproximadamente 20 anos. Tanto os governos de Fernando Henrique Cardoso como os de Lula as priorizaram. O primeiro enfatizou as políticas de microcrédito e capacitação profissional, por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) criado em 1995, buscando atender a população com dificuldades de inserção nos mercados de trabalho, como grupos étnicos, mulheres, indígenas, pessoas com menor escolaridade, entre outros. O segundo substituiu o PLANFOR pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ) em 2003 e articulou a política de geração de trabalho e renda com a política de Assistência através do “Fome Zero” (MAMANI, 2010, p.39). Ambos os planos recebiam financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por meio da fiscalização do Codefat (Conselho deliberativo do

fundo de amparo ao trabalhador).

Observa-se que, apesar do MTE ser o principal gestor do Sistema Público de Trabalho e Renda, as Políticas de Geração de Trabalho e Renda englobam progressivamente ações transversais, também, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)⁸, do Ministério da Educação (MEC) dentre outros. Além disso, são de iniciativa federal e geridas de forma descentralizada. Vale dizer que podem se articular a outras políticas e ministérios ou dar origem, ainda, políticas estaduais ou municipais, atendendo a públicos diferenciados⁹.

Compreender isso é necessário quando se ajusta o olhar sobre o município de Campos dos Goytacazes. Porém, antes de tratar as políticas locais de geração de trabalho e renda é preciso tratar do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

1.2. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pela lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011, como proposta do governo federal para a qualificação da força de trabalho adequada às exigências dos mercados de trabalho regionais e ampliação das ofertas de cursos em educação profissional e tecnológica¹⁰, acompanhada de aumento de sua rede física. Tal Política constitui a principal Política Nacional de Qualificação sob a presidência de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores.

O referido programa é instituído e regulado por inúmeras portarias além de

⁸ Assim, a partir dos anos 2000 o Estado do Rio de Janeiro criou o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) que objetivava melhorar as condições de vida das famílias mais carentes pela inserção das mesmas nos mercados de trabalho através da qualificação profissional. Com os mesmos objetivos foi criado o PAIF a nível federal em 2004. Dessa forma, a construção do Sistema único de Assistência Social (SUAS) em 2005 representaria “a efetivação do compromisso com o paradigma da universalização do direito à proteção social fundada na cidadania, superando as ideias tutelares e de assistencialismo” buscando construir uma política pública de direção universal e de direito de cidadania. (BRASIL, 2008 apud MAMANI, 2010). Em termos operacionais, a universalização implica em que em cada localidade o acesso à rede de assistência social (porta de entrada) dá pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) que por sua vez trabalham associados ao PAIF.

⁹ Em Campos dos Goytacazes a prefeitura optou por manter a inclusão produtiva como uma ação municipal, apesar de o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) ter absorvido esses programas em outros municípios. Isso será discutido mais adiante. Não serão abordadas neste momento as políticas de capacitação e treinamento de mão de obra, pois esse será o objetivo dos próximos itens.

¹⁰ Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec>
Acesso em: 18/01/2015

legislação específica¹¹, na medida em que se constitui como uma política complexa que visa, além de unificar vários programas já existentes no país - transitando por várias políticas públicas em diversos âmbitos – dar assistência técnica e financeira para as entidades ofertantes dos cursos por meio da bolsa formação para estudantes e trabalhadores; instituir um sistema informatizado para a seleção, inscrição e frequência de novos alunos, etc.

O PRONATEC objetiva atender, prioritariamente, um público específico, conforme estabelecido no artigo 2º da referida legislação:

I- Estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; II- Trabalhadores; III- beneficiários dos programas federais de transferência de renda e IV- estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento (BRASIL, 2011, p.1)

Quanto ao gênero feminino, o programa pretende estimular a participação das “mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da bolsa-formação” (BRASIL, parágrafo 4º, 2011, p.1).

São objetivos do programa::

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e

¹¹ Portaria nº 701, de 13 de agosto de 2014; Portaria MEC nº 114, de 7 de Fevereiro de 2014; Resolução/CD/FNDE nº 50, de 11 de dezembro de 2013; Resolução/CD/FNDE nº 39, de 10 de outubro de 2013; Resolução/CD/FNDE nº 30, de 5 de julho de 2013; Resolução CD/FNDE nº 4, de 16 de março de 2012; Resolução nº 06, de 12 de Março de 2012; Portaria SETEC/MEC nº 01, de 29 de Janeiro de 2014; Portaria Nº 1007, de 09 de outubro de 2013 ; Portaria Nº 20, de 27 de junho de 2013; Lei Nº 12.816, de 05 de junho de 2013 ; Portaria Nº 362, de 26 de Abril de 2013; Resolução Nº 8, de 20 de março de 2013 ; Resolução Nº 7, de 20 de março de 2013; Resolução Nº 6, de 12 de março de 2013 ; Portaria Nº 168, de 07 de março de 2013 ; Portaria Nº 161, de 06 de março de 2013 ; Portaria Nº 160, de 05 de março de 2013 ; Decreto Nº 7721, de 16 de abril de 2012 ; Portaria Nº 1.568, de 3 de Novembro de 2011; Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011 ; Decreto Nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011.

tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011, p. 1).

À primeira vista a nova política parece distanciar-se dos cursos profissionalizantes, disponibilizados, antes, pela prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes tanto pelos cursos que oferece quanto por se destinarem a um público mais amplo. Mas, como será visto adiante, ainda não há elementos para avaliar os resultados da política.

O PRONATEC atua em duas linhas distintas de ação. Uma atende jovens provenientes da rede pública de ensino médio, aos quais oferece cursos técnicos com carga horária de 800 à 1.200 horas, pautados nas diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação. A outra absorve boa parte do público dos programas da assistência, ofertando cursos de curta duração, com carga horária que varia de 160 a 400 horas¹², denominados de Formação Inicial e Continuada (FIC). Esta modalidade - chamada de PRONATEC Brasil sem Miséria (BSM) constitui uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o MEC e será descrito adiante.

Quanto à gestão, o PRONATEC é gerido e coordenado em âmbito nacional pelo Ministério da Educação. Trata-se de uma política centralizada desde o ponto de vista da concepção e o controle mas descentralizada na execução. É centralizada, na medida em que as decisões, concepção e formulação das diretrizes se dão em Brasília. É o MEC que administra o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), onde são monitoradas as instituições, matrículas, frequência e outras.

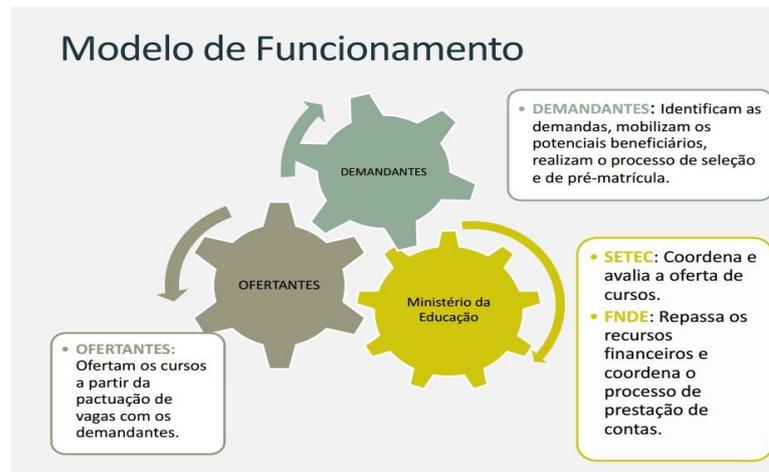
A descentralização se dá na execução. Significa dizer que as instituições que oferecem cursos pelo programa a nível local são ofertantes que realizam uma pactuação com os demandantes, no caso, a Secretaria de Estado de Educação (técnicos para àqueles que estão no 2º e 3º do Ensino Fundamental) e a Secretaria Municipal de Assistência Social (cursos de formação inicial e continuada) para negociarem os cursos que desejam ofertar. Esses, por sua vez, devem constar no catálogo nacional de cursos técnicos ou no catálogo nacional de cursos FIC (ambos

¹² Para a sucoordenadora do PRONATEC no IFF- Centro, o PRONATEC é um programa que contempla vários subprogramas, ele busca fazer a expansão da rede federal, expansão física e atua na oferta de cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada, cada um atendendo um público estudantes ou pessoas em estado de vulnerabilidade social (Subcoordenadora adjunta, 2014).

disponíveis no site do MEC e formulado por esse órgão).

É necessário que as ofertantes sejam habilitadas pelo MEC no curso que escolheram. Existem, ainda, outros órgãos demandantes, como Ministério do Trabalho e Emprego, da Juventude, o próprio Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC) para quem já concluiu o ensino médio. O sistema abaixo demonstra como o PRONATEC funciona.

Figura 3: Modelo de funcionamento do PRONATEC



Fonte: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz, 2013¹³

A avaliação das propostas de curso e instituições ofertantes é da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que seleciona com base em critérios como: disponibilidade orçamentária da SETEC/MEC, valor da hora/aluno apresentado pelo curso. Qualquer instituição, pública, privada ou patronal, como os sistemas S, pode participar da seleção, desde que tenha registro no MEC, possua habilitação para ofertar o curso proposto, que sua mantenedora seja idônea, entre outros quesitos.

Os alunos fazem jus a uma bolsa-formação para custear os cursos, bem como contam com auxílio de valor variável para transporte e alimentação.

§ 4º Os valores das bolsas-formação concedidas na forma prevista no caput correspondem ao custo total do curso por estudante, incluídos as mensalidades, encargos educacionais e o eventual custeio de transporte e alimentação ao beneficiário, vedada cobrança direta aos estudantes de taxas de matrícula, custeio de material

¹³ Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/>
Acesso em: 12/12/2014

didático ou qualquer outro valor pela prestação do serviço. (BRASIL, 2011, p.3)

E o montante previsto de repasse para essas é igual ao número de vagas abertas e pactuadas, mediante confirmação de matrícula pelo próprio aluno no SISTEC, devendo ser devolvida a verba referente ao aluno evadido. Segundo o § 4º do art. 6º da lei 12.513/11, a bolsa formação corresponde ao custo total por aluno no curso, ou seja, inclui todos os seus gastos nesse período. Quanto aos recursos, provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)¹⁴.

As bolsas formação são de dois tipos. Uma destina-se a alunos dos cursos de formação inicial continuada, beneficiários de programas assistenciais e ao trabalhador (bolsa formação trabalhador). Outra destina-se aos alunos dos cursos técnicos de nível médio (bolsa formação estudante) nas modalidades concomitante, integrada ou subsequente e também para os alunos de formação de professores na qualidade normal médio. Todos esses cursos compreendem, segundo o art. 5º da lei em questão modalidades da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011).

O programa remunera, também, os professores dos cursos por meio do pagamento de bolsas, não se caracterizando como vínculo empregatício. Em geral realizam-se processos seletivos simplificados para a escolha de professores. Porém, à legislação do programa permite que se aproveitem professores da rede profissional e tecnológica das instituições públicas nas atividades do PRONATEC desde que não haja prejuízo da carga horária já desenvolvida na instituição (BRASIL, Art. 9º, 2011).

Quanto ao processo de seleção dos alunos dos cursos técnicos, este é feito atualmente pelo Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC), criado em 2013 pelo MEC, com base na nota do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) para aqueles que já concluíram o ensino médio. Antes do sistema de seleção unificada eram as próprias instituições que selecionavam os candidatos a partir de seus próprios critérios e o PRONATEC não disponibilizava vagas àqueles que já haviam concluído o ensino médio, funcionando apenas para estudantes. Os demais podiam, apenas, se inscrever na modalidade FIC.

¹⁴ A assinatura do bolsista a um termo de compromisso que autoriza o FNDE a creditar seu valor em favor da instituição. A bolsa formação é o valor pago para cada aluno mensalmente às instituições. Disponível em: http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/res_50_111213.pdf Acesso em: 10/12/2014

As vagas do SISUTEC são destinadas aos candidatos que cursaram o ensino médio em escola da rede pública. O programa também aceita as pessoas que se formaram em instituições particulares, desde que tenham concluído o nível médio com bolsa de 100%. As instituições federais que participam do SISUTEC são adeptas à Lei de Cotas. Ou seja, elas reservam vagas para pretos, pardos e indígenas. A seleção dos candidatos é realizada a partir do desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio. O aluno só poderá concorrer no SISUTEC se não tiver zerado na prova de redação. Cada curso também adota a sua própria nota de corte, ou seja, a menor nota para ficar na lista de selecionados¹⁵

Já a seleção para aqueles que ainda não terminaram o ensino médio nas escolas estaduais é feita pela internet¹⁶ por meio da participação no simulado “Saerjinho” do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ). O candidato deverá ir ao site da instituição e escolher o curso em que deseja se matricular e fazer sua pré-inscrição, mas a inscrição depende de sua aprovação na seleção, a qual deverá ser feita pelo portal do SISUTEC para os que concluíram ensino médio. As vagas remanescentes são distribuídas entre aqueles que não fizeram Enem e ao público não prioritário.

O PRONATEC é um programa inovador. Cria um sistema nacional de qualificação da força de trabalho de forma adequada aos mercados de trabalho regionais e amplia as ofertas de cursos em educação profissional e tecnológica. Introduz, além disso, outras inovações quanto ao financiamento, dado que amplia o alcance do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o que implica que a formação de trabalhadores é financiada por outros recursos além dos advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Além disso, articula-se com o PROJOVEM, e realiza, ainda, alterações no abono salarial e seguro desemprego. Mas, no âmbito desta pesquisa, daremos atenção aos cursos de qualificação inerentes ao PRONATEC, entre esses os promovidos em articulação com o Ministério Social de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, chamado de PRONATEC Brasil Sem Miséria.

1.2.1 O PRONATEC Brasil sem Miséria

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Brasil sem

¹⁵ Disponível em: <http://www.sisutec.com.br/>
Acesso em: 05/01/2015

¹⁶ <http://www.conexaoaluno.rj.gov.br/>

miséria (PRONATEC BSM) é uma parceria do MEC com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Tem como público alvo pessoas com idade entre 16 e 59 anos, inscritas no CADÚNICO (ou em processo de inscrição)¹⁷, ou seja, com renda per capita de até meio salário mínimo ou famílias com renda total de até 3 salários. Não existe limite máximo de membros por família, desde que as pessoas se encaixem no perfil e critérios estabelecidos. Têm prioridade os beneficiários de programas de transferência de renda, como o bolsa família (BF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como aqueles que vivem em situação de extrema pobreza com renda per capita abaixo dos 70 reais.

Diferentemente dos cursos do PRONATEC que exigem que o Ensino médio esteja em curso ou que se tenha concluído, os cursos de Formação Inicial e Continuada não possuem tal exigência. Distribuem-se por níveis de escolarização: Letramento Inicial; Ensino Fundamental I – 1º ao 4º ano; e Ensino Fundamental II – 5º ao 9º ano. E nesse caso (dos cursos FIC), o auxílio alimentação e transporte é sempre fornecido. Os cursos são desenvolvidos pelas instituições majoritárias: IFFs e Sistemas S, sendo uma modalidade do PRONATEC que também começou a ser implantado pelo município em 2012.

A Assistência Social no marco do Plano Brasil sem miséria/Fome Zero oferecia cursos de Inclusão Produtiva nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), por meio do programa de atenção integral à família (PAIF). Mas a partir de 2011 quando o PRONATEC foi implementado, os cursos de “Inclusão produtiva”, nomeados agora, de formação inicial e continuada foram incluídos nessa política. Nesse novo arranjo, cabe à Secretaria Municipal de Família e Assistência Social (SMFAS) a gestão local dos mesmos, bem como a seleção do público, a partir dos encaminhamentos dos CRAS, sendo responsável, assim, pela pré-matrícula dos candidatos no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)¹⁸.

O PRONATEC montou uma estrutura nacional para o treinamento de trabalhadores que não está isenta de críticas, principalmente da perspectiva da educação e do sistema escolar. Com efeito, a primeira das críticas questiona a

¹⁷Disponível em: http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/arquivos/02%20_Publico_e_documentos_SETEC2.pdf/download

Acesso em: 15/01/2015

¹⁸ Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva/pronatec>
Acesso em: 15/01/2015

centralização das decisões políticas e a falta de espaços de participação popular e de discussão da política a nível local. Outra crítica refere-se à necessidade das Políticas de Geração de Trabalho e Renda articularem-se com a de educação, na medida em que os melhores empregos são disponibilizados para quem tem o melhor currículo. A última das críticas questiona o destino das verbas públicas que prioriza a rede privada de ensino e os sistemas S ao invés de criar vagas em instituições públicas.

Para prosseguir a descrição e análise dos programas é preciso que se interrompa a apresentação do PRONATEC para tratar das políticas em Campos dos Goytacazes de modo a facilitar a compreensão das mudanças introduzidas pelo programa.

1.3 Políticas de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes

As políticas de geração de trabalho e renda em Campos começaram a ser implantadas na década de 1990 através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social¹⁹ pelos Centros de Qualificação Profissional (CQPs), depois pelo Espaço do Trabalho (surgiu ligado ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI), ambas constituíam ações municipais. Sendo que esse último, financiado pela Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), foi criado por volta dos anos 2000, quando a secretaria e os cursos de geração de trabalho e renda tiveram dificuldades de gerenciar todos os polos (onde eram oferecidos os cursos) (MAMANI, 2010)

Posteriormente, foram criados os CRAS (PAIF), com financiamentos estaduais e federais. Naquelas primeiras experiências, era possível evidenciar na fala dos gestores uma diferenciação entre concepção dos cursos de “qualificação profissional” e dos de “geração de trabalho de trabalho e renda”, apesar de no quadro geral das políticas esta divergência não ser notada, na medida em que as ações de qualificação englobam as de geração. (MAMANI, 2010, p.40)

Os primeiros, em geral, eram tidos como cursos ligados aos mercados formalizados de trabalho e eram desenvolvidos pelo Espaço do Trabalho, no qual havia a exigência de escolaridade (ensino médio) para a maioria dos cursos. Os

¹⁹ Em 2009 sob a gestão da prefeita Rosângela Mateus passou a ser nomeada de Secretaria Municipal de Família e Assistência Social.

segundos por sua vez, chamados de “inclusão produtiva”, eram destinados ao público da Assistência social, aos pobres e se localizavam em áreas “carentes” do município, nos polos dos CQPs ou nos CRAS, com presença preponderante de mulheres.

Mamani (2010) observa que nessa época já chamava atenção o fato dos participantes das Políticas de Geração de Trabalho e renda serem mulheres e carecerem de estudos dos mercados de trabalho.

Chama a atenção que os clientes que participam destas políticas sejam principalmente mulheres e que os cursos não tenham preocupação com a viabilidade econômica dos empreendimentos, dos mercados e do que seja necessário para ser bem sucedido neles. O critério – como visto no caso do CQP é de diversificar as possibilidades de “bicos”, de atividades ocasionais que podem render, ocasionalmente, algum dinheiro, mas não garantem um emprego. (MAMANI, 2010, p. 12)

Assim, existia uma distância entre as próprias ações da prefeitura que oferecia dois tipos de cursos. Nesse sentido, os cursos tidos como “qualificação profissional” visavam as funções da indústria petrolífera e do mercado gastronômico regional. No entanto, esses dois tipos de ação se contentavam em considerar pobreza igual à desqualificação (MAMANI, 2010). Esta experiência funda-se sobre pressupostos comuns, como boa parte das políticas de geração de trabalho e renda, que a “vulnerabilidade” dos desempregados devem-se à sua desqualificação profissional e que cursos, neste sentido, servem para reverter a situação²⁰

Atualmente essas políticas são implementadas pela secretaria Municipal de Trabalho e Renda, criada em 2009 pela prefeita Rosângela Matheus, que gerencia o Espaço do Trabalho (transformado em Balcão de Emprego para intermediação da mão de obra e espaço para alguns cursos de qualificação); pelo programa de inclusão produtiva, sob responsabilidade da prefeitura num espaço específico (não mais nos CRAS); e pelo PRONATEC realizado no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), nos Institutos Federais Fluminenses (IFFs), na Universidade Salgado Oliveira na e na Estácio de Sá. Essas políticas reiteram o mesmo padrão já seguido pelo município e na prática

²⁰ Os egressos do sistema escolar são os insumos do sistema de capacitação e treinamento profissional” (CACCIAMALI, 2005, p. 88).

acaba por separar geração de trabalho e renda da qualificação profissional.

Percebe-se que com a implementação do PRONATEC o número de ofertantes de cursos de “geração de trabalho e renda” multiplicou no município de Campos dos Goytacazes. Na mesma proporção, incrementa-se o número de instituições envolvidas com estes programas e, portanto, diversificam-se as experiências diferenciadas e abre um rico campo de estudo referente às múltiplas modalidades de relação entre o sistema escolar, a proteção social e os mercados de trabalho.

Assim, muito além dos propósitos explícitos dos programas estudados, interessam-nos, aqui, compreender como estes são avaliados pelos gestores das instituições ofertantes. Os dados que utilizamos, a seguir, originam-se de entrevistas realizadas com o Coordenador do PRONATEC-FIC e inclusão produtiva pela prefeitura; Secretária Municipal de Trabalho e Renda; Coordenadora adjunta do PRONATEC do IFF centro; e Coordenador dos cursos Mulheres Mil do PRONATEC IFF.

1.4 O PRONATEC da perspectiva de seus gestores

O PRONATEC em Campos dos Goytacazes oferece um grande número de cursos sem que possamos precisar o número exato, são aproximadamente 40. Sendo ofertados pelo IFF, sistemas S e algumas universidades particulares, como Universo e Estácio. Trataremos aqui da avaliação da coordenação do IFF na medida em que o SENAI, SENAT e o SENAC, recusaram-se em participar da pesquisa.

Quanto à natureza do programa, a subcoordenadora do IFF (centro), informa que a instituição apenas oferta os cursos, pois toda orientação normativa, instruções “tudo provêm de Brasília”. Portanto, trata-se de uma política altamente centralizada. O que gera problemas são as dificuldades do sistema informatizado para realizar compras de material, por exemplo. Esses pontos negativos resolvem-se e não afetam a qualidade do ensino pelo apoio fornecido pelo IFF.

Então, por exemplo, nós temos o laboratório, nós não precisamos montar nada pra ofertar um curso, a gente só fez o que? Usar 100% da capacidade. Se a nossa capacidade era de 70 e tinha ocioso 30, a gente aproveitou melhor os espaços e aproveitou melhor os profissionais também, então eu acho isso até interessante porque você tem uma instituição, tem profissional, é uma forma de você usar

ao máximo aquele investimento, você usar tudo. (...) Porque a instituição dentro do que ela pode, ela também consegue suprir as necessidades (Subcoordenadora adjunta, PRONATEC)

Quanto a possibilidade local de avaliar e corrigir, a gestora responde:

Existe um coordenador geral do PRONATEC que é do nível do instituto, que vê as possibilidades que cada campus tem de oferecer esses cursos. Dentro do campus existe também o coordenador adjunto do campus, que é o responsável pelo PRONATEC no campus e vai também conversar com os diretores do ensino técnico - já que a gente vai oferecer curso técnico - para elaborar e pesquisar se há demanda para o curso que está sendo proposto. Porque há alguns cursos que a gente já tem na casa, vamos dizer assim, então seria uma questão de aumentar a oferta de vagas. Agora, tem cursos que são novos então tem começar e saber se realmente isso vai ter demanda, se vai ser bom, se nós temos profissionais pra isso, então há um consenso e aí se faz uma proposta pedagógica desse curso e é levado pro conselho do campus pra analisar se será aprovado ou não e aí vai para o de dirigentes e aí se sim, tem-se como curso a ser ofertado (Subcoordenadora adjunta, PRONATEC)

O que se esboça bem, é que antes que um ajuste da oferta pela busca de maximizar os resultados do programa, o cálculo realizado, por parte da instituição ofertante, é uma avaliação dos recursos disponíveis, dos riscos de propor novos cursos e da demanda. Quanto às chances reais de inserção nos mercados de trabalho locais/regionais através dos cursos a subcoordenadora afirma:

A gente tem o curso técnico em geologia que não faz parte da tradição da instituição e no entanto a gente percebe a importância em conversas e está ofertando. E segundo o pessoal lá, o PRONATEC dá oportunidade da gente fazer, ofertar um curso novo, perceber se esse curso realmente é um curso que vai trazer benefícios e vai ter a demanda que a gente esperava, porque, às vezes, a gente pode achar uma coisa e não ter muito sucesso. Quantos cursos aí são fechados porque ou não tem demanda, seja qual for o motivo não deu certo e encerra o curso? Então, essa é uma forma também da gente não ter esse compromisso. Porque se você abrir um curso na instituição, você tem que ter o profissional e o profissional entra como? Concurso público. O PRONATEC está dando a chance de você abrir um curso técnico experimental, sem concurso e se ele for bom, legal, bacana, a gente começa a fazer pressão, solicitação da necessidade de abrir o concurso público pra um curso técnico que teve um êxito, isso é muito legal também. Você abre um leque de oportunidades, é uma chance que a gente tem de saber se esse curso novo vai vingar, pode vingar, se ele não der certo, ele entrou como experimental no PRONATEC, mas aí...a gente não dá continuidade (Subcoordenadora adjunta, PRONATEC).

Que o critério de êxito do curso seja a demanda de público permite entender a grande preocupação dos gestores com a evasão. O sucesso dos cursos não se mensura pela adequação aos mercados ou inserção neles dos alunos. Em relação a este estudo, não existe nada sistematizado, o estudo sobre os egressos para conhecer o grau de inserção nos mercado de trabalho estaria apenas começando. Apesar disso, assegura o sucesso da política enumerando casos positivos já foram evidenciados.

Em termos de êxito ao final eu não tenho registro (...) A gente está montando um sistema de call Center pra poder fazer as pesquisas e poder dar esses resultados que você está querendo. (...) Mas gente pode dizer também que ao longo do processo a gente teve vários casos positivos, até durante o curso a pessoa já está engajada, encaixada em alguma proposta, então foi muito interessante. Eles trouxeram inclusive sua experiência, até no encerramento. É até um elemento motivador também para as outras pessoas sabendo que “você está e você pode conseguir”. Muito disso mesmo, de pessoas que tinham uma profissão e que ganharam condições de almejar profissões com melhor sucesso financeiro, tudo muito bom. Mas você não vai atingir nunca 100% de nada, mas aquele que você puder direcionar, seu trabalho já...isso é muito bom. É saber que você está ajudando algumas pessoas. (Subcoordenadora adjunta, PRONATEC).

O PRONATEC se apresenta como um instrumento de ajustamento das competências profissionais às necessidades dos mercados regionais. Atua sobre as desvantagens de jovens para a inserção nesses, dado o despreparo para mercados específicos e o desconhecimento dos mesmos. Nesses termos constitui, de fato, um programa inovador. Contudo, do ponto de vista de sua implementação, desviam-se de seu fim, dado que os cursos são propostos com base num cálculo da capacidade instalada na instituição ofertante e na demanda potencial e no custo, neste caso pelo MEC. Nesse sentido não se percebe uma tentativa de aproximação objetiva aos mercados nem se suspeita que a demanda de cursos não necessariamente coincida com a demanda de trabalhadores e competências.

Assim, as críticas relativas à falta de participação na decisão de oferta dos cursos ou que o sistema S ou os IFFs sejam os beneficiários parece deslocada, dado que, na prática, o programa não funciona como um instrumento de ajuste das desvantagens alocativas. Parece manter o mesmo grau de aleatoriedade com antes foram criticados os cursos de geração de trabalho e renda promovidos pela prefeitura.

1.4.1 O PRONATEC Brasil Sem Miséria em Campos dos Goytacazes

O PRONATEC Brasil Sem Miséria é gerido em Campos pela Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, responsável também pelos cursos de inclusão produtiva da prefeitura. Ambos os cargos são de responsabilidade da gerência de “Programas, Projetos, Direitos Humanos e Cidadania” da SMFAS

De acordo com o Gerente, no atual contexto, a oferta aumentou significativamente no município. Assim, em Campos no ano de 2013 foram oferecidos 20 cursos, sendo o município com mais matrículas do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo é possível acompanhar os cursos desenvolvidos no referido ano.

Tabela 1 - Principais Cursos em Campos dos Goytacazes 2013

Cursos	Matrículas	%
Auxiliar Administrativo	1418	11,53
Almoxarife	1123	9,13
Operador de Computador	917	7,46
Auxiliar de Recursos Humanos	690	5,61
Eletricista Instalador Predial de baixa tensão	616	5,01
Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	609	4,95
Montador e reparador de computadores	494	4,02
Cuidador de Idoso	303	2,46
Inglês Básico	301	2,45
Auxiliar de Pessoal	257	2,09
Manicure e Pedicure	237	1,93
Cuidador Infantil	232	1,89
Depilador	220	1,79
Costureiro	218	1,77
Costureiro Industrial de vestuário	200	1,63
Montador de painéis elétricos	196	1,59
Camareira em meios de hospedagem	193	1,57
Pintor industrial	180	1,46
Operador de Empilhadeira	173	1,41
Auxiliar de Cozinha	161	1,31

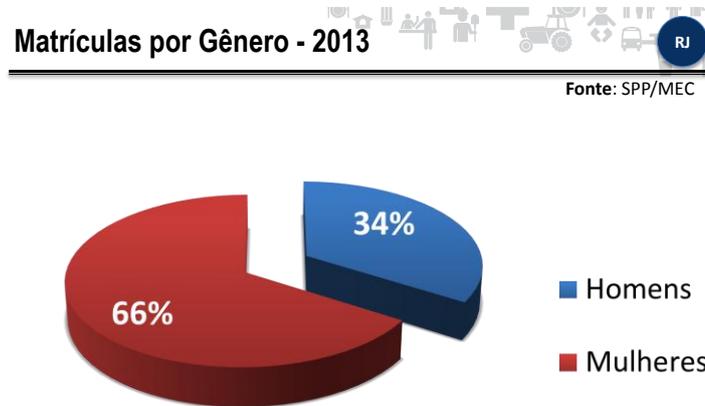
Fonte: Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, 2014

Da mesma forma que os cursos promovidos anteriormente ao PRONATEC, os cursos da modalidade PRONATEC Brasil sem miséria, tem maior procura feminina. Por volta de 2007 e 2009 Almeida (2008) e Mamani (2010) apontavam para este fato. Segundo Almeida nos cursos de 2008 97% eram mulheres. Dentre elas 96% tinham mais de 25 anos, e 43,4% idades superiores a 50 anos e 14% superior a 60.

Atualmente, embora os números não sejam iguais, a participação feminina e

as faixas etárias mantêm-se próximas daquelas. Os dados de 2013 apontam que o PRONATEC Brasil sem Miséria em Campos tem em Campos tem um público feminino de 66%.

Figura 4 – Matrículas por Gênero PRONATEC em Campos dos Goytacazes (2013)

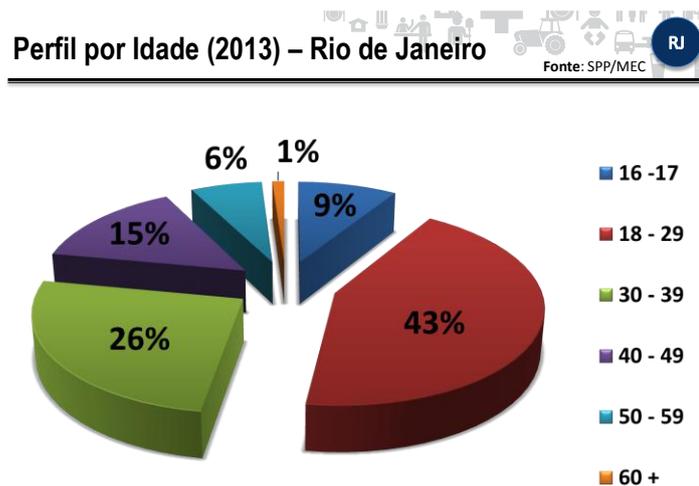


Fonte: Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, 2014

Se comparado com os dados de 2008 a participação masculina aumentou. Ligada, contudo, a cursos industriais, técnicos e alguns administrativos, enquanto as mulheres tenderiam a buscar cursos ligados a atividades tradicionais femininas, como costureira, manicure e pedicure, camareira, cuidadores, auxiliar de cozinha, auxiliares administrativos e almoxarife. Porém essa informação é baseada apenas nas impressões do gestor dado que o SISTEC e o próprio MDS não disponibilizam, nem mesmo aos gestores, todos os dados sobre os programas e os cursos.

Quanto à idade, verificam-se também mudanças. Atualmente a maior parte dos participantes tem entre 18 e 29 anos, sendo seguido pela faixa etária de 30 a 39 anos. Um perfil relativamente jovem se comparado à inclusão produtiva dos anos que precederam o PRONATEC.

Figura 5 – Perfil por idade (2013)



Fonte: Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, 2014

Essas mudanças na composição do público deste tipo de políticas explicar-se-iam por alterações no processo de admissão. Passou-se a atender os inscritos no CADÚNICO, considerando rendas familiares maiores do que antigamente e desvinculando a matrícula do recebimento de algum benefício assistencial.

Para a oferta desses cursos existe também o catálogo de cursos FIC disponibilizado no site do MEC. A partir desse catálogo os gestores (da prefeitura em parceria com as instituições ofertantes) definem os cursos que acreditam que terão maiores demandas ou aqueles que a instituição está habilitada a ofertar. Nesse caso, acontece o mesmo que com os demais cursos técnicos do PRONATEC.

Quanto à questão de gênero dentro do PRONATEC Brasil sem miséria, o programa Mulheres Mil, propõe-se a incentivar a geração de trabalho e renda às mulheres da Assistência Social. De tal programa foram entrevistadas duas alunas.

1.4.1.1 O programa Mulheres Mil

O programa Mulheres Mil vinha sendo desenvolvido nos institutos federais do norte e nordeste do Brasil, voluntariamente, desde 2007 quando em 2011 foi instituído nacionalmente pela portaria nº 1.015, de 21 de julho, passando a constituir uma das ações do plano Brasil sem miséria. Foi absorvido pelo PRONATEC em 2012. É inspirado em uma metodologia pedagógica cadanense denominada “Sistema ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia)”, o que no

Brasil é nomeado de “Sistema de Acesso, Permanência e Êxito”. Ambos os métodos visam inserir a geração de trabalho e renda aproveitando o conhecimento prévio do aluno e propiciando conteúdos escolares que o valorize. Atualmente o programa em questão encontra-se espalhado em 112 campi dos institutos de todo país e objetiva, principalmente:

a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres desfavorecidas (...) criando as pontes necessárias para que essas mulheres incrementem seu potencial produtivo, promovam a melhoria das condições de vida de suas famílias, de suas comunidades e contribuam para o crescimento econômico sustentável (Guia Mulheres Mil)²¹

A meta é articular a capacitação de mulheres para os mercados de trabalho com o aumento de sua escolaridade e aproveitamento do conhecimento que já detém. Por isso, o curso articula o conhecimento profissional com uma série de temas transversais como: comportamento sustentável, saúde, direitos da mulher, inclusão digital, proteção ambiental e outros, que objetivam a formação cidadã²².

Além disso, se propõe a atender a questão de gênero, assim, o “guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito” estabelece que o grande eixo do programa é a política pública de gênero de equidade. Desse modo, para acompanhar seus resultados e analisar os impactos que produz na família e comunidade, pressupõe o acompanhamento das egressas. Esses são objetivos amplos, pois o programa considera que depois da participação nos cursos as mulheres serão capazes de impactarem com suas experiências não apenas a sua família, mas também a comunidade. Isso pode ser evidenciado no trecho retirado do guia abaixo:

Assim, o programa promove o crescimento humano dessas mulheres, por meio da melhoria de suas condições de vida (sociocultural e econômica), o que aumenta a possibilidade de elas

²¹ Não foi possível visualizar a data de elaboração do referido guia, o qual é nomeado de Sistema de Acesso, Permanência e Êxito, pois a mesma não consta no guia ou em outro documento. Encontra-se disponível em: <http://portal.iff.edu.br/campus/pronatec/documentos-de-referencia/Guia%20Metodologico%20do%20Sistema%20de%20Acesso-%20Permanencia%20e%20Exito%20do%20Programa%20Mulheres%20Mil.pdf/view>
Acesso em: 13/01/2015

²² Interessante os antigos gestores dos programas de inclusão produtiva no município apontavam igualmente para a concepção de que o trabalho seria capaz de propiciar a formação cidadã do seus alunos (ALMEIDA, 2009)

contribuírem com a governança de suas comunidades, na medida em que se transforma em cidadãs, social e economicamente emancipadas (GUIA MULHERES MIL, p.4)

É esperado que a partir da aproximação das mulheres com os institutos de educação profissional e tecnológica, elas se motivem e busquem dar continuidade aos seus estudos, isso é chamado no guia de “possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação gerados nos institutos” (p.4).

Nesta abordagem, os programas atuam sobre a sua imagem, modificando sua autoestima. E a inclusão social dar-se-ia, no caso feminino, a partir do momento em que ganhassem dinheiro com o trabalho. A imagem da mulher, então, se reconstruiria e ela ganharia autoestima, pois o trabalho deixaria de se localizar na esfera do improdutivo (trabalho doméstico) e passaria a ser produtivo (ganhar dinheiro). Assim, o programa, mais do que fornecer um curso de qualificação profissional, incumbe-se da oferta de disciplinas que levem suas participantes à reflexão.

Estes objetivos são evidenciados em cursos que tem a mesma duração que os demais cursos FIC, ou seja, de 160 horas a 400 horas, em geral, uns 4 meses. São metas superestimadas que num curto período de tempo pretendem-se capazes de alterar substancialmente a vida dessas pessoas e de que elas, por conseguinte, modifiquem a vida de suas famílias e de seu entorno. Cumpre ressaltar que o programa conta com uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e outros.

Segundo o coordenador da Equipe Multidisciplinar Mulheres Mil e subcoordenador dos cursos FIC do IFF centro, o objetivo dos cursos oferecidos pelo programa em questão é:

fazer com que essas mulheres que não tiveram a oportunidade de estudar na época certa, tendo uma educação formal, que elas pudessem se profissionalizar pra poder ter alguma coisa pra ajudar na renda familiar. Então, por exemplo, tem o curso de costureira, então vamos aprender a ser costureira, elas podem montar uma cooperativa como também podem trabalhar em casa. Confeiteiro, também podem fazer da mesma forma. Elas fizeram manutenção predial e vão trabalhar em pequenos reparos, pode fazer reparos até na própria casa delas, pra ter uma ideia de como fazer as coisas. Então, o objetivo maior é a inclusão social, é fazer com que essas mulheres sejam respeitadas, sejam valorizadas, tanto em casa quanto no mercado de trabalho (Coordenador equipe Mulheres Mil)

No relato do Coordenador do Programa, os cursos são tratados como uma oportunidade para mulheres “ajudarem” na renda familiar e não como fonte de “geração de renda”. É de relevância notar que o argumento que justifica o programa e seu recorte de gênero é o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres que vem aumentando, bem como a responsabilidade feminina na educação e desenvolvimento de seus filhos e outros membros familiares.²³ Logo, parece que o objetivo de “ajuda ao lar”, posto em prática, se desloca da proposta inicial do projeto. Da mesma forma, como os rendimentos obter-se-iam da isenção em mercados informais e da articulação em cooperativas ou por meio de algo que possa ser realizado a partir de sua casa e depois comercializado,

...algo que elas possam fazer pra complementar a renda familiar, e de pensar num futuro que elas possam abrir uma cooperativa, também. O IFF tem condições, tem incubadora aqui no IFF para orientá-las pra que elas possam montar uma cooperativa de trabalho. Existe, ademais, uma disciplina de empreendedorismo. É uma disciplina que compõe a matriz curricular que elas vão aprender a como formar uma cooperativa, como ela vai montar uma pequena empresa, se for o caso, um pequeno negócio a partir da ideia que elas têm, pra ela aproveitar desse ensinamento de empreendedor, como ela poderá fomentar e expandir o próprio negócio. Já tá na grade curricular, já orientamos pra que tudo que ela aprender, ela possa colocar em prática (Coordenador da equipe Mulheres Mil).

O “empreendedorismo” aparece na concepção dos gestores que atuam, principalmente, na modalidade dos cursos FIC e também nos de inclusão produtiva da prefeitura, como uma via de inclusão produtiva, cursos esses voltados para um público de frágil inserção no mundo do trabalho e, portanto, com dificuldades em manter e capitalizar o próprio negócio²⁴. Parece curioso que esta preocupação não venha acompanhada de tentativas de sanar vulnerabilidades como, por exemplo a baixa escolaridade. Assim, por exemplo, o Coordenador afirma que .

²³ Disponível em: Programa Mulheres Mil em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12299:programa-mulheres-mil-&catid=267&Itemid=164

Acesso em: 15/01/2015

²⁴ Segundo Ribeiro (1990) o ator empreendedor aparece na cena pública, na mídia, como “quase perfeito na medida em que detém as características positivas atribuídas aos novos sujeitos” (p.4). Assim, ela evidencia que esses novos sujeitos funcionam como co-partícipe da conjuntura pós década de 80 e principalmente 90. Ou seja, construção desses sujeitos é essencial para mercados de trabalho incapazes de absorver toda a força-de-trabalho e de uma sociedade em desassalariamento.

...tem mulheres aí que não sabem nem ler, por isso que os nossos professores tem que ter uma paciência muito grande e uma didática direcionada para que elas possam incorporar os conhecimentos, sem ter necessariamente a leitura. E essa leitura elas adquirem aqui também, tem um programa da educação de jovens e adultos que tem no IFF e eles ajudam as mulheres mil, aquelas que não sabem ler a serem alfabetizadas. E estando aqui elas poderão ser encaminhadas pra lá, e concomitantemente elas poderão fazer a Ensino de Jovens e Adultos (EJA), sendo alfabetizadas lá e também estudar no programa mulheres mil, se ela desejar. Não tem nenhuma obrigatoriedade não. Aí é o seguinte, dada a dificuldade será orientada e encaminhada para a alfabetização, aí não existe uma obrigatoriedade, até porque mesmo a necessidade ela vai sentir. Temos exemplos aqui, entrevistas de mulheres que foram matriculadas no mulheres mil e foram matriculadas pela EJA, Educação de Jovens e Adultos. É porque é uma coordenação que existe dentro do IFF (Coordenador da equipe do Mulheres Mil).

A falta de escolaridade, embora reconhecida como problema, não determina nenhum tipo de ação complementar por parte do programa.

Oferecem-se, sim, disciplinas como matemática, português, considerados conhecimentos básicos com a finalidade de suprir o que se necessita na prática da capacitação profissional futura.

Neste caso, como no PRONATEC (técnico) observa-se uma ação pouco esclarecida de como operam os mercados trabalho e economia informal. A oferta de cursos é feita aqui, também, com base na capacidade de atração de público não com base em estudos de mercado:

Existe uma demanda, por exemplo, costureira é difícil, né? Você sabe que a costureira... as mulheres sentem muita falta de quem sabe costurar e é uma necessidade porque mesmo que não existisse a demanda muito grande dos mercados de trabalho, o programa mulheres mil ele vem auxiliar uma formação pra que ela possa usar dentro de sua própria casa, ela pode aproveitar pra ganhar um dinheirinho, mas também ela ...melhorar seus conhecimentos (Coordenador do Programa Mulheres Mil)

Da mesma forma como os outros cursos novos do PRONATEC foram criados baseados no “achismo”, os cursos do Mulheres Mil também. O critério de seleção dos cursos é “a gente sabe que tem demanda”, “a gente conversa com pessoas e vê que tem demanda”, ou seja, carece de estudos dos mercados de trabalho tanto do formal quanto do informal. Assim, desconhecem-se os mercados e suas dinâmicas

específicas. No Programa Mulheres Mil essa desatenção justifica-se com o argumento de não ser preciso uma grande preocupação com os mercados de trabalho dado que se trata de oferecer uma formação para que as mulheres possam obter com atividades em casa para ganhar um “dinheirinho”. Isto é, complementação de renda.

Neste caso, também, como no PRONATEC Técnico não há acompanhamento dos egressos

De vez em quando chegam aqui colocando a novidade de que estão trabalhando, tá vendendo alguma coisa daquilo que ela tá fabricando, doce. Mas não sabemos o número ao certo. Não temos esse trabalho de acompanhamento. Esse trabalho eu ainda não fiz, eu to aqui desde janeiro (...) Mas desse ano vai ter que ser feito, vamos ter que entrar em contato com elas pra saber como é que ela está desempenhando seu trabalho, se tá sendo bem aceito (Coordenador equipe do Mulheres Mil).

A diversificação de cursos promovidos pelo PRONATEC não supera as experiências municipais já desenvolvidas em termos de intenções e baixa preocupação com os resultados. Mas seria importante perguntar o que os alunos buscam em tais cursos. Antes de responder esta questão, parece necessário nos deter sobre a experiência atual da Prefeitura Municipal de Campos que continua os ofertando cursos. Cursos de qualificação, geridos pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTR) e de inclusão produtiva por meio da Secretaria de Família e Assistência Social (SMFAS)

1.5 A Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

A Secretaria Municipal de Trabalho e Renda foi criada em 2009, sob a gestão da prefeita Rosângela Matheus, e tem como objetivo qualificar trabalhadores partir demandas detectadas na gestão do balcão de emprego. A política direciona-se, principalmente, ao mercado formal de trabalho. Neste caso afirma-se o monitoramento dos mercados de trabalho e das demandas das empresas para a criação dos cursos.

E hoje a gente qualifica com esse perfil de não só fazer qualquer curso, mas fazer os cursos que a gente tenha demandas, e então

que a gente tenha oportunidade de dar uma vaga de emprego pra essas pessoas. Não adianta eu qualificar somente e deixar as pessoas com um curso na mão, um certificado na mão e sem espaço pra trabalhar. Não adianta eu qualificar somente e deixar as pessoas com um curso na mão, um certificado na mão e sem espaço pra trabalhar. (Secretária de Trabalho e Renda)

A secretária critica as políticas que se propõem qualificar, mas não se preocupam em inserir nos mercados de trabalho. Uma boa política de geração de trabalho e renda deveria se preocupar com os dois, atrelando qualificação à inserção. Nesse sentido, a SMTR, concentra sua ação no monitoramento dos mercados e promove cursos em parcerias com empresas privadas que ministram os cursos. Os parceiros são a Data Fox (informática), North Rio (offshore), Aforvig (Segurança). Cursos ofertados pelo CIETEC (Escola Técnica e Profissionalizante) e North Rio contaram com bolsas de 100%.

Já as parcerias com instituições filantrópicas e/ou sem fins lucrativos são realizadas mediante o pagamento de vagas para a oferta dos cursos. Nesse caso, as bolsas concedidas pela secretaria são sempre de 100%, da mesma forma como quando realizados em instituições públicas. Quando a Secretaria de Trabalho e Renda não consegue estabelecer parcerias oferece os cursos por iniciativa própria, como é o caso dos cursos de *sushiman*, cozinheiro, camareira e inclusive o curso de confeitiro do “Mulheres Mil”. Quando há parcerias com instituições ofertantes do PRONATEC, a secretaria distribui para seu público as vagas remanescentes dessas²⁵.

As “bolsas”, que podem variar de 10% a 100% e estão disponíveis para alunos residentes no município ou em municípios próximos, quando há vagas. O critério de distribuição das bolsa é a renda per capita familiar de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, nos casos das bolsas de 100%. É utilizado o mesmo critério dos benefícios assistenciais como o bolsa família e o benefício de prestação continuada (BPC).

Quanto aos cursos ofertados, em 2014 foram 14. Neles é perceptível a clivagem de gênero a que nos referíamos, anteriormente (ver Tabela 2).

²⁵ O programa mulheres mil é uma exceção, pois utiliza o espaço da secretaria, e, no entanto, suas vagas sobranes não podem ser distribuídas pela última, pois as mulheres participantes são encaminhadas dos CRASs diretamente para esse.

Tabela 2- Cursos da Secretaria Municipal de Geração de Trabalho e Renda
(Concluintes por sexo)

Cursos	Concluintes	Mulheres	Homem
	Nº	(%)	(%)
Camareira	75	90	10
Cozinheiro básico	25	60	40
Bordado	28	100	0
Garçon	32	30	70
Cozinheiro II	30	70	30
Sushiman	60	40	60
Degust Farol	44	80	20
Pedreiro	22	5	95
Eletricista	55	0	100
Auxiliar de Almoxarife	30	90	10
Solda Eletrônica	33	15	85
Artesanato	56	100	0
Homem de Área	20	10	90
Movimentador de Carga	20	0	100
Operador Guindaste	20	0	100
Montador De Andaime	20	10	90
Expo Beauty (*)	268	90	10

Fonte: Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, 2014 (Elaboração própria)

(*) Maquiagem, Estilização de corte, Limpeza de pele

A presença masculina e feminina segue aqui o recorte da divisão sexual do trabalho. O gênero é naturalizado a tal ponto que os próprios cursos o atribuem em sua nomenclatura, como “camareira”, “Sushiman”, “Homem de Área”, “Operador de guindaste”, “Garçon” e “montador de andaime”. Na avaliação da Secretária Municipal de Trabalho e Renda, não se trata de diferenciação entre homens e mulheres dado que todos são tratados da mesma forma e os cursos são oferecidos à ambos os sexos. Eles fazem suas escolhas.

Quanto aos resultados da política, a Secretária Municipal de Trabalho e Renda considera que o monitoramento daqueles que conseguem um emprego seja fundamental para a avaliação do trabalho. Quanto a esse acompanhamento ela diz que está sendo realizado.

Nós também temos um monitoramento, que a gente encaminha uma pessoa e a empresa: “a pessoa ficou?” “Como é que está sendo o atendimento dessa pessoa pra empresa” “Como é que vocês estão vendo esse trabalho dela aí?” “Ela te atendeu”. Então a gente tem um acompanhamento. Também em relação às pessoas que (...) nós qualificamos: “você já conseguiu um trabalho?” “Você está no trabalho?” (...) Temos registro de todas pessoas que foram qualificadas em 2009, 2010, 2011, e principalmente, o que nós fornecemos de curso, os quantitativos de cursos de 2013 e 2014. 2009, 2011 e 2012 eu não posso assegurar o que tem, mas 2013 e 14 desde que a gente chegou aqui, a gente tem bem claro isso aí, em que cursos, quantas pessoas em cada curso e a gente pode estar te dando isso, esse feedback (Secretária Municipal de Trabalho e Renda).

O monitoramento consiste numa sorte de pesquisa de satisfação endereçada a empresas e participantes dos cursos, com base em cujas sugestões alteram-se conteúdos curriculares. Não constitui uma base de dados que permita avaliar o grau de inserção dos egressos.

Quanto às dificuldades enfrentadas pelas Políticas de Geração de Trabalho e Renda, a secretária aponta escolaridade e os benefícios assistenciais.

Primeiro a escolaridade, a gente tem um limite fortíssimo quanto à questão da escolaridade. Depois, a gente não deixar de estar preocupar com aquelas pessoas que tem o bolsa família, o cheque cidadão, um benefício assistencial, isso é um limite pro trabalho. Porque elas, às vezes até se qualificam, mas na hora que você vai buscar encaminhar pro mercados de trabalho é “eu não posso, eu só fico se não tive carteira assinada, porque eu não posso perder meu benefício” Eu vejo como uma limitação, entendeu? Eu vejo que esses benefícios deveriam ser repensados, com um prazo. (Secretária Municipal de Trabalho e Renda).

A escolaridade constitui um problema, na medida em que muitos postos, solicitados ao Balcão de emprego, tem exigências de ensino médio que a secretaria não pode atender com base no público que procura os cursos ²⁶. Apesar disso, existem cursos sem exigência de escolaridade, como os de eletricitista, pedreiro, garçon, porque segundo ela “tem demanda e a gente abre”. Neste caso, como nos demais programas, a Secretária informa que a equipe encaminha as pessoas que desejam estudar para o EJA e procuram incentivar esse aumento, apesar de também não existir uma condicionalidade.

²⁶ “Não adianta eu qualificar uma camareira sem escolaridade, qualifiquei no início, se o mercado exige que ela tenha o ensino médio” (Secretária Municipal de Geração de Trabalho e Renda).

O segundo problema seriam os benefícios dos programas assistenciais. Estes induziriam as pessoas, principalmente as mulheres a se acomodarem e não buscarem emprego porque tem medo de perder esse dinheiro certo. A assistência impede que os alunos se tornem independentes. A política de assistência é lida, assim, desde a chave moral de incentivar a preguiça (se acomodar) e ignora-se o peso das atribuições femininas nas carreiras e escolhas profissionais, tema que abordaremos adiante. Os benefícios desestimulariam as pessoas buscarem emprego, e adequação da mão de obra para as vagas existentes.

Acho que os benefícios sociais eles são necessários, tem muita miséria, na nossa cidade também, ainda tem, acho que a gente tem que estabelecer para pessoas...eu não sei de onde você vem, mas eu percebo isso. Eu tenho casa com quintal, é difícil hoje encontrar uma pessoa pra limpar seu quintal, você não tem. Antes você tinha facilidade de encontrar uma faxineira, você não encontra uma faxineira. E a própria doméstica, não é só esse caso, “você às vezes pode dizer, mas você está falando de questões menores”, mas você não encontra hoje um auxiliar administrativo preparado pra sua empresa, você não encontra um almoxarife preparado pra você colocar no seu setor, porque às vezes a pessoa que fez o curso de almoxarife ele não pode ir pro seu setor não, porque ele não pode assinar a carteira, entendeu? (Secretária Municipal de Trabalho e Renda)

Para ser eficaz, a política de assistência deveria possuir como condicionalidade a frequência dos beneficiários a programas de geração de trabalho e renda. Nesse sentido as políticas deveriam estar centralizadas na secretaria de trabalho e renda, na medida em que entende que inclusão e economia solidária fazem parte da geração de trabalho e renda e “os recursos do ministério do trabalho e emprego para a economia solidária estão dentro da secretaria e não estão nas políticas de assistência”.

Esse trabalho não é só uma porta de entrada, tem que ser uma porta de saída e é cá que acontece. Eles vão encaminhar pra onde? Então é essa porta de saída que a gente precisa repensar, que a gente precisa construir, entendeu? (...) Você sabe que isso muda a vida da mulher, ela deixa de estar sujeita a questão da violência, porque ela vai ter uma autoestima elevada, porque ela vai se sentir valorizada, porque ela tem hoje um trabalho, ela resgata dignidade e cidadania (...). É estimulado lá pra ser autônomo, elas não são estimuladas a terem uma carteira de trabalho. No primeiro dia de curso, deveria ser a primeira aula delas, “porque isso vai ser importante pra você, ter uma carteira profissional assinada, você assegurar seus direitos à saúde, você vai ter direito a sua

aposentadoria, você não pode continuar na informalidade”. Tem que ser a primeira aula. É essa independência, essa autonomia que fazem a diferença (Secretária Municipal de trabalho e Renda)

A secretária considera que a porta de saída se dá a partir da existente de um trabalho remunerado, com carteira assinada que possa garantir benefícios e direitos previdenciários. Assim, critica o programa de inclusão produtiva da prefeitura e a informalidade alegando que é o trabalho formal que consegue garantir independência, dignidade e cidadania aos sujeitos. Para ela a política de geração de trabalho e renda tem esses objetivos maiores, qualificar para um trabalho que recupere a “dignidade e a cidadania”.

1.6 O Programa Inclusão Produtiva da Prefeitura

Independente das críticas feitas aos cursos de inclusão produtiva no interior da própria administração municipal que apontam - ante aos problemas teóricos de correção de problemas alocativos de mão de obra nos mercados de trabalho locais - para a vigência de uma moral que levanta suspeitas sobre desempregados/trabalhadores assistidos, cabe agora tratar dos programas de inclusão produtiva promovidos pela prefeitura. Neste caso, como nos outros, começaremos pelos objetivos do programa para depois descrevê-los. Para tratar dos objetivos abordaremos primeiro como são apresentados pela prefeita de Campos dos Goytacazes, Rosângela Matheus.

Com efeito, no dia 18 de dezembro de 2014 a prefeita participou da formatura de 101 concluintes dos cursos de qualificação da SMFAS, ocasião em que falou da importância das pessoas se qualificarem nos cursos oferecidos pela prefeitura por meio do Departamento de Programas e Projetos da referida secretaria.

O diploma é, muito além de um papel, uma conquista para a realização de um sonho, para a transformação da vida pela qualificação. A prefeitura apenas ofereceu a oportunidade e vocês souberam aproveitar. Queremos que as pessoas se qualifiquem e conquistem sua independência financeira (Rosângela Matheus, Prefeita de Campos)²⁷

No trecho citado as políticas de inclusão produtiva são apresentadas como

²⁷ Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=29114

sendo capazes de “transformar” a vida dos alunos na medida em que possibilitam realizar o “sonho” da independência financeira. A política é tomada aqui como uma “oportunidade”. Vale dizer que o objetivo das políticas de inclusão produtiva é de oferecer “independência financeira” e esta constitui um sonho compartilhado por muitos, trata-se de ideal comum que norteia projetos de vida sobre os quais encontramos inúmeras referências principalmente, entre as mulheres, mas também entre gestores²⁸.

A metáfora do sonho vai além do discurso, marca a entrada aos mesmos, uma vez que na porta dos cursos oferecidos pela prefeitura existe um cartaz - em A4 - que o apresenta. Diz “Bem Vindos, seu futuro começa aqui”.

Figura 6 – Entrada Cursos Inclusão produtiva



Fonte: Arquivo pessoal

Esta frase fala e exprime resumidamente o que os gestores, e até mesmo os participantes esperam da política. O futuro seria a “independência”, e essa, conforme veremos mais a frente significa, apenas, menor dependência de maridos, ou da assistência sem que implique em mudanças substantivas da posição social²⁹.

O programa de Inclusão Produtiva da Prefeitura oferece os cursos de: cabeleireiro, artesanato, serigrafia (estampas em sacolas plásticas), manicure/pedicure e padaria. Diferente do PRONATEC técnico e dos cursos de geração de trabalho e renda que se propõem inserir seus alunos – composto principalmente de mulheres - em empregos formais, na inclusão produtiva pretende-

²⁸ O ideal, parece-nos, refere-se a um repertório ético popular (VER Mamani, 2004), recorrente a esse público, que será evidenciado no segundo capítulo.

²⁹ Os dados que se seguem são oriundos da entrevista realizada com o Gerente de Programas e Projetos da SMFAS.

se a inserção em mercados informais, dado que aceita-se como obstáculo intransponível a idade elevada e a baixa escolaridade dos alunos.

E o que está aqui por enquanto e que a gente vai conseguir inserir, não é nem pela questão de mercado, porque não é nem o mercado formal, é mais o mercado informal. Na maioria dos casos, elas podem trabalhar em casa, em qualquer coisa que a gente ensine aqui, sem estar ligada à empresas, um trabalho autônomo, de manicure, de cabeleireiro. E por a maioria ser mulher a gente opta por manter esses cursos. (...) Como na prefeitura a gente vê mais essa questão imediata, aí a gente mantém, pelo menos por agora. A gente tá mantendo esses, principalmente o de manicure e de cabeleireiro, que é o que elas podem aprender e já ir trabalhando nas suas casas, bairros, com as pessoas conhecidas delas sem ter um custo muito alto. Às vezes tem um secador de cabelo, uma prancha, compra uma coisinha ou outra e ela consegue montar um mini salão, pelo menos pra atender a comunidade próxima e ter uma renda adicional. E até nos outros cursos de artesanato a gente busca tá ensinando alguma coisa que dê pra ela fazer também com um custo que não seja tão elevado, tem esse da fibra de bananeira, o material que usa você consegue praticamente pronto da bananeira. Então o material pra se fazer o artesanato é muito pequeno e aí já facilita, né? (Gerente de Programas e Projetos).

Esse tipo de curso pretende gerar uma renda emergencial/imediata. Nos termos do gerente de programas e projetos, “a inclusão produtiva é mais o início, é a pessoa começar a aprender alguma forma dela incrementar sua renda”. O incremento de renda pressupõe que as mulheres servirão para ajudar na economia doméstica, um reforço à renda de provedor do marido³⁰.

Isto dever-se-ia, segundo o Gerente de Programas e Projetos, ao fato de ao longo dos anos, serem as *mulheres que buscam* a política de assistência, e procuram cursos ligados às funções femininas tradicionais que possibilitem o trabalho em casa. Isto dispensaria à SMFAS de estudar os mercado de trabalho. Igualmente, como nos casos anteriores, não há acompanhamento dos egressos.

A gente faz o encaminhamento, mas acaba se perdendo também que... terminou o curso, a gente espera um período pra entrar em contato com eles, aí o pessoal costuma muito trocar de telefone, a gente pede dois contatos, mas depois tenta ligar e não consegue. Às vezes até a pessoa consegue trabalhar, mas aí para gente não conta porque a pessoa fez o curso de auxiliar administrativo e está trabalhando em alguma coisa totalmente diferente e aí a gente não

³⁰ Durante a observação participante em uma aula de artesanato, as quatro mulheres presentes, falaram sobre suas vidas e trajetórias. Nenhuma possui renda própria, apesar da grande parte ter trabalhado como doméstica, apenas uma teve carteira de trabalho assinada.

contabiliza (Gerente de Programas e Projetos)

Parte do pouco dinamismo das políticas de inclusão produtiva³¹ - que repete há anos o mesmo modo de proceder, dever-se-ia ao fato de ter se tornado um aspecto menor da “gestão plena” da Políticas de Assistência Social (PNAS) em Campos³², dado que existem dificuldades em manter os cursos de qualificação nos CRASs, pois os mesmos sofrem com ausência de estrutura física e humana adequadas.

A gente teve uma capacitação lá na UFRJ e o pessoal do Estado e também o pessoal da secretaria de família e assistência dos municípios próprios, foi muito discutida essa questão de ter a inclusão produtiva dentro do CRAS e aí de um lado lá as assistentes sociais defendem a questão de não ter porque acaba prejudicando o trabalho, também a questão de espaço de não ter um local adequado, de tirar totalmente a inclusão produtiva de dentro do CRAS. Mas aí tem a questão: a gente tira de dentro do CRAS e vai pôr aonde? Igual à gente tem aqui no Jardim Carioca, a gente consegue atender as pessoas do Centro, Guarus, Jardim Carioca e até um pouquinho mais longe, mas a gente não vai alcançar a pessoa que está lá dentro de Morro do Coco, o pessoal de Ururaí que está mais afastado. E pra manter outro centro fora do CRAS nos bairros fica mais complicado, porque precisa construir uma estrutura muito grande e também se não tiver um espaço adequado não tem como fazer (Gerente de Programas e Projetos)

O problema é que os CRAS recusam-se a aderir a inclusão produtiva dada as inúmeras funções pelos quais são responsáveis e pelo aumento de cursos desse tipo na região (PRONATEC, Geração de Trabalho e Renda)³³. A prefeitura, contudo, decidiu manter os cursos de inclusão produtiva dado que atendem a um público que, devido à baixa escolaridade, muitas vezes, não consegue nem ser absorvido nem pelos cursos FIC³⁴.

³¹ As Políticas de Inclusão Produtiva são consideradas portas de saída da assistência.

³² Financiada pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) que recebe repasses do Fundo Nacional de Assistência (FNAS) a fim de organizar as ações de proteção social, prevenindo riscos e protegendo os indivíduos em situação de violação de direitos.

³³ O Gerente de Programas e Projetos acredita que apesar das dificuldades os cursos deveriam ser conservados nesses locais, pois assim estariam próximo da população que pretendem atender, haja vista, que os centros se respaldam na Territorialidade, ou seja, se estabelecem em territórios vulneráveis. Em sua opinião essa proximidade facilitaria que o público da assistência fizesse parte de um curso de qualificação. Além disso, com os poucos recursos da assistência não poderiam criar outras estruturas físicas que atendessem essa população que se encontra afastada.

³⁴ No curso daqui a gente não cobra escolaridade, agora lá no FIC o que acontece? Quando ele vem, a gente tenta encaixar, às vezes a pessoa quer fazer um curso que ela não tem escolaridade suficiente, a gente através da equipe encaminha, que já conhece a rede do EJA, aí já faz o encaminhamento pra escola de tal lugar, que vai estar te atendendo mais próximo lá de sua residência. (...) E tem sempre

Só que no caso, o público que a gente atende, como a gente não exige escolaridade, o perfil nosso é só está sendo atendido pelo CRAS, tá sendo acompanhado a gente consegue...Porque quando elas não conseguem se inserir no PRONATEC a gente consegue trazer elas pro curso. Se ela não tem oportunidade, a gente tem alunos que tem a 1ª, 2ª, 3ª série no máximo. Pararam de estudar e não conseguem nem entrar, no caso, nos cursos PRONATEC. E acaba a gente trazendo elas pra cá pra ter uma oportunidade (Gerente de Programas e Projetos).

Os cursos de inclusão produtiva, da mesma forma que os cursos FIC, se destinam a atender o público cadastrado no CADÚnico com prioridade para aqueles que recebem benefícios assistenciais, sem que a participação seja obrigatória. Porém, como as inscrições não costumam extrapolar o limite da turma, são abertas exceções para pessoas fora desse perfil. Em todos os casos são assistentes sociais que encaminham àqueles que desejam se matricular.

Os dados apresentados nesse capítulo permitem sumariamente apontar que as políticas de geração de trabalho e renda e qualificação profissional buscam corrigir as deficiências alocativas dos mercados de trabalho. Se constituem, atualmente, em Campos dos Goytacazes como novos arranjos que mantêm a mesma estrutura das políticas implementadas no município a partir da década de 1990.

Assim, valorizam demasiadamente a qualificação e denotam que a dificuldade de inserção dos indivíduos se dá pela ausência dessa. Da mesma forma em que consideram desqualificação igual à pobreza para os participantes, principalmente mulheres, da Assistência Social, o que faz dispensar estudos desses mercados.

Nesse novo arranjo o PRONATEC se estabelece como um maximizador da capacidade das instituições, principalmente, dos IFFs (por ser uma instituição pública federal), e como um facilitador na abertura e expansão de novos cursos. Não cria nada novo, mas consegue aproveitar as competências e habilidades já em uso (professores, tecnologias, laboratórios, entre outras, em favor das ofertas. A isso pode-se chamar de aliança estratégica.

aquela conversa de pegar e falar assim “você tem ensino fundamental, mas você vai fazer o curso e uma pessoa que tem o ensino médio faz o mesmo curso que você, na hora de entregar um currículo, quem for analisar vai preferir contratar quem tem uma escolaridade maior do que você que tá com ensino fundamental”. A gente tenta orientar, mostrar que tem que estudar, que não tem jeito...(Gerente de Programas e Projetos).

Apesar disso, essa tendência não tem se traduzido em uma reflexão dos ajustes locais dos programas aos mercados de trabalho. Não existe acompanhamento dos egressos e nem estudos que possam embasar uma melhor avaliação dos cursos segundo as inserções.

CAPÍTULO II

REPRESENTAÇÕES DAS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: A ÓTICA DOS SEUS PARTICIPANTES

Analizamos neste capítulo como os participantes das Políticas de Geração de Trabalho e Renda no município de Campos dos Goytacazes as representam e qual é o sentido que adquirem para eles. Supomos que o modo em que, estes, avaliam e se relacionam com a política é expressivo da forma em que se apropriam dela, do uso que darão aos recursos ofertados. Tal suposto sustenta-se tese de Lautier e Pereira (1994, p. 125) de que “as representações e estratégias desses trabalhadores constituem um elemento fundamental para a conformação e funcionamento do mercado de trabalho”, dado que orientam ações próprias e alheias e servem para julgá-las.

Já observamos que os cursos são diferenciados e hierarquizados pelo grau de escolaridade e renda, e que os cursos são ofertados com base na expectativa de demanda. A nós interessa aqui são as estratégias e as representações que orientam essa demanda.

Os dados analisados, a seguir, originam-se de 17 entrevistas realizadas nos locais dos cursos e a síntese de seu perfil socioeconômico pode ser acompanhado no quadro que segue.

Quadro I – Perfil dos entrevistados

Nome	Curso	Sexo	Idade	Religião	Cor	Bairro	Família nº	R. Familiar (S Mínimos)	Filhos nº	E. Civil	Esc	INSS
Marta	Confeiteiro (M. M.)	F	51	A	P	P. Aldeia	4	B.F e Ch. Cidadão	5	S	S.I	S
Penha	Costureira (M.M)	F	46	C	B	Venda Nova	5	De 1 à 2	3	C	E.F. C	N
Heloisa	Padaria (I.P)	F	40	E	P	Vera Cruz	4	De 1 à 2	2	U	Sup . I	S
Maria	(Cabeleireiro, I.P)	F	48	ES	P	Jockey	3	De 3 à 4	1	C	E. M. C	N
Rosália	(Padaria, I.P)	F	56	A	N	P. Rosário	3	Até 1 (Benefício)	1	S	3ª S.	S
Lúcia	(Artesanato, I.P)	F	63	C	N	Jardim Carioca	3	1	5	U	Anal fabe ta	S
Sílvia	(Cabeleireiro, I.P)	F	36	C	N	Jardim Carioca	3	1 s	1	C	E.M C	N
Célia	(Artesanato, I.P)	F	49	A	B	P. Rio Branco	2	De 2 a 3	2	U	6º S	S
Marcela	Const. Civil (PRONATEC)	F	24	E	N	Travessã o	4	De 1 a 2	1	C	E.M C	N

Fernando	(Inst. Musical, PRONATEC)	M	24	S/R	P	P. Alvorada	3	7	0	S	Sup. I	N
Gabriela	(Logística, PRONATEC)	F	18	E	B	P. São Benedito	3	De 3 a 4	0	S	E.M I	N
Lais	Seg. Trab., (PRONATEC)	F	25	C	N	Planície	2	1	0	C	Sup. I	N
Alice	(Solda., PRONATEC)	F	22	A	P	P. Califórnia	9	4 a 5	0	S	Sop. C	N
Tais	(Mecânica, PRONATEC)	F	17	E	N	Jardim Carioca	5	Mais de 7	0	S	E. M I	N
Pedro	Petro. e gás (PRONATEC)	M	16	E	B	P. Alvorada	3	1	0	S	E.M I	N
Margari da	Sushiman (S. M. T.R)	F	38	E	B	Novo Jockey	3	1 e meio	2	D	E.M I	S
Mário	Eletricista (S. M. T.R)	M	62	C	N	Turf Club	3	Desemp.	4	V	E.M .C	N

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: Sexo (F-feminino; M- Maculino); Religião (C= Católica (o), E= Evangélica (o), A = crê em Deus, ES= Espírita, S/R = Sem religião); Cor (N=Negra, B= Branca, P= Parda); Estado Civil (S= solteira (o), C= Casado (a), V= Viúva (a) e U= Em união estável, D= Separada); Escolaridade (E.F= Ensino fundamental, S= Série, C= Completo, I= Incompleto, E.M= Ensino Médio, Sup= Superior); Contribuição previdenciária (S= sim, N=não).

2.1 O PRONATEC: ponte e oportunidade

O PRONATEC é avaliado positivamente pelos alunos já que permitiu o acesso aos cursos técnicos e saberes antes disponíveis apenas às pessoas de maior poder aquisitivo, disponível na rede privada de ensino. Alegam que o programa deu uma oportunidade e democratizou o acesso aos cursos. Desse modo para Marcela:

Foi uma oportunidade a mais que esse PRONATEC está concedendo a todos, né? Porque se a gente for olhar para trás não tinha essa oportunidade das pessoas se entrosarem mais com outros cursos, conhecerem outros cursos. Então para mim é uma boa. Antigamente era mais difícil as pessoas entrarem num técnico, e o PRONATEC facilita muitas coisas, principalmente em você entrar e você conhecer, em você fazer parte, estudar, ter um entrosação maior com as pessoas, com as matérias, com o curso, então para mim foi uma ótima (Marcela, aluna do técnico em construção)

Para Marcela, também, é possível que as pessoas transitem pelos cursos, podendo assim, conhecer melhor, fazer escolhas, e adquirir contatos que podem ser importantes no futuro, a isso dá o nome de “entrosação”. Faz referência, assim, a um princípio de ação econômica popular, o “ter conhecimento”, (MAMANI, 2004 p. 347) tomar decisões adequadas ou ter boas opções de trabalho graças ao contato com pessoas influentes ou acesso a uma rede de contatos que oferece boa informação. Trata-se de uma racionalidade em redes (contatos) que visa maximizarem as oportunidades econômicas e sociais.

O PRONATEC em si é bom, porque o foco é inserir o jovem no mercado de trabalho com mais facilidade, porque tem muita gente que não tem uma chance de fazer uma faculdade. E eu vejo que ajuda muito, porque começando a trabalhar como técnico isso vai te incentivar a ir para uma faculdade mais para frente (Gabriela, técnico em Logística).

Neste caso, o PRONATEC aparece como uma ponte capaz de incentivar os indivíduos a crescerem e, assim, atingirem outros patamares profissionais a partir da inserção no mercado de trabalho mais facilmente.

Eu gosto muito, eu acho que a forma que eles têm de dar mais uma oportunidade. Talvez se eu tivesse que fazer prova para entrar eu não conseguiria, ou eu não teria vontade, entendeu? Então, eu acho que o PRONATEC é uma forma de estimular a gente a procurar mais. Por exemplo, eu já tinha me formado, eu já tinha terminado meus estudos, eu já tava trabalhando, já tinha uma profissão. Se eu tivesse que parar e estudar pro vestibular talvez eu não iria querer pelo desgaste de já estar trabalhando e ter que estudar e então, não teria essa chance que eu estou tendo hoje. Porque com o PRONATEC, como foi uma coisa mais fácil, mais acessível eu acho que ele além de estimular ele ajuda a gente a entrar melhor num mercado de trabalho, entendeu? (Alice, Técnico em soldagem)

Olha eu acho que tem mais pontos positivos, porque (...) bastantes pessoas não tinham (...) visão do mercado de trabalho, é mais fácil agora fazer um ensino técnico, os alunos estão saindo do ensino médio com uma visão do técnico, acho que (...)tem muito ponto positivo. Porque o jovem, às vezes, quer logo trabalhar, então é mais rápido que uma graduação. Então acho que tem bastante ponto mesmo, é bem interessante (Lais, Técnico em Segurança do Trabalho).

Alice tem formação de professores (nomeado de normal superior) e já atuava trabalhando numa creche antes de ser chamada para o curso. Ela levanta outra questão acerca da política. Acredita que a não obrigatoriedade de prova para participar da seleção ajuda a conseguir uma vaga e acaba por estimular pessoas, como ela, que não teriam como parar suas vidas profissionais e trabalhos para se dedicarem ao estudo. Porém, depois de conseguida a vaga, o curso se torna prioridade por considerar que a inserção no mercado de trabalho é mais rápida e melhor remunerada, conforme ressaltará mais a frente. Ela conseguiu a vaga na terceira chamada, ou seja, uma das vagas remanescentes já que não fez o ENEM. Alega que as duas primeiras chamadas foram apenas para quem fez esse exame.

Outros consideram que o fato do curso ser gratuito e, além disso, receberem

material didático, contribui muito para a inserção de pessoas mais pobres.

Eu gosto do PRONATEC, porque ele deu uma oportunidade para mim, porque o curso que eu estou fazendo é muito caro, e meus pais não teriam nunca condições de pagar um curso de 800 reais que é mecânica, e aí eles me deram praticamente tudo de graça, deram uniforme, não precisei pagar meu EPI (Equipamento de segurança) que também é caro, só a bota é quase 200 reais, o jaleco que também é caro, quase 100 reais o jaleco, entendeu? Me deram o protetor auricular, o óculos, então eu acho muito bom (Tais, técnico em mecânica)

É um programa bom, se não fosse por causa do PRONATEC eu não estaria estudando no SENAI. Isso me adiantou um bom pedaço da vida, esse curso (Pedro, técnico em petróleo e gás)

Assim, o PRONATEC possibilitaria a inserção de alunos de escolas públicas a instituições de acesso muito difícil, como o SENAI, conforme chamam a atenção Pedro e Tais.

Contudo, apesar das vantagens, ou das oportunidades ampliadas pelos cursos, a escolha dos cursos não segue objetivos profissionais muito claros. Assim, poucos entrevistados (2 de 7) sabiam o que os cursos ofereciam e conheciam as áreas de atuação e onde podem se empregar posteriormente, apenas o aluno que está fazendo técnico em petróleo e gás no SENAI e a que faz soldagem no IFF. Abaixo estão alguns relatos que expressam o desconhecimento:

Olha, eu comecei o curso, na verdade sem saber o que eu queria cursar na minha vida, aí no decorrer do curso eu fui descobrindo que é uma coisa boa, que é um curso que mexe muito com cálculos em relação a química dos materiais, mas é um curso muito legal, é um curso bom, é interativo, os alunos aprendem muito (Tais, Técnico em Mecânica)

Por que eu escolhi logística? Não tinha um porquê assim... Como eu disse, era um curso mais fácil entre todos os outros. Porque os outros pediam muito e como eu estava no ensino médio, estava no segundo ano, o segundo ano é muito complicado. Eu já ia pro terceiro ano, então eu precisava de foco (Gabriela, logística)

Eu escolhi, porque eu estou aguardando uma licenciatura em música, que a diretora do IFF falou que vai ter e aí nesse tempo que eu estou aguardando apareceu esse técnico e eu acreditava que fosse melhor, fiquei meio desapontado, meio decepcionado. Mas achei que ainda assim eu tiraria algum proveito, então eu decidi entrar nesse curso (Fernando, Técnico em Instrumento Musical IFF guarus, 2014)

O desconhecimento em relação aos cursos talvez possa ser apontado como um dos fatores que leva a evasão, considerada um problema por todos os alunos entrevistados, pois com a diminuição do número de alunos as turmas são misturadas e corre-se o risco de fecharem o curso. Apesar de demonstrarem certo desconhecimento em relação aos cursos, os alunos efetuam uma espécie de cálculo que relaciona as dificuldades e referências dessas qualificações nos mercados de trabalho, ainda que esse levantamento seja feito posteriormente, ou seja, no decorrer do curso.

Há também outra questão: não importa qual seja o curso, porque “se está estudando está bom”, vale dizer que estudar é considerado um bem em si mesmo. Desse modo, a maioria (5) gosta de participar dos cursos e pretendem uma inserção no mercado de trabalho nas áreas em que estão se qualificando. Os dois que dizem não gostar relatam seus motivos:

No momento não tenho gostado muito não, eu devo salientar que o motivo pelo qual eu não gosto do curso não é que eu não goste da área de ensino da música, não é esse o caso. Porque são coisas que eu estudo diariamente, independente de sábado ou domingo, sempre estou estudando música, pensando em música, é uma coisa que eu estudo há mais de 6 anos. Podia ser um tempo muito melhor aproveitado, podia ser muito melhor feito. O curso tem deixado a desejar porque não está colocando um ensino técnico, não colocou uma prova de aptidão e aí fica uma diferença muito grande entre os alunos e os professores tentando abraçar todo mundo. E aí no final nem o ruim e o iniciante se aproximam do intermediário, nem o intermediário se aproxima de uma pessoa mais avançada, no final ninguém vai a lugar nenhum e o tempo passa (Fernando, Instrumento musical)

Então, trabalhar nessa área não quero não, porque só uma pessoa das 45 que tinham na minha sala, só uma pessoa está trabalhando nessa área. E essa pessoa que trabalha na área de logística ela disse que não tem nada a ver com o que a gente aprendeu na sala. Nosso curso foi focado no transporte e não é só transporte, não é só isso. Logística tem muito mais, é elaboração de contratos que a gente também faz. Ela disse que ela teve que fazer um curso pela empresa, que a empresa pagou um curso para ela... acho que aperfeiçoamento para ela poder atuar na empresa, como técnica em logística (Gabriela, Logística)

Ambos dizem o não gostar baseados no que consideram inadequado nos cursos. O primeiro acredita que a ausência de uma prova de aptidão que possa

nivelar os alunos no ensino de música propicia uma turma muito diferenciada, fazendo com que o técnico não cumpra sua função que é preparar os alunos para o mercado de trabalho. Já a segunda considera que o curso não é adequado ao mercado. Em ambos casos, os alunos consideram que o curso não fornece os subsídios necessários para a inclusão, ou seja, está distante de formar o profissional que o mercado busca para essas áreas.

Os cursos são avaliados de forma instrumental. Servem para obter conhecimento técnico que permita uma rápida inserção e possibilite, também, ampliar as oportunidades. Nestes âmbitos, para além dos cursos em si mesmos a experiência profissional compartilhada entre os colegas torna-se referência de sucesso ou insucesso. Essa é uma crítica ao sistema escolar que não consegue se ajustar aos mercados que possuem exigências muito distintas³⁵.

Quanto à qualidade dos professores, os cursos são avaliados satisfatoriamente:

Eu acho que os professores aqui estão muito bem preparados para passar tudo que eles tem para passar para gente, acho que eles tem um bom preparo para estar ali na frente ensinando a quem tem que ensinar (Alice, Soldagem)

Os professores, acho que com os professores eu tive sorte, eram professores maravilhosos. Mas o que os professores passam para gente é ótimo. Eu tinha muita dificuldade, mesmo sendo comunicativa, eu tinha dificuldade de falar em público e com o curso eu aprendi a não ter tanta vergonha, saber me expressar mais, entendeu? Escrever melhor também, porque eu sempre me preocupei muito com isso, como eu vou falar com as pessoas, o que eu vou escrever, e isso eles trabalhavam com a gente. Como você vai se portar na frente de um público, entendeu? Era mais um curso motivacional (Gabriela, Logística)

Já em relação à estrutura física dos cursos, todos os alunos com exceção da aluna do Senac, ressaltam que é boa, as salas dispõem de ar condicionados e são amplas. Gabriela alega que se for apenas para conhecer a estrutura é ótima, mas para quem faz parte dos cursos é limitada e não há o incentivo à prática profissional.

³⁵ Bourdieu e Boltanski (1975) já alertavam para esse sintoma dos sistemas de educação. Isso se explica porque existe uma constante tensão entre esse e o aparato econômico, na medida em que obedecem a lógicas distintas. O primeiro encontra-se em defasagem temporal em relação ao segundo. O que significa dizer que a qualificação nunca é suficiente para a atuação profissional Assim, o que a escola pode oferecer aos alunos, segundo esses autores (1975) é a ocupação em um posto profissional por meio do título (certificação) e o aumento do capital escolar, que conta na maioria dos mercados de trabalhos.

“Até hoje eu não sei ao certo o que um técnico em logística faz a não ser organizar, ponto. Eu não sei”.

Quanto aos motivos que os levaram a procurarem os cursos, e os benefícios que deles esperavam para suas vidas a maioria apontou a melhoria da situação financeira e o desejo de ajudar a família (5 num total de 7).

Então, benefícios, no caso, para mim futuramente, claro! Com certeza! Benefícios para minha família que claro vai usufruir de tudo. É, e eu vou poder crescer no mercado de trabalho, não vou ficar só nessa área, vou poder procurar outras áreas e lá dentro crescer (Marcela, Construção Civil)

Acho que me inserir mais rápido no mercado de trabalho. Também ter uma estabilidade para concluir a graduação, mas se por exemplo, aparecer um concurso alguma coisa na área de técnico em segurança e me desse mais estabilidade, eu podia até concluir a graduação, mas eu optaria ficar com o técnico. É por isso que eu penso em depois fazer uma engenharia civil, fazer uma pós em engenharia de segurança (Lais, Segurança do trabalho)

Então, para mim é trabalhar mesmo, para mim poder ter minha estrutura financeira eu escolheria essa área mesmo de indústria, trabalhar com solda, que eu acho que é o que eu vou ter um grande retorno na frente, pelo menos é o que eu espero. Eu espero que ele me traga uma profissão compensadora por ser uma coisa que eu gosto de fazer também, entendeu? Então, eu penso também em estabilidade financeira, porque meu pai é caminhoneiro, minha mãe, consegue, às vezes, contratos e trabalha como merendeira, trabalha em lanchonete. Então, tipo assim, eles tiveram uma vida muito difícil e eu quero poder um dia ajudar eles e quero também ter uma coisa melhor para mim, entendeu? (Alice, Soldagem).

Porque na nossa região de Campos é escassa a quantidade de mecânicos, de técnicos nessa área e quando você faz o curso de mecânica você não abrange só a mecânica, você tem também um pouco de conhecimentos de elétrica, você ganha um pouco de conhecimento em relação a solda, a elementos de máquinas. (Tais, Mecânica)

Um emprego certo na verdade, porque trabalhar todo mundo trabalha, só que não tem trabalho bom hoje em dia. Acho que com esse curso vou conseguir um trabalho bom. Uma área financeira melhor, um trabalho financeiramente melhor (Pedro, Petróleo e gás).

Os jovens alunos, não buscam a ascensão social, a meta a alcançar, pela via do estudo, é a estabilidade profissional e um bom retorno financeiro e essa possibilidade situa-se além da formação técnica, implica em obter formação de nível

superior e de pós-graduação: buscam melhorar³⁶. Mas não se trata de uma carreira individual: a melhora pessoal é apresentada como uma forma de ajudar à família³⁷.

Dentro deste repertório moral justificam-se os motivos da escolha dos cursos como Marcela, que sustenta que a qualificação profissional é uma forma de evitar o mundo da criminalidade e a violência. Neste caso a qualificação atuaria como uma espécie de limpeza moral.

Se você tem tempo para estudar, você acaba não tendo tempo para outras coisas, porque o que mais tem hoje em dia são jovens e adolescentes de 13, 14 anos já envolvidos em criminalidade e drogas e por aí vai, tanto meninos quanto meninas na prostituição e por aí vai. Então, se hoje a gente tem oportunidade de ter o PRONATEC, de ter o Sisutec, de ter outras oportunidades, por que não agarrar? Porque se a gente realmente quer crescer, a gente agarra as oportunidades e não vai ter tempo para outras coisas. Então para mim é importante sim que todos os jovens procurem se interessar para ver o que querem. As pessoas podem falar assim: “Ah, mas a família dele, pai ou a mãe brigam, pais separados” e tem pessoas que desistem por causa desses motivos, mas aí mesmo que você tem que agarrar a oportunidade porque você não vai ficar naquela dependência da briga dos seus pais, da dificuldade financeira da família, você vai ter uma oportunidade de crescer e de fazer crescer junto sua família.

Os alunos não diferenciam claramente cursos técnicos da educação. E é valorizada na medida em que proporciona uma oportunidade para superar adversidades. Os cursos técnicos são vistos como uma continuação da educação regular, e uma complementação entre àqueles que ainda não concluíram o ensino médio. Além disso, tem o mesmo valor que uma graduação dado que muitas vezes, permitem obter uma remuneração melhor que muitos cursos de graduação. Daí o projeto de terminarem o técnico primeiro, conseguirem autonomia financeira para depois cursarem graduação.

Existe o consenso de que os mercados de trabalho são instáveis e assim sendo, é preciso buscar a estabilidade maximizando as oportunidades. Com base nisso os alunos afirmam majoritariamente não sentirem-se preparados para o

³⁶ A ambição comum de melhorar passa, não apenas por construir um patrimônio, senão também por alcançar autonomia, aponta para existência de um *ethos* social pelo qual se definem projetos e deveres que dão sentido à trajetória profissional para além das condições econômicas objetivas. (MAMANI, 2004, p. 334)

³⁷ Para Mamani (2004) a família se constitui o lugar da formulação e reformulação das estratégias, inclusive intergeracionais, um elemento central do *ethos* do empreendedor popular urbano ou de uma popular ética do trabalho. Assim para ele essa é uma ética que “tradicionalmente se denominou de mobilidade social ascendente” (p.359).

mercado de trabalho ao término e apenas dois acreditam estar prontos para atuar na área.

Como eu falei, preparada, preparada eu não sei se vou estar realmente, mas eu vou meter minha cara para poder procurar alguma coisa naquilo que eu aprendi e não vou ficar só nisso, vou procurar outros conhecimentos (Marcela, Construção Civil)

Não adianta eu querer sair dos meus estudos, da minha escola e falar assim “Agora eu estou pronta, estou formada, e vou para o mercado de trabalho”, não adianta eu ter essa ilusão porque não é assim, é muito mais complicado, é muito mais exigente, então, eu tenho que correr atrás, mas eu tenho que saber que eu não vou conseguir fácil, eu vou demorar, vou lutar e vou ter que correr muito para conseguir, entendeu? O negócio é bem complicado mesmo. Não, não vou estar pronta porque eu acho. Eu, por exemplo, penso que eu tenho que estar sempre em busca de alguma coisa, eu acho que eu não vou sair daqui sabendo tudo totalmente, acho que eu vou estar sempre tendo que aprender alguma coisa diferente, porque também é um mercado que está sempre sendo inovado, entendeu? Tem sempre novas mudanças, novas coisas para ser apresentada, então eu acho que sair daqui direto só se eu tiver muita cara e coragem, só se eu falar assim “não, vou meter o peito e vou (Alice, Soldagem)

O despreparo para o mercado de trabalho se justifica com frases, como “nunca estarei preparado 100%”, “é preciso correr atrás”, “é necessário sempre me capacitar”, “as coisas mudam e eu tenho que estar em constante busca para acompanhar”. Com isto os jovens demonstram uma percepção lúcida do funcionamento, variações e dificuldades de inserção nesses, mas também da incorporação da gramática da formação continuada e da responsabilização do trabalhador para ajustar-se aos mercados, por ser empregável.

Outros alegam que o despreparo vem da ausência de estágios e incentivo à prática nos cursos.

A única coisa assim que eu acho que falta é que tinham que disponibilizar mais estágios, fazer parcerias com mais empresas. No caso, é a gente que tem que procurar mesmo e deveria ter mais assim, palestras com as empresas. Porque a gente vê muita teoria e não muito a prática. E o técnico de segurança, até minha cunhada falou que, é bom ter um estágio para você encontrar um emprego mais rápido (Lais, Segurança do Trabalho)

Não, sempre vai faltar alguma coisa, sempre vai faltar porque esse curso de petróleo e gás não tem muita prática, é mais teoria e a gente na verdade só aprende na prática, na teoria ninguém aprende

nada (Pedro, Petróleo e Gás).

Igualmente quem se sente preparada, Tais do Senai, o faz porque foi levada à fazer simulação da realidade prática do trabalho e vivenciou os conteúdos.

Sim, eles preparam bem, porque em sala eles te explicam tudo, tem uma aula, uma matéria que é Qualidade, Segurança, Meio ambiente e Saúde, então nessa aula você aprende como você tratar um cliente, você aprende como você lidar com pessoas dentro da sua empresa, você tem simulações, como eu disse professores, eles não só dão a aula ali dentro da sala de aula, mas como eles levam você para simuladores, fazem visitas técnicas em outras empresas, então, você sai dali do Senai com uma cabeça madura para poder entrar no mercado de trabalho e eles focam muito nisso, porque o interesse deles é fazer com que o aluno termine o ensino médio e comece já a trabalhar, porque hoje em dia as empresas não querem pessoas velhas, que eu digo muito velhas. As empresas estão em busca de pessoas jovens, porque tem a cabeça mais fresca, entendeu? E aprendem muito mais coisas (Tais, Mecânica)

Há, ainda, outras justificativas, por exemplo, a questão da certificação que para o curso de técnico em instrumento musical acaba por não contar muito, já que nessa área a valorização é dada às competências individuais e outros fatores determinam e condicionam a entrada no mercado de trabalho.

Agora, como instrumentista, você depende da sua competência, não é questão de papel. É até uma questão mais ampla, porque pro cara se inserir no mercado musical é mais complicado. É uma questão de quase sorte, são vários fatores que podem contribuir (Fernando, Instrumento musical IFF)

Apesar de tudo, os alunos mantêm a crença de que terão uma oportunidade no mercado de trabalho e que serão inseridos em trabalhos formais, exceto o aluno da música e a de logística do Senai.

Quanto aos problemas, os mais citados - que aparecem em pelo menos 6 das 7 entrevistas - são a evasão, a falta de estágios e, além disso, os horários inflexíveis. Em relação ao estágio, os alunos acreditam que sua falta dificulta a inserção nos mercados de trabalho, já que é comum as empresas solicitarem-na na hora de contratar³⁸.

³⁸ Segundo Rocha (2008) o fator experiência é um fenômeno conhecido e exigido aos jovens de diversos níveis de qualificação mundialmente, especialmente nos postos de menores. A autora alega que nos mercados para os jovens de até 24 anos a experiência costuma ser mais recompensada que a escolaridade e que um ano a mais de experiência costuma aumentar as chances de inserção em 20%.

A falta de experiência dificulta. Acho que seria um ponto que o PRONATEC teria que ver já, porque se visa o jovem, às pessoas entrarem logo no mercado de trabalho também tinha que fazer algumas parcerias com algumas empresas. (Lais, Estácio)

Quando abriu a prova talento SENAC só duas pessoas, três pessoas da minha turma fizeram. É uma prova que testa seus conhecimentos durante o curso é feito nos últimos módulos e depois quem passar nessa prova tem uma viagem...eu acho que é no Rio de Janeiro ou São Paulo, não sei ao certo, que tem palestras, é uma semana ou uns dias de palestras. Esses alunos que fizeram ficaram espantados porque teve uma prova prática e a gente nunca teve uma aula prática, a gente não sabia botar na prática. E gente já tinha reclamado, mas o coordenador chegou e falou: não tem como colocar um navio dentro do SENAC para vocês estudarem. Mas pelo menos eles tinham que levar a gente até o navio. Ele disse: Não tenho como colocar uma estrada com vários caminhões, armazém com várias coisas aqui dentro para vocês estudarem, porque a gente não tem estrutura para isso. E a gente sempre perguntava, mas por quê? Visita técnica está faltando, pelo menos alguma coisa. E a prova prática do talento SENAC foi dentro da minha sala na época, eles botaram várias mercadorias, várias coisas para você organizar, você deveria saber como colocar aquilo tudo e eles ficaram até sem resposta quando a gente perguntou "Por que vocês disseram que não tinha como se na prova prática caiu isso e dentro da sala?" (Gabriela, Logística)

É muito importante porque na sala de aula você vai ouvir a teoria e no estágio você vai ter a prática, você vai estar lá, você vai colocar a mão, vai estar mexendo, vai estar ali, você e o serviço, então para mim é importante sim (Marcela, Construção Civil).

Outros problemas apontados são a ausência de oficinas e de encontros que promovam troca de experiências e o melhor entendimento dos cursos; a ausência de matriz curricular que possibilite ao aluno saber o que será oferecido nos cursos e a falta de livros do curso na biblioteca.

O pessoal do PRONATEC dos outros lugares tinha palestras, os meus amigos da noite tiveram palestra. Palestra que a gente teve foi só uma vez com Toninho...eu não lembro o sobrenome dele, ele é de Campos até. Ele foi lá, foi dar uma palestra que tipo assim, ao meu ver não tinha nada a ver com logística. Tudo é importante, mas a gente estava em um curso técnico em logística, deveria ser alguma coisa voltada para isso e não foi. Então, foi a única palestra que a gente teve e os outros alunos não, sempre tiveram palestras, eventos, coisas (Gabriela, Logística).

Falta de livros na biblioteca, métodos, infraestrutura também, já que a gente perdeu a sala de ensaio para ser um espaço de aula. Então,

perde um pouco o incentivo dos alunos, a possibilidade dos alunos fazerem projetos mesmo. Mas tem detalhes ali, falta um quadro para música mesmo, um quadro pautado, coisas que já existem há muito tempo, coisas que escolas particulares já colocam. Inclusive outras escolas, outros técnicos musicais de outros lugares do Brasil. Falta colocar uma matriz curricular e fornecer os livros na biblioteca. Você tem 20%, você tem os equipamentos e tem os professores, apesar dos professores fazerem grande diferença, mas o resto está faltando muita coisa. Aí o resultado fica pífio e o mais importante é ter os resultados ali com os alunos. Pro os alunos saírem dali com maiores competências, não só certificação, até mesmo porque essa certificação não quer dizer muito no mercado não. (...) não tinha a grade curricular e ementa, entrei no site e até hoje não tem. Já pedi mais de uma vez e continua não tendo, mas depois falaram que era no âmbito da música mesmo e tal e pensei “pô, o sujeito vai ficar técnico em algum instrumento musical, só não vai ser um bacharel, mas vai ser bom”. E não é também o caso (Fernando, Técnico em Instrumento Musical).

Quanto às bolsas, todos, sem exceção, reclamam dos atrasos no pagamento ou de até mesmo o recebimento de apenas um auxílio com valor reduzido. O auxílio é pago aos alunos, em conta específica, para custear alimentação e transporte, de maneira a favorecer sua permanência. Os alunos do IFF tem direito a carteirinha estudantil para uso nos transportes públicos, à alimentação na própria instituição e gratuidade pelo uniforme. Ainda assim, há discrepâncias, na medida em que, por exemplo, o aluno do técnico em instrumento musical recebe o benefício e a aluna do curso de soldagem não, sendo ambos da mesma instituição.

Os atrasos e diferenças de valores são percebidos pelos alunos, já que conhecem alunos de outras instituições e trocam informações sobre os auxílios e sobre o programa. Neste sentido, Fernando, critica o PRONATEC não possuir uma corregedoria, nem nenhum órgão que possa avaliar e fiscalizar essas questões que propiciam uma série distorções em várias situações, uma delas é no auxílio. Igualmente, os alunos destes cursos não possuem representação nos grêmios e centros acadêmicos. Algumas turmas até contam com representantes de turma, mas não há lugar para ações coletivas em centros que possam fortalecer o movimento estudantil, reivindicar direitos e/ou solicitar explicações acerca dos atrasos das bolsas e cortes, ou, ainda, aproximar os alunos do PRONATEC. Tal programa se estabelece como uma política sem espaço para a participação do público alvo de suas ações, os alunos.

2.1.1 Mulheres Mil e a busca de independência financeira pós-qualificação

As mulheres participantes do Programa Mulheres Mil do IFF centro também falam, sem dificuldade e sem muito estímulo, das dificuldades de inserção e permanência nos mercados de trabalho com base nessa experiência, avaliaram os cursos e explicam como chegaram ao programa e àquele curso em particular.

Marta, que faz o curso de Confeiteira, relata dificuldades na inserção, principalmente pela idade.

Ah, eu já fiz o curso de auxiliar de cozinha pelo mulheres mil no IFF de guarus, o de lá foi bom...bom assim que eu digo, o pessoal não faltava, era assíduo, sala cheia, até tinha um pessoal de Outeiro que vinha de lá de ônibus e tinha frequência certinha, foi legal, eu gostei do curso, gostei. (...) Aí a coordenadora de lá falou até assim “Olha o ano passado o Superbom contratou um monte auxiliar de cozinha”, mas eu botei em todos Superbom currículo e não consegui. Também não sei se foi por causa da idade. Eu tenho 51 anos, na época eu estava com 50, né? As meninas lá de Outeiro, tenho contato com elas e ninguém está trabalhando (Marta, Curso de Confeiteira)

Ao mesmo tempo em que relata dificuldades em se inserir formalmente no mercado de trabalho, seja pela idade acima da demandada ou por outras questões – preocupa-se por não conhecer ninguém trabalhando após a capacitação e descreve alguns problemas do curso.

O maior problema do curso, para Marta, tem sido a evasão. No dia da entrevista só ela tinha comparecido à aula do “Mapa da vida”, uma disciplina reflexiva em que as mulheres contam sua história por meio de figuras, desenhos. Segundo ela, o curso oferece aulas de matemática, português, direitos da mulher, saúde da mulher, informática, e outros. No entanto, dos 20 matriculados na sua turma, uns 10 abandonaram e apenas 4 ou 5 tem frequentado as aulas teóricas, os demais só comparecem às aulas práticas, realizadas no balcão de emprego da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.

O dado das alunas rejeitarem as aulas teóricas é significativo e pode indicar a descrença nesse tipo de conteúdo para a vida produtiva. Ou ainda, o fato de existirem aula todos os dias da semana ser empecilho para àquelas que têm filhos pequenos. Na palestra inaugural, presenciada por mim, esse foi um problema posto à equipe presente no dia. Muitas perguntavam se o horário seria flexível para que

pudessem deixar seus filhos na creche e chegar no curso com um certo atraso, ou sair mais cedo para que pudessem buscá-los. Como teremos oportunidade de desenvolver no capítulo 3, a maternidade é um aspecto central na trajetória profissional feminina.

Já em relação ao PRONATEC em si a avaliação se assemelha aos demais alunos dos cursos técnicos. Alegam gostar porque democratizou o acesso além do fato do auxílio contribuir muito para a permanência nos cursos.

Olha, eu gostei muito porque deu bastante oportunidade para as pessoas, porque se não fosse o PRONATEC eu não ia conseguir fazer um curso livre, eu acho bem interessante. Ajudou bastante, até porque você não paga passagem, aqui a gente tem nosso lanche, também, ajudou bastante. Tem uma bolsa no valor de 100 reais, 50 a cada quinze dias. A gente tem carteirinha, passa na entrada, na saída e no lanche, para lanche, para lanche. Aqui eles são bem organizados, nós temos assistente social, temos psicóloga, tudo bonitinho (Penha, Costureira).

Um ponto positivo do programa e ressaltado aqui é a equipe multidisciplinar que atende as participantes a partir de suas demandas, realizando orientações necessárias. Porém, quando o assunto é a inserção no mercado de trabalho e as possibilidades de aproveitamento do curso há uma incerteza somada com experiências de insucesso, mesmo em referência ao mercado informal.

Para falar para você é meio difícil porque a gente para ter, fazer, alguma coisa precisa de algum capital, precisa ter algum dinheiro. Penso em investir, mas também precisa saber onde vai fazer porque eu não tenho renda nenhuma, só o bolsa família e o vale alimentação de 200 reais da prefeitura, então são essas duas coisas, eu sobrevivo disso (...). Eu já cheguei a fazer empadinha para vender, mas só que o retorno não estava dando certo, entendeu? Eu estava gastando mais do que as pessoas compravam, então não estava dando certo. Você vender uma coisa por um real, olha quanto você gasta! (Marta, Confeiteira, Mulheres Mil).

Quando as pessoas decidem fazer algo por conta própria para vender, devem realizar um “estudo de mercado”, para saber se existe a demanda e todo o ônus dessa “pesquisa” pesa sobre o trabalhador. Além disso, não há a certeza se produto ou serviço poderá prover rendimentos suficientes em bairros periféricos do município. No caso de Marta, no Parque Aldeia em Guarus - nas “casinhas”, conjunto habitacional construído pela prefeitura - os futuros compradores seriam tão

pobres quanto ela e beneficiários de programas assistenciais ou pelo menos cadastrados no CadÚnico. Isso se explicita quando Marta diz que vendia as empadas por um real, porque se vendesse mais caro não conseguiria compradores e assim, o custo com o material ultrapassava o valor das vendas.

Ainda assim, ela gostaria de investir em algo próprio, pois o mercado de trabalho está “fechado” para pessoas acima de certa idade, obrigando essas a buscarem algo que seja rentável, afinal, em suas palavras, “ninguém vive só de bolsa família”. Neste caso, do mesmo modo que no caso anterior, a iniciativa econômica é balizada pela experiência e por uma avaliação realista das condições de trabalho. Neste caso, os cursos de qualificação constituem uma estratégia de ampliar o leque de saberes e de trabalhos por conta própria.

Da mesma forma que Marta, Penha acredita que apesar do curso ser bom, o mercado de trabalho em Campos não valoriza muito o artesanato. Indagada se considera que o curso prepara para o mercado, ela responde:

Olha, preparar prepara, só que em Campos tem aquele problema, as pessoas não valorizam seu trabalho, o problema de Campos é esse. Agora, eu estive em Natividade, pelo IFF mesmo, nós fomos lá visitar uma cooperativa, as coisas de lá não perdem pras daqui e lá os produtos saem. A gente vende, lá na UENF tem muito no apito (Centro de Convenções) aquelas feiras, não tem? É diferente, é outro público. Há duas semanas eu estive lá, aí veio gente de fora, aí eles compram. E quando a gente vai pras universidades e monta feira aí vende, porque sempre tem alguém que procura enxoval, aí vende. Mas em geral, em geral é pouco. A feirinha Mãos de Campos eu nunca quis. Acho que não sai muito, tanta gente fala que não sai e lá você tem pagar para colocar e aqui a gente não paga (Penha, costureira)

Penha, participa do curso de costureira no IFF pelo Mulheres Mil e também participa de um projeto de extensão de artesanato na UENF com o bagaço da cana e de costura. Ela sai de um lugar e vai direto pro outro. Alega que adora artesanato e que só vislumbra trabalhar com isso em sua vida. Ela já comercializava seus produtos e encontrou no curso, e principalmente na UENF, onde participa de reuniões sobre economia solidária, uma maneira de comercializar os produtos coletivamente em feiras realizadas nas universidades. Elas montam um estande e repassam o dinheiro das vendas para as outras. O dinheiro não é dividido, cada uma recebe pelo que faz, o que elas revezam é quem tomará conta da feira. Penha viu nesses espaços, assim como os alunos dos técnicos consideram, uma oportunidade

de criar redes.

O serviço aqui não é bom você sozinha, é bom ter mais grupo que uma ajuda a outra, a minha vontade era essa. Olha, aqui começou falando que ia montar uma cooperativa para gente, vamos ver se sai mesmo. Mas não conheço ninguém que participa de cooperativa. Então eles que me encaminharam para economia solidária na UENF. É lá na UENF também, é com Neusa. Aí ela faz a reunião dela, toda quarta-feira do mês tem uma reunião. Tem as leis, e assim, é muito bem organizada as coisas dela. Ela passa que a economia solidária um tem que ajudar o outro, tem que trabalhar junto, quando tem reunião a gente tem que ir, não pode ficar faltando. Aí eu tenho meu grupo, no caso são vários grupos. Eram muitas alunas, mas aí foram saindo, foram saindo e ficaram só nove. Começou com quarenta e poucos (Penha, Costureira)

Penha participa de vários cursos, e os avalia segundo o potencial de maximizar ganhos. Assim, a economia solidária é apresentada como uma possibilidade mais rentável que os trabalhos individuais, por conta própria. Penha alega que algumas pessoas que fazem parte do grupo estão pensando em formalizá-lo para que essa atividade coletiva se transforme em uma associação ou cooperativa. Mas ainda não existe nada certo e estão avaliando os prós e os contras de possuírem um CNPJ.

Para as mulheres os cursos dos quais participam são bons, dizem-se satisfeitas com as aulas e com os professores, de modo geral, ainda que existam os problemas, apontados abaixo:

Eu gosto, eu acho bom, só não gosto que as pessoas faltam muito, prejudica. Eu acho que as pessoas faltam às aulas que não são práticas porque elas pensam assim “Aí eu já sei isso, para que eu vou?” Aí hoje eu vou embora (Marta, Confeiteira, Mulheres Mil)

Estou gostando, mas eu acho pouco tempo de curso Começou em agosto e termina em novembro, eu acho pouco tempo. Por isso que eu fui para UENF, porque eu acho que lá não tem limite de tempo, então eu posso ficar até o tempo que eu achar que tá bom para mim. Tem um ateliê de costura e do bagaço da cana eu termino em março, para costura não. Eu fico lá o tempo que eu quiser, porque não determinou o tempo, é bem interessante. (...) E aqui, costurar roupa você sai mais ou menos, agora costurar com artesanato, se você já tiver alguma base, você sai preparado. Mas esse tempo todo que eu trabalho com artesanato eu vejo que Campos não compra artesanato. O bagaço da cana está saindo para fora, para Macaé. Eu ainda não consigo mandar para lá porque estou começando o curso agora. Mas as meninas que estão lá, sai para fora e vende bem. Tem as bijuterias feitas com o bagaço da cana e é bem bonito e está

vendendo bem. Bem interessante! (Penha, Costureira)

A evasão é um problema para Marta porque mora longe e necessita apanhar dois ônibus para chegar ao curso e que sem número suficiente de alunos acaba retornando para casa. Porém, o fato das mulheres evitarem as aulas teóricas e apenas participem das práticas é significativo. Marta explica, que as demais mulheres avaliam essas aulas como não necessárias à sua formação na área escolhida.

Marta ressalta ainda, outros problemas, como a mudança repentina de salas, às vezes, o que faz com que percam tempo de aula. Outra reclamação levantada pela Penha é o tempo insuficiente do curso de costura para aquilo que se propõe: esse deveria servir para ensinar as mulheres a costurarem, no entanto, apesar dos professores serem bons, com o tempo que possuem é impossível, na sua opinião, formar uma costureira de roupas. Em realidade, o curso é aproveitado por quem já possui uma base. E novamente, reitera a questão das dificuldades de se comercializar artesanato no município de Campos.

É comum nesse programa, e também nos demais cursos da inclusão produtiva, que os participantes os busquem para aprofundar algum conhecimento ou saber que já possuem. Tais programas propõem-se, também, a trabalhar com o reconhecimento de habilidades prévias dos participantes. No entanto, quem não possui essas habilidades, segundo as mulheres, não conseguirá se inserir. Contando que até para aqueles que possuem, é difícil. Ou seja, com esse tempo de curso é impossível qualificar alguém. Quando questionadas sobre o porquê da escolha do curso, elas respondem:

Porque já mexe com a minha área, artesanato de costura. Costura eu já sabia um pouquinho, não sabia muito aí eu tentei juntar. O que eu sabia eu aprendi com a minha mãe, mas aí eu queria saber mais, fazer mais variedade. Eu já vendia, mas vendia pouco porque eu não tinha assim, essa chance de ter uma feira, só mesmo em casa, não tinha muitos fregueses e aqui está me ajudando bastante (Penha, Costureira)

Eu entrei para aprender mais de alguma coisa que eu já sabia, eu tenho até uma filha que entrou no curso de artesanato, ela sabe fazer muito bem, só que nem todas as pessoas dão valor às coisas que a gente faz. Ela fazia cada coisa bonita à beça. Aí ela faz bolo, eu ajudo, mas na hora de confeitaria quem confeitaria é ela. Aí vendo isso eu quis aprender, entendeu? (Marta, Confeiteira)

O fato das mulheres buscarem algo que já dominam de certa forma, pode ser entendido como uma tentativa de minimizar os riscos num mercado e de obterem algum rendimento com isso. Assim avaliam as inúmeras dificuldades para se estabelecerem. Elas procuram um curso de qualificação profissional porque esperam adquirir conhecimento e em certa medida o incentivo que falta para conseguirem arriscar. Além disso, conseguir dinheiro com o qual possam se manter sem depender de ninguém é um dos principais objetivos com o programa.

Eu espero aprender alguma coisa que eu possa fazer e vender entendeu? Para melhorar, porque eu praticamente eu não tenho renda nenhuma, só isso (Programas de transferências de renda). E ninguém vive só disso né? Então é difícil! E chega nessa idade é difícil, porque o pessoal não quer contratar, querem mais novos, entendeu? E aí é difícil. Então eu penso em alguma coisa que eu posso fazer em casa para vender, tem que ser assim, eu acho que por causa da idade porque eu botei currículo em todos os super bons, até na sete de setembro, mas não consegui não (Marta, Confeiteira).

Olha, eu quero tentar montar um negócio para mim mesma, ter meu dinheiro próprio, poder pagar um INSS, eu penso nisso. Meu sonho era conseguir trabalhar numa cooperativa. (...) Eu quero ser independente, independente que eu falo assim ter meu dinheiro, pro que for necessário entendeu? Ser independente sobre isso, não depender do dinheiro de tipo assim, filho, de marido. Porque você tem que esperar a hora que tem, né? Não é como você ter seu dinheiro e fazer o que você quer. Você fica dependendo da vontade dos outros. (Penha, Costureira).

Assim, nota-se que a questão da independência está atrelada a questão financeira, ainda que não seja a possibilidade de gerir-se sozinha. Só é independente quem tem seu próprio dinheiro para fazer o “que quer”, do contrário dependerá sempre da “vontade” de terceiros para comprar o mínimo. Apesar de representarem o programa como capaz de propiciar uma melhoria na renda, reconhecem que ele não pode gerar rendimentos compatíveis para torná-las autônomas do marido ou de benefícios assistenciais. No entanto, espera-se que esse dinheiro possa pagar uma previdência social e fazer o que se quer sem precisar pedir ou depender dos outros. É algo que faz elevar suas autoestimas e serem valorizadas pelos membros familiares e por si mesmas, essa é uma sensação

de independência, não ter que contar com terceiros para o mínimo.

Apesar de o PRONATEC ter absorvido os cursos de inclusão produtiva, antes desenvolvidos nos CRAs de todo Brasil, em Campos a prefeitura continua os ofertando por meio da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social. Sobre essa ação falaremos no próximo item.

2.2 Inclusão Produtiva e o sonho do “dinheirinho” de cada dia

As mulheres participantes dos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Família e Assistência e nomeados de Inclusão produtiva, do mesmo modo que os demais alunos analisam seus cursos com base nas suas experiências e possibilidades de inserção.

As formas de ingressos nos cursos são as mais variadas possíveis, não necessariamente as alunas foram encaminhadas da política de Assistência. Nesse sentido, algumas que não tem o perfil para o CADÚnico, conseguiram a vaga.

A psicóloga do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) que conversou com a assistente social para poder ela encaminhar, porque só ela tem esse jeito, aí ela encaminhou para mim (Célia, Artesanato).

Foi através de Margareth que eu procurei saber. Ela é professora de artesanato daqui, que trabalha aqui. Porque eu queria muito fazer um curso de cabeleireiro, sempre gostei disso, aí eu procurei saber dela se tinha e como fazia para entrar. Aí ela falou que tinha, que estava abrindo inscrição e eu vim fazer, eu fiz a inscrição e tal e estou aqui desde o começo do curso (Maria, Cabeleireira)

Apesar dos gestores da Assistência considerarem os cursos de geração de trabalho e renda como a “porta de saída” dos benefícios assistenciais, apenas uma das alunas chegou ao curso encaminhada pelo CRAS, as demais entrevistadas, apesar de estarem inscritas no CADÚnico, não recebem benefícios de transferência de renda e descobriram os cursos de outra forma. Observe as falas quando indagadas sobre como chegaram até os cursos.

Através de informação de gente que já fez, gente que fez o curso e gostou. Eu procurei a secretaria de família e Assistência, aí fiz a inscrição e comecei (Heloisa, Padaria).

Olha, eu descobri esse curso, eu passando aqui, aí eu vi tudo aqui

arrumadinho, aí eu falei “vou chegar lá e perguntar se tem vaga” (Lúcia, Artesanato)

É que o meu marido fez a inscrição do baixa renda da luz, aí no dia que nós fomos lá na reunião estava o cartaz lá (na SMFAS) do curso, aí eu aproveitei e fiz a inscrição (Sílvia, Cabeleireiro).

Os cursos da Inclusão Produtiva são muito bem avaliados pelas mulheres entrevistadas. São bons porque dá para ganhar “um dinheirinho”, “distrair a cabeça”, entre outros motivos.

O curso é excelente, os professores maravilhosos, a gente tem vontade de vir todo dia, não faltar dia nenhum, cada dia uma coisa nova. (...) É um curso completo. Porque aqui eles ensinam além do pão comum, eles ensinam bolo, coisas que você pode vender avulso, você pode montar uma boutique de pão, não é só aqueles pãozinhos comum. Tem aquelas pães para boutique, muito bom, amei. (Heloisa, Padaria).

Eu acho muito bom, como se diz? Eu acho que a gente tem que aproveitar essas oportunidades porque são boas sabia? Muito boas mesmo (...) dá para ganhar um dinheirinho, pelo menos... (Maria, Cabeleireiro)

Muito bom. Porque você aprende, tá aprendendo e amanhã você pode até ter seu próprio negócio (Rosália, Padaria).

Ah, esse curso é bom. É bom porque a pessoa aprende a fazer as coisas, dá para ganhar um dinheirinho e também distrai muito a mente da pessoa (Lúcia, Artesanato)

O curso aqui está sendo ótimo (...). Foi, uma coisa que eu preferi, que é mais trabalhar a minha cabeça (Célia, Artesanato)

Olha, ele é bom, ele só não é melhor porque a prefeitura não ajuda assim com material, a gente tem dificuldade para comprar as coisas, entendeu? Aí dificulta, pro nosso lado, é isso, entendeu? (Sílvia, Cabeleireiro, Inclusão Produtiva)

Segundo elas, os cursos servem para lhes gerar um “dinheirinho”. Ou seja, não existe a expectativa de que esses alterem suas vidas significativamente, e que as façam adquirir estabilidade financeira, nem que gerem “dinheiro”, autonomia, como nos cursos técnicos do PRONATEC, por exemplo.

O homem sempre pergunta assim “ah, o que você vai fazer com esse dinheiro”, mesmo que você chegue com a bolsa cheia de coisa, ele logo pensa assim: é meu dinheiro (...). A gente tendo o nosso é melhor, para ajudar na família, alguém da família, né? (Maria, Cabeleireiro).

Elas ressaltam que esse “dinheirinho” as liberta, não economicamente dos maridos ou dos programas de transferência de renda, mas da condição, subordinada de pedir até mesmo “um real” para ajudar a família ou alguém da família. Aprofundaremos esta dimensão, no próximo capítulo.

A escolha dos cursos se dá pelo saber prévio naquela área e utilizam os recursos para aprofundar algum conhecimento que já detém. Os cursos permitem aprofundar o conhecimento. Isso é evidente no caso dos cursos de padaria e de salão. Já no caso do artesanato, ambas mulheres, escolheram os cursos para se distrair e “exercitar a cabeça”: uma achava o trabalho bonito e precisava se recuperar da perda de um filho (morreu em um acidente). A outra estava depressiva por considerar que o filho envolvido com drogas não teria mais solução.

Os cursos são diferenciados pelos alunos entre os que reconhecidamente permitem inserção nos mercados de trabalho que outros de menor inserção, mas que funcionam como uma sorte de terapia ocupacional. O curso de Padaria teria melhores resultados econômicos, o de Cabeleireiro teria um retorno econômico médio e o de Artesanato baixo.

As mulheres da Padaria sonham com o próprio negócio e em se tornarem microempreendedoras, alegam ter vontade de começar fazendo algo em suas casas e vender para a vizinhança até poder aumentar a produção e comprar maquinário. E um detalhe importante: conhecem pessoas que antes de mesmo de terminarem o curso já conseguiram “abrir um negócio”.

Penso que se eu tiver condições financeiras eu posso até montar uma padaria, mas eu estou querendo montar um restaurante. (...) Eu queria curso de comida, para aprender mais. Aí eu entrei na padaria, a padaria vai servir pra fazer quindim, tem biscoitinhos que eu já fiz em casa, meia lua, que aí você compra aquele balcãozinho de vidro, e coloca as coisas ali, o pessoal vai pra almoçar, os vizinhos mesmo vão lá e vão comprar (Rosália, Padaria)

Penso em ter meu próprio negócio. Vou fabricar produtos de boa qualidade e eu sei que vai ter um retorno muito bom. Eu vou começando de imediato, como eu te falei, em casa, com pouca quantidade, até arrecadar dinheiro pra comprar o maquinário. (...) Vou fazer uma coisa que eu gosto que é trabalhar com vendas e minha vida vão melhorar sim, mas não muito (Heloisa, Padaria)

Igualmente entre as do curso de cabeleireiro: uma deseja abrir seu próprio salão, pois já é manicure e procurou o curso para completar sua formação e a outra

já faz cabelos na vizinhança e pensa em continuar como está, pois acredita que indo à casa dos clientes tem melhor remuneração que se tiver que manter um salão.

Porque para mim eu já trabalho com unha, então escolhi o curso de cabeleireiro para poder ampliar, entendeu? Para eu trabalhar, ter meu próprio salão, entendeu? Então, pra mim seria o cabelo pra encaixar com o de unha. (Sílvia, Cabeleireiro)

Não penso em ter salão não. Eu vou na casa das pessoas, eu prefiro assim. Eles ligam e eu vou, é melhor porque eu acho também que tem pessoas que não gostam de ir ao salão e assim pra mim eu achei melhor. Amigas minhas, eu vou na casa delas. Porque em casa, às vezes, você gasta mais com alguma coisa, tem que pensar em tudo, tem que cadastrar, tem que fazer isso tudo. Acho que indo nas casas as pessoas ficam mais satisfeitas e você pode cobrar até menos, porque se a pessoa vai no salão ela vai pagar mais porque a pessoa tem que pagar aluguel e assim não, eu gasto menos e é até melhor pra eles, eu acho melhor (Mariana, Cabeleireiro)

Já entre as de artesanato, uma acredita que esse trabalho é uma terapia e se precisar fazer para vender certamente fará; a outra já comercializa os produtos que faz entre a vizinhança. Nesse caso, não existe o discurso do microempreendedor, nem de economia solidária. Outra diferença é que para as mulheres dos dois primeiros cursos o certificado é importante: “Acho, as pessoas olham e pensam “realmente ela sabe fazer” (Heloisa, Padaria, Inclusão Produtiva), mas para as de artesanato não.

Apesar de todas as mulheres considerarem que os cursos não as farão mudar de vida, têm a expectativa de que a padaria e o corte de cabelo são atividades que permitem melhorar com já apontado por Rosália, Heloisa, Mariana e Sílvia, e que dê para fazer o que deseja sem precisar contar com outras pessoas, bem como “ajudar um pouco no orçamento da casa” (Mariana, Cabeleireiro). É um dinheiro que pode ser usado em eventualidades também, quando “alguém da família” precisar contar com elas. O que se traduz no que chama de “independência financeira”.

Das 6 mulheres entrevistadas, apenas as duas do curso cabeleireiro alegaram não sentirem-se preparadas para o mercado de trabalho. Não por causa do curso, mas porque acreditam que essa área muda muito rápido, sempre tem a entrada de novos produtos, tinturas, e outros. De qualquer forma, consideram que o curso prepara suficientemente para o mercado, ainda que ressaltam seus problemas como a carência de materiais para treinamento. No curso de cabeleireiro quem leva

os materiais são as próprias alunas, o que dificulta um pouco a aprendizagem e faz com que alguns alunos “sem condições” evadam.

Falta muita coisa, falta produto a prefeitura não manda, se a gente tivesse os manequins, se os bonecos que a professora encomendou viessem ficava mais fácil, porque às vezes a gente não tem modelo para praticar (Silvia, Cabeleireiro)

No entanto, apesar de 2 não se considerarem completamente preparadas, todas, exceto, Célia do artesanato, consideram que trabalharão na área escolhida e algumas, ainda, alegam que a experiência em áreas afins é fundamental para que isso aconteça.

Quanto à estrutura física oferecida pelos cursos, às mulheres da padaria ressaltam que é maravilhosa, tem todo maquinário necessário. Não precisam levar material, pois a matéria prima utilizada nesse nunca falta e os pães e alimentos feitos por elas servem para doações, por exemplo, à casa da solidariedade que atende pessoas aidéticas, instituições de acolhimento infantil, entre outras.

De excelente qualidade, tudo muito bom. (...) A gente faz tudo como eu te falei, bem diversificado (Heloisa, Padaria).

O curso que a gente faz, que no caso, está saindo de graça e a gente ainda leva coisa para casa, eu acho que tá bom. Tem tudo. O maquinário é ótimo (Rosália, Padaria).

Já a infraestrutura dos outros cursos é alvo de críticas.

Não temos materiais, podia ser muito melhor, até a sala, porque aqui abriu mais por causa dos professores que um foi ajudando o outro. Aí terminou, porque se não fosse isso o curso não tinha nem começado (Maria, Cabeleireiro)

O lugar eu acho muito imprensado, muito calor, não tem um ventilador, não tem nada. Nossa mãe! Tem horas que a gente passa até mal, eu acho que deveria ser melhor, né? Mas, vamos ver no ano que vem, de repente ano que vem melhora. E tem horas que aqui é muita coisa, porque tem curso de cabeleireiro, de estamparia, tudo junto. É lá, aqui e ali. Fica todo mundo junto (Lúcia, Artesanato).

O espaço, onde se realizam todos os outros cursos é uma sala grande dividida com paredes de compensado em três salinhas menores, quando vários cursos funcionam ao mesmo tempo a concentração fica comprometida, devido a

quantidade de pessoas reunidas no mesmo ambiente. O curso de cabeleireiro, ainda, utiliza frequentemente o secador, o que torna algumas aulas até incompreensíveis. Além disso, faltam ventiladores e ventilação, pois só há uma porta e inexistem janelas. Elas ressentem a falta de interesse e investimento da prefeitura nos cursos de inclusão.

Apesar dos recursos escassos e da ausência de estrutura física, elas apontam que o melhor nos cursos são os professores dedicados e pacientes, em segundo lugar a possibilidade de socialização.

Ah, mas ela ensina muito bem, tem uma paciência, menina. Olha, muito bom, que se não fosse ela eu já tinha metido o pé, porque a gente vem aprender, então tem que ter uma pessoa que ajuda, né? Ela é muito legal para mim (Lúcia, Artesanato)

Interessante notar, como o professor e a socialização nos cursos favorecem a permanência dessas e é um fator significativo para essas mulheres. Os cursos aparecem como um meio de proporcionar a saída de casa, se constituindo como um espaço de fazer amizades, além de aprender algo que possa lhes gerar algum dinheiro.

Assim, passaremos as representações que os participantes da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda fazem acerca dos cursos e da Política.

2.3 A Secretaria Municipal de Trabalho e Renda: melhoria pela inserção

Os cursos da secretaria se destinam mais aos mercados com relações de trabalho formalizadas, diferentemente das ações municipais de Inclusão Produtiva. Assim, foram entrevistados 2 alunos desse espaço, Margarida que fez o curso de *sushiman* e Mário que cursou o de eletricitista predial pelo Cietec. Mário conhecia os cursos que se desenvolviam na Secretaria por ter trabalhado 10 anos para a prefeitura como motorista. Já Margarida foi para o curso para fazer qualquer um que a tirasse de casa e fizesse se distrair, pois estava em depressão.

Assim como os alunos dos outros cursos, ambos avaliaram a Política de Geração de Trabalho e Renda da prefeitura positivamente.

Esses cursos são ótimos! Estava depressiva por uma série de situações que ocorrem na minha vida, em relação a meu ex-marido,

e procurei o curso e me apaixonei. Quero fazer isso para sempre!
(Margarida, *Sushman*)

Tudo era bom. Gostava muito de participar do curso, gostava muito dos meus amigos dali, eu era muito considerado ali dentro. E quando chegava também a hora do professor ensinar, porque a vontade de aprender era muita. Fica sempre ali nas costas do professor, eu parecia a sombra dele. Esse último agora, ele dizia “está parecendo até minha sombra”. Mas tem que fazer, tem que aprender (Mário, Eletrecista)

Tanto Margarida quanto Mário já concluíram seus cursos na Secretaria. Ela já começou a trabalhar num supermercado conhecido na cidade. Foi encaminhada pelos profissionais diretamente para a empresa e atua profissionalmente há um ano. Ele terminou o curso há um mês e alega que se encontra numa fase que pretende adquirir mais experiências para depois buscar um trabalho. Ambos consideram que obter mais experiência é importante para conseguir uma vaga de trabalho ou para se manter nele, já que o tempo de curso por ser muito curto é insuficiente para uma melhor qualificação. Esses são problemas já ressaltados pelos alunos dos demais cursos também: o oferecimento de uma qualificação muito instrumental.

Eu só achei que o tempo foi muito curto, podia ser mais prolongado. Porque os professores são muito bons, mas a duração do curso, eu achei pouco. Eu ainda não procurei um trabalho porque achei que o tempo de curso foi muito rápido e eu tenho que pegar mais uma prática. Foi muito bom, aprendi muita coisa, mas eu sou um cara meio medroso. Eu gosto de chegar certinho, não gosto de fazer com dúvida não, entendeu? (Mário, Eletrecista).

O curso era para durar três meses, mas tiveram só 4 aulas, uma a cada semana. Foi pouco, porque foi mais a teoria, faltou muita prática. Faltou ensinar o acabamento, para deixar os pratos perfeitos, ensinar, por exemplo, a limpar o peixe. Fui certificada? Fui! Mas o salmão só chegou limpo para mim. Então eu tive que complementar minha formação. Fiz pesquisas na internet e tudo o que eu podia
(Margarida, *Sushman*)

O curso de Eletricista feito pelo Mário durou 2 meses, sendo realizado duas vezes na semana.

Ambos reconhecem que os cursos e o certificado obtido ajudam a conseguir um posto de trabalho. Porém, a ênfase na curta duração dos cursos sustenta-se na convicção de que o conteúdo do curso se prejudica por isto, dado que não pode ensinar tudo nem pode apresentar as múltiplas dimensões do trabalho. Nas palavras

de Margarida: “Eu estou há um ano no ramo e sei que tudo que eu tinha que aprender na aula eu estou aprendendo na prática”.

Os cursos são valorizados por serem:

uma oportunidade, porque hoje em dia se não tiver qualificação, se chegar você qualificada e eu não qualificado, mesmo que você não saiba, mas a preferência é de quem está com papel na mão. O certificado faz diferença. Por mais que a pessoa não seja o que está dizendo ali, a oportunidade é dada para ele e outro é deixado para trás. Então, é muito importante o certificado (Mário, Eletricista)

O mais importante nesses cursos seria a certificação. Segundo Margarida, o momento em que recebeu o certificado foi de muita emoção, porque “eu queria me destacar, ser a melhor, porque eu realmente queria entrar no mercado de trabalho. E receber o certificado para mim foi um sonho”.

Para eles os cursos de qualificação são oportunidades que não devem se deixar escapar. Assim, para Margarida não se “pode ficar de perna cruzada só olhando a TV não. É preciso fazer uma coisinha”³⁹.

Já trabalhei no exército, trabalhei embarcado a serviço da Petrobrás, fui motorista da usina São João, também fui mecânico na usina do queimado, depois voltei para São João, fiquei lá 12 anos. Depois atuei em oficina particular, trabalhei em supermercado como segurança, numa firma de reboque. Nessa firma eu era mecânico e motorista, entrei como ajudante e sai como profissional. A única coisa que eu nunca fiz foi roubar os outros. Tem que procurar, correr atrás, porque se esperar não vem não. Eu acho que no momento eu estou parado porque eu quero, porque se for procurar encontra. Não tem essa história de que quem procura acha? Apesar da idade, quem procura acha. (Mário, Eletricista)

Mário, que está desempregado, apresenta sua trajetória profissional como uma sucessão de atividades que lhe permitiram acumular experiência e construir uma carreira de motorista e justifica essa grande quantidade de trabalhos não pela instabilidade dos mercados de trabalho senão pelo “correr atrás”. Em verdade, os trabalhadores tem escasso controle sobre os mercados de trabalho, restando-lhes, assim, “correr atrás” e o “não ficar parado” tomados como dever moral para não perder as oportunidades⁴⁰.

³⁹Alude-se aqui a uma das dimensões da ética do empreendedor popular urbano (MAMANI, 2004) o imperativo moral de “ter que correr atrás”.

⁴⁰ Trata-se do “se virar para viver”. Estas frases iluminam um aspecto ético e moral das práticas dos

Mário alega que deixou muitas oportunidade escaparem e agora espera apenas se aposentar em breve e utilizar o curso e o certificado para complementarem a aposentadoria. Até a chegada desse momento, gostaria de trabalhar formalmente como eletricista, pois considera que ter “um salário fixo e certo todo mês é muito bom”, além de que fora do horário do expediente pode-se trabalhar como prestador de serviços.

Oportunidade a gente tem que pegar a primeira que vir, porque talvez não dê para pegar na segunda. Eu falo de mim, eu perdi muita coisa, quando eu era mais novo eu queria só farra, só boemia, bebida, entendeu? Hoje, com a idade que eu tenho eu era para estar melhor do que estou. Achava que o negócio era um mar de rosas, perdi tudo. Hoje era para eu ser um oficial do exército aposentado. Fiquei lá seis anos, depois fiz um curso para cabo passei, só não tinha vaga para ser promovido. Quando eu fui para o exército eu tinha 18 anos. Eu me cadastrei para fronteira no Acre, mas não me chamavam. Até que sofri um acidente com um caminhão de lá e acabei tendo uma dívida grande. Fiquei desgostoso. Aí quando saiu meu nome para ir para fronteira eu não quis ir mais. Se eu não tivesse saído, era um militar aposentado, ganhando uns 7 mil, na boa. Mas o importante é que eu estou vivo, não morri (Mário, Eletricista)

Mario apesar de ter desperdiçado as oportunidades está vivo, ainda dá tempo, não mais de recomeçar, mas se aposentar e por meio do curso complementar a renda de modo que seu rendimento seja melhor. A perspectiva é sempre a de melhorar, tanto quanto se pode, enquanto há vida.

Ambos reconhecem que o tempo de curso é curto e isso impossibilita a sensação de segurança, de sentirem-se prontos para atuarem, mas alegam que os cursos conseguem preparar para os mercados, ainda que não completamente. E, por isso apresentam os contrapontos.

Preparar, prepara. O meu por ter sido abreviado não me senti segura não. Eu não estava preparada para o mercado de trabalho. Ele não te dá uma base segura. Eu fiquei, porque fui persistente. E quando cheguei no trabalho falei pro chefe “eu tive um certificado, porém estou aqui para crescer, aprender, como se fosse uma faculdade”. E no início tiveram paciência comigo. Tinham vários pratos com nome em japonês e não sabia o nome de nada. (Margarida, *Sushman*).

trabalhadores urbanos. Para viver, não é possível esperar pelo governo, nem que ninguém faça por nós: temos que “fazer por onde”. Esta é a uma versão popular do “ajuda-te a ti mesmo”. E nesta ajuda, neste merecer, é legítimo usar o recurso de que se dispõe. Trata-se, ademais de um princípio de avaliação ampla, que deixa vislumbrar um conjunto de valores que conformam o viver. (MAMANI, 2004 p.331).

Assim, as expectativas com relação à política são variadas: novamente aparecem a socialização, a vontade de crescer, ajudar a família. Nos cursos da secretaria existe uma perspectiva maior de serem inseridos nos mercados, tanto os formalizados como os não. “Esse curso que eu fiz vale para ter carteira de trabalho ou por conta própria, posso prestar serviço também. Desempregado não fica, as ferramentas para eletricista são poucas” (Mário, Eletricista). Assim sendo, amplia as possibilidades de ganhos.

Variadas representações dos ex-alunos desses cursos reiteram as de outros cursos, como por exemplo, a percepção de que os professores são excelentes e fundamentais para a permanência deles, bem como, o entendimento de que o conteúdo das matérias dos cursos são adequados ao que se espera.

Assim, este capítulo apresentou as representações e expectativas dos participantes dos cursos em relação às políticas de geração de trabalho e renda desenvolvidas no município de Campos. Como foi possível perceber, existem elementos comuns às formas de apropriação das políticas e representações. Todos utilizam os recursos ofertados por essas de maneira instrumental, reconhecem que a qualificação sempre se encontra distanciada dos postos verdadeiros a serem ocupados e que experiência se adquire na prática. Bem como, percebem as dificuldades inerentes aos mercados de trabalho e buscam através das redes (contatos) conhecimentos que propiciem aumentar as oportunidades.

Os jovens buscam inserções formais de trabalho e almejam a estabilidade econômica, enquanto as participantes da Assistência Social não possuem grandes expectativas, objetivam não dependerem de terceiros para realizarem o mínimo, reconhecem os limites dos cursos e visualizam suas possibilidades de inserção.

Assim, o uso dos cursos aparece para todos como uma forma de “correr atrás” que varia por idade e gênero. A dimensão familiar surge entre os jovens no desejo de auxiliar a família e entre as mulheres com o cuidado aos filhos. Isso será aprofundado ao falarmos de Gênero no próximo capítulo.

Desta forma, interessa agora para a dissertação compreender, também, as possibilidades de inserções femininas e como as representações de gênero orientam práticas e ações que interferem nessas, que compreende a proposta do próximo capítulo.

CAPÍTULO III

O GÊNERO E AS POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Lava roupa todo dia, que agonia
Na quebrada da soleira, que chovia
Até sonhar de madrugada, uma moça sem mancada
Uma mulher não deve vacilar

Luiz Melodia

Analizamos neste capítulo as representações de gênero expostas por gestores e usuários dos cursos de Geração de Trabalho e Renda. De um lado interessa compreender como os gestores tratam da questão, considerando que em boa parte dos programas de Campos dos Goytacazes atendem a um público feminino e de outro interessa-nos como as mulheres representam o gênero e o relacionam à sua inserção no mundo do trabalho e em consequência, como se apropriam e utilizam dos recursos oferecidos pelas políticas.

Os dados apresentados nos capítulos anteriores levantam indícios suficientes de que as “obrigações femininas” têm implicações consideráveis sobre sua trajetória profissional e que as políticas de geração de trabalho e renda tratam de “demandas” específicas de gênero nem sempre tematizados claramente. Por esse motivo, trataremos aqui de esclarecer como os gestores, diretamente envolvidos tratam da questão e a seguir, como as próprias mulheres representam sua experiência feminina e das políticas.

3.1 Gestores e Gênero

Consideramos que os gestores locais das Políticas de Geração de Trabalho e Renda operam uma mediação local das políticas, de modo que suas representações explicam o modo em que as políticas são implementadas localmente⁴¹ e explicam o frequente “gap” entre concepção e execução. Destacamos, várias vezes, que mulheres constituem público majoritário das Políticas de geração de trabalho e renda. Assim, necessita-se compreender como os gestores tratam essa questão nas

⁴¹ Nesse capítulo não foi possível incluir as análises acerca das representações da sub coordenadora do PRONATEC (IFF Centro), pois quando lhe explicitarei os objetivos da minha pesquisa, alegou que no IFF tinha um Programa específico para tratar da questão de Gênero e me encaminhou ao Mulheres Mil.

suas apropriações (no caso das políticas federais) e formulações (no caso dos cursos da secretaria de geração de trabalho e renda e prefeitura), pois são essas representações que se traduzem em uma rotina de procedimentos junto aos participantes. Neste caso, à questão fundamental é indagar as causas de maior participação feminina nos cursos de qualificação profissional.

Quanto a isto, a secretária de Trabalho e Renda, manifesta a crença de que exista um preconceito em relação aos homens que frequentam a Política de Assistência, mas isso se dá porque essa Política ainda é entendida como um favor e não um direito.

Homem não busca, porque ainda a gente tem aquela questão do machismo também, homem acha que fazer, procurar certas políticas públicas.... Porque eu também estive na assistência e quando estive lá eu falava “gente é preciso deixar claro que a política de assistência está preconizada pelo SUAS, é um direito das pessoas e não um favor”.(...) Eu percebo que a política pública não sei se é de interesse dos governantes, mas como direito ela ainda não é conhecida, eu acho que não há interesse ainda. Percebo que é bom de repente que você ache que eu estou te fazendo um favor, estou te dando isso, sabe? Não é política pública, direito das pessoas, do indivíduo. “Eu vou te ajudar aqui, e depois você me ajuda lá na frente”, ou então “Ah, você lembra que eu estive com você, né?” E aquilo ali é um direito seu, é direito você ter casa, são direitos essenciais, saúde, educação, moradia, trabalho (Secretária Municipal de Trabalho e Renda).

Para a SMTR os homens têm dificuldades de buscar tal política, assim como os gestores em aceitar esse homem como necessitado. Para ela, essa política é considerada favor e não um direito e isso se deve a constituição tardia da Política de Assistência, no município.

Já o Diretor de Programas e Projetos da SMFAS comenta,

... não sei assim, a porcentagem de programas de transferência de renda que sejam em nome do homem solteiro, mas deve ser baixíssima. Porque realmente você vai no CRAS...só mulher. E aí fica tipo, como um preconceito dos homens estarem participando das atividades do CRAS e acham mesmo que é mais voltado para mulheres (Gerente de Programas e Projetos, Inclusão Produtiva)

A tese do “preconceito” masculino afirma que os homens não procuram a Assistência Social porque a entendem como “coisa de mulher”. Mas este fato, antes de se relacionar diretamente à recusa masculina, se deve à própria Política de

Assistência Social, conforme foi evidenciado pelo gerente. E isso faz sentido se formos acrescentar as reflexões de gênero, ou seja, se entendermos como se dá a concepção das Políticas de Assistência que tem como principal objeto de proteção à família. Em virtude disso, prioriza que os benefícios fiquem em nome da mulher para que essa acompanhe suas condicionalidades e com isto a política de assistência reforça a condição doméstica feminina⁴².

Assim, aqueles que atuam com o público da Assistência Social tendem a representar os trabalhos femininos como complementação de renda e entender a mulher como cuidadora dos membros familiares. Por isso, o coordenador da equipe do “Mulheres Mil” e o gerente de Programas e Projetos, acreditam que os cursos podem contribuir para a obtenção de rendimentos, rapidamente, a partir de algo que elas possam fazer para dentro de sua própria casa.

Na maioria dos casos, elas podem trabalhar em casa, em qualquer coisa que a gente ensine aqui, sem estar ligada à empresas, um trabalho autônomo, de manicure, de cabeleireiro e por a maioria ser mulher a gente opta por manter esses cursos. Mas como na prefeitura a gente vê mais essa questão imediata, aí a gente mantém, pelo menos por agora, a gente tá mantendo esses cursos, principalmente o de manicure e de cabeleireiro, que é o que elas podem aprender e já ir trabalhando nas suas casas, bairros, com as pessoas conhecidas delas sem ter um custo muito alto. Às vezes tem um secador de cabelo, uma prancha, compra uma coisinha ou outra ela consegue montar um mini salão, pelo menos para atender a comunidade próxima e ter uma renda adicional. E até nos outros cursos de artesanato a gente busca tá ensinando alguma coisa que dê para ela fazer também com um custo que não seja tão elevado, tem esse da fibra de bananeira, o material que usa, você consegue praticamente pronto da bananeira, então o material para se fazer o artesanato é muito pequeno e aí já facilita né? (Gerente de Programas e Projetos, SMFAS)

O objetivo desses programas não é proporcionar rendimentos que possibilite

⁴² A família é entendida pela Política de Assistência Social como “um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primária, provedora de cuidado aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (PNAS, 2004, p.41). Nesse sentido, essa organização é representada pela política como o lugar do cuidado e da proteção, funções historicamente ligadas ao papel social da mulher. Assim, a política prioriza que os benefícios fiquem em nome da mulher para que essa acompanhe suas condicionalidades. A centralidade da família, mascara que a centralidade é, na verdade, da mulher. Por ter sido considerada àquela com o dom maternal, que cuida, ama e que mantém a coesão familiar é esperado que ela procure essa política com forte conotação social do favor. Em contrapartida, o homem, encarado como “chefe da família” tem por dever prover subsistência desse arranjo, o que faz com que pedir “ajuda” à Assistência se constitua na confirmação de seu fracasso (CARLOTO e MARIANO, 2010).

às mulheres sustentarem-se a si mesmas fora do lar. Buscam mantê-la no ambiente doméstico, diversificando as possibilidades de bicos. Assim, quando indagados sobre os resultados dessas Políticas respondem que “O objetivo maior é a inclusão social, é fazer com que essas mulheres sejam respeitadas, sejam valorizadas, tanto em casa quanto no mercado de trabalho” (Coordenador da Equipe, Mulheres Mil).

A inclusão, neste caso, tem mais a ver com a possibilidade das participantes das Políticas conseguirem qualquer rendimento do que a alteração de suas condições de vida. Dessa forma, desconhecem o real funcionamento dos mercados de trabalho e naturalizam a divisão sexual do trabalho. Isto é bastante evidente, por exemplo, no Programa Mulheres Mil que se justifica a partir do aumento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres⁴³, mas na sua implementação não se preocupa que suas alunas obtenham, ao final, rendimentos suficientes de modo a dispensarem o cheque cidadão e a bolsa família.

O mesmo tipo de ambiguidade verifica-se em relação à escolaridade. Os gestores afirmam que a baixa escolaridade atrapalha as mulheres a conseguirem melhores rendimentos e a entendem como um grande desafio, mas, não há nada que concretamente faça elevar o nível escolar das alunas.

Esses outros cursos aqui no IFF, na realidade elas podem fazer, ela pode se inscrever não tem problema, por exemplo, almoxarife, auxiliar de escritório, sistemas elétricos e eletrônicos, libras (Cursos FIC Pronatec), o que elas quiserem escolher...Mas vai ter uma exigência, o fundamental elas vão ter que ter. Aqui não tem exigência. A mulher com essa vulnerabilidade social, que foi só alfabetizada ou nem foi, ninguém pode recursar. Isso, aqui não tem exigência, porque senão o programa não teria sentido, porque a prática pedagógica é direcionada para mulheres com baixa escolaridade (Coordenador da Equipe Mulheres Mil)

Se ela não tem oportunidade, a gente tem alunos que tem a 1ª, 2ª, 3ª série no máximo. Pararam de estudar e não conseguem nem entrar, no caso, nos cursos PRONATEC. E acaba a gente trazendo elas

⁴³ O que, de fato, ocorre: Campos, por exemplo, pelo censo IBGE 2010 tem uma taxa acima da média brasileira, uma proporção de 39,9 de mulheres responsáveis pelas famílias contra 37,3 do Brasil. Esses números aumentaram, pois no censo 2000 era respectivamente de 24,7 e 22,2. Quando analisadas a renda per capita em até meio salário mínimo, onde se encontra majoritariamente o público da Assistência, esses números são ainda maiores. Campos fica com uma porcentagem no censo 2010 de 45,8 e Brasil com 40,8, sendo que no censo 2000 esses números foram 27,2 e 23, respectivamente (FONTE: Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=330100,0&cat=-15,-16,-17,56,-18,128,129&ind=4703>

Acesso em: 28/01/2015)

para cá para ter uma oportunidade (Gerente de Programas e Projetos. SMFAS)

Os gestores têm dificuldade de pensar formas alternativas de inserção feminina no mercado de trabalho, da mesma maneira, que acreditam que por serem compostas por mulheres, dispensam estudo dos mercados, considerando que essas procuram e gostam sempre dos mesmos cursos⁴⁴. Isso se explicita quando indagados sobre como se dá a escolha dos cursos, conforme evidenciado, também, no capítulo 2.

Existe uma demanda, por exemplo, costureira é difícil né? Você sabe que a costureira, as mulheres sentem muita falta de quem sabe costurar e é uma necessidade porque mesmo que existisse a demanda muito grande do mercado de trabalho, o programa mulheres mil ele vem auxiliar uma formação para que ela possa usar dentro de sua própria casa, ela pode aproveitar para ganhar um dinheirinho, mas também ela pode melhorar seus conhecimentos (Coordenador da Equipe Mulheres Mil)

Quanto ao tipo de trabalho feminino a promover, em Campos há divergências de opinião entre os gestores que desenvolvem os cursos proporcionados pela Assistência e àqueles que são realizados pela Secretária Municipal de Trabalho e Renda. A secretária de trabalho e renda acredita que o trabalho informal é incapaz de libertar a mulher que nas suas palavras está “à margem da sociedade”.

Para ela, apesar de majoritariamente ser a mulher a buscar os cursos esses não podem deixar de ser oferecidos para todos, a fim de não causar diferenciações de gênero.

As mulheres tem mais interesse pelos cursos, buscam mais os cursos, entendeu? Hoje, eu acho assim, a mulher está buscando mais se qualificar, está buscando mais espaço de trabalho, está entendendo melhor a questão de que é necessário se qualificar para buscar uma vaga melhor, né? A gente percebe assim, uma mulher que às vezes é lá auxiliar de limpeza, mas ela quer galgar um espaço melhor, então ela está lá no pronatec na busca de uma oportunidade melhor, então ela está querendo melhorar a sua performance (JSecretária de Trabalho e Renda)

⁴⁴ Quem atua nessas políticas toma as posições ocupadas no mercado de trabalho por homens e mulheres como naturais. Não há deste modo, estudo tanto do mercado formal quanto informal, no qual visam inserir as mulheres. Havendo assim, um desconhecimento das dinâmicas dos mercados. Não existe, também, a possibilidade de alternativas, como incentivar as mulheres a criação e cooperativas, associações, entre outras. O que é viabilizado é o encaminhamento dessas à alguns lugares que realizem esse trabalho, mas não um incentivo propriamente dito.

De modo geral a presença feminina em busca de trabalho tem se destacado tanto nos cursos da Assistência quanto nos cursos da secretaria de Geração de Trabalho que segundo a secretária se destinam mais ao mercado formal. Para ela as mulheres buscam mais se qualificarem que os homens, algo já notado pela Alice do Pronatec no IFF. No entanto, elas ainda buscam os cursos voltados para as áreas tradicionais, como cozinheiro, auxiliar de cozinha e outros, o que se inverte quando os cursos são ofertados em áreas tradicionais masculinas.

Olha, nesse contexto que a gente tem vivenciado dentro da secretaria, eu diria a você que as mulheres elas ainda estão buscando alguma coisa dentro daquilo que é mais tradicional feminino, que é o que elas acham que elas vão ter mais facilidade em executar, esse é o perfil que nos temos observado lá dentro do balcão. Entendeu? Você abre cozinha...cozinheiro básico, auxiliar de cozinha, está cheio de mulheres, não quer dizer que não tenha assim uma quantidade significativa de homens, mas mais mulheres. Então quando você oferece uma vaga de um curso é offshore você percebe que tem uma mulher, ou nenhuma, tudo homem. A gente fez movimentação de cargas, só teve homens. Eu acho que operador de guindaste a gente tinha só uma mulher . Ou seja, a gente está oferecendo para todos, eu não, até porque a gente tem essa preocupação de não estar fazendo discriminação de gênero, entendeu? Então a gente abre para todos. As mulheres, acho, que estão buscando mais (Secretária de Trabalho e Renda).

Para a Secretária de Trabalho e Renda, as mulheres buscam algo que tem mais facilidade para exercer. Isso explica-se, pelo fato, já demonstrado anteriormente, de que os participantes dos cursos conhecem as flutuações do mercado de trabalho, táticas e estratégias de aumentar a estabilidade⁴⁵.

Apesar da Secretária ressaltar que a Política de Assistência Social precisa ser vista como um direito, ela alega que o recebimento do benefício pelas mulheres é um empecilho para a aquisição de um trabalho formal, pois acredita que esses as acomodem.

A gente não pode deixar de estar preocupado com aquelas pessoas que tem o bolsa família, o cheque cidadão, um benefício assistencial,

⁴⁵ Isso foi notório quando indagamos as mulheres da Assistência por que da escolha dos cursos. Algo que é diferente para o público vinculado à educação pelo PRONATEC, pois representam que o estudo permite conhecer áreas distintas e experimentar alçar novos campos de conhecimento. Apesar disso, se arriscam comedido, pois também conhecem o mercado de trabalho, isso se evidencia quando apresentam saberes relacionados às empresas que podem os absorver, quem conseguiu ou não ser empregado

isso é um limite pro trabalho, porque elas, as vezes até se qualificam, mas na hora que você vai buscar encaminhar pro mercado de trabalho é “eu não posso, eu só fico se não tive carteira assinada, porque eu não posso perder meu benefício”. Eu vejo como uma limitação, entendeu? Eu vejo que esses benefícios deveriam ser repensados, como um prazo. Tipo, você tem direito ao cheque cidadão ou ao bolsa família por 2 anos enquanto você estiver se qualificando, você vai se qualificar e aquele benefício você vai perder, vai para outra pessoa, entendeu? (...) Eu fui, por exemplo, numa comunidade aqui, eu vou citar essa: Codim, e eu cheguei lá para oferecer que curso as mulheres queriam fazer, os homens queriam fazer e “Eu tenho bolsa família”, “Eu tenho cheque cidadão”, “Não, eu não posso”, “Eu não tenho interesse em fazer nada” . Algumas mulheres ainda falam assim “Só se for mecânica de bicicleta porque aí eu faço aqui eu casa”, entendeu? E assim, vi vários casos, “um curso para oficina de motocicleta”. Elas queriam montar um negocio dentro da casa, onde elas não fossem percebidas, que não fossem formalizadas (Secretária de Trabalho e Renda)

Passa-se aqui a um outro extremo, se desde a perspectiva da assistência, naturaliza-se o a divisão sexual do trabalho. Ignora-se, aqui, a condição feminina e seu envolvimento com o cuidado de si e dos outros (care) e todo trabalho que são realizados por elas em âmbito doméstico. Nesta disjuntiva para nós, é mais importante compreender como as próprias mulheres representam sua experiência.

3.2 Trajetórias de Vida e Representação de Gênero dos participantes dos cursos Técnicos do PRONATEC

Como visto, os alunos dos cursos técnicos entrevistados são jovens, têm entre 16 e 25 anos. E apresentam sua participação nos cursos como uma forma de melhorar de vida, como uma estratégia intergeracional de mudar, positivamente, suas condições de vida. Nessas estratégias busca-se superar as condições desvantajosas dos pais (família).

Minha vida é corrida, estudo, faço curso, trabalho. Trabalho a noite, num churrasco Não é por conta própria não, eu trabalho pros outros ainda, infelizmente. (...) Eu trabalho porque eu preciso ter meu dinheiro para comprar minhas coisas, meus pais não podem me dar o que eu quero, então eu tenho que me virar. Por isso o estudo é importante senão meu pai não reclamava tanto, ele só tem a terceira série. Ah, meu pai reclama, ele não sabe nem falar, nem escrever direito, ele reclama de tudo...reclama da vida, diz que trabalhou na roça durante muito tempo, se ele pudesse estudar ele teria estudado. Ele sempre diz que eu tenho que estudar (PEDRO, Petróleo e Gás).

A mãe de Pedro trabalha num salão de beleza e o pai na agricultura. Assim, para adquirir as coisas que deseja ou necessita, precisa trabalhar. Esta é a situação da maioria dos alunos. Realizam os cursos do PRONATEC ao mesmo tempo em que fazem “bicos” e compõem a renda de diversos modos (correm atrás). Marcela, do curso de Construção Civil da Estácio, faz unhas para ajudar o marido. Fernando que faz o curso de Instrutor Musical no IFF possui uma bolsa em um projeto de música do IFF-Guarus. Gabriela (Logística, SENAI) auxilia a mãe na loja de costura e vende bijouterias. Lais (Seg. Trab. Estácio) faz cestas comemorativas em datas especiais, ovos de páscoa e doces. Alice (Soldagem, IFF) trabalha com unhas e cabelo num salão próximo a casa, principalmente aos finais de semana e Pedro (Petro. e Gás, SENAI) vende churrasco no turno da noite.

O técnico é uma ponte, que garante emprego mais fácil e estabilidade para depois tentarem uma graduação. Marcela, por exemplo, fez inúmeros cursos profissionalizantes, como logística, inglês, espanhol, informática e outros. E alega que o jovem não pode “perder tempo” que tem que agarrar todas as oportunidades.

Pretendo trabalhar com isso, não descartando a possibilidade de trabalhar na área da educação, porque eu amo a área da educação. Gostaria de ser Pedagoga, ou Assistente Social. Quero terminar o técnico de edificações, quero procurar uma coisa nessa área, para mais na frente um pouquinho tentar alguma coisa na área da educação. Até porque a gente depois que casa, tem filhos, a gente tem muitas outras responsabilidades, então você não tem só a parte dos estudos, você tem outras obrigações. Então você tem que conciliar, senão desanda e você não consegue dar conta de nada. Então eu prefiro fazer assim (Marcela, Construção Civil)

Marcela fez o ENEM e tentou o curso de Pedagogia ou Serviço Social, mas como a nota não foi suficiente para um desses, acabou escolhendo o técnico em que se encontra atualmente. Apesar de, ainda, desejar cursar uma das duas graduações citadas, pretende primeiro se estabilizar financeiramente mediante o técnico. O desejo latente de conseguir garantir sustento econômico vem justificado em nome do filho e das “obrigações” femininas com a casa e marido.

Ela é casada e tem um filho de 2 anos e afirma que a maternidade dificulta um projeto de prosseguir nos estudos. Para ela o papel da mulher que escolhe estudar é saber/aprender a conciliar suas obrigações com os estudos. Representa que a mulher pode e deve sair de casa, mas não pode, de maneira nenhuma, abandonar suas tarefas domésticas. Seu filho costuma ficar com sua mãe enquanto

estuda, mas alega que está procurando ver alguém que possa tomar conta dele, pois deseja “liberá-la”. No entanto, quando lhe indago sobre creches, ela diz que não tem coragem de pôr em uma creche pública, porque sabe que tem poucos cuidadores para muitas crianças e que a escola particular incentiva mais a socialização e o desenvolvimento dessas.

Marcela já trabalhou em uma loja com carteira assinada, mesmo quando estava grávida, depois se afastou para licença maternidade e retornou após esse período. Mas como seu filho adoeceu precisou abandonar o trabalho para cuidar do mesmo. Alega que o dinheiro fez muita falta, mas entre um filho e o trabalho a escolha é inevitável: o filho. Para a mulher a maternidade se constitui quase como um “dever moral”. É interessante porque em momento nenhum enquanto ela fala das escolhas que teve que fazer pelo filho o marido aparece tendo, também, que “abrir mão de algo”. Ela reconhece que o fato de ser mãe a impossibilita de realizar o que gostaria ou de acessar um melhor emprego.

Quem hoje em dia não é casado, não tem filho, a facilidade é muito maior, por quê? Porque você não tem responsabilidades maiores, então você pode trabalhar durante o dia e estudar a noite, mas não é que quem é casada não possa fazer isso, mas você tem outras prioridades na sua casa, então você tem que dividir. Tem pessoas hoje em dia que não são casadas, não tem filho que trabalham em Macaé, lá a possibilidade de trabalho é muito maior que aqui em campos, a gente sabe disso. Mas quem é casado tem condições de trabalhar assim? Não tem, porque é complicado, para quem tem um filho pequeno é complicado. Então eu prefiro buscar primeiramente alguma coisa aqui, enquanto eu procuro alguma coisa aqui, estudo e cresço aqui, é o tempo que o meu filho vai crescendo, vai pegando uma independência maior e eu posso buscar alguma coisa melhor também (Marcela, Construção Civil)

Um filho pode até ser considerado um fator dificultador na aquisição de trabalho, mas nunca um empecilho ou obstáculo. Ela alega que Deus faz tudo no tempo certo e por isso não se arrepende⁴⁶.

Lais, aluna do curso de Segurança do Trabalho da Estácio, também considera que as mulheres casadas têm mais responsabilidades. Ela, por exemplo, faz o

⁴⁶ A justificativa religiosa é também acionada por outras mulheres, como no caso, da Assistência para uma provisão que certamente virá porque se escolheu o que é “certo”. Como afirma Scott (1989) há duas concepções de mulheres a serem seguidas pela igreja: Maria e Eva. Uma representa a bondade, caridade e o valor de mãe; outra a seu oposto representa a vulgaridade e perdição, pois levou o homem também a pecar. O mito da criação religiosa, inspirado na metáfora de Adão e Eva tem perpassado as igrejas por séculos, incentivando às mulheres a seguirem Maria, como o caminho mais acertado.

técnico pela manhã e graduação em física na UENF no período noturno. No entanto, não pode apenas se dedicar aos estudos.

Olha, eu venho ao curso pela manhã, a tarde parte é livre e a noite eu faço a graduação na UENF. Eu sou casada, então também tenho que ver algumas coisas em casa, fazer comida, deixar comida pronta. Aí eu venho, estudo, vou para casa faço o almoço, porque é mais barato ir em casa do que almoçar pela rua...pago um real. Depois eu volto e vou para UENF, todo dia. (...) Acho que a mulher por um lado tem mais responsabilidade por um lado e por outro não tem, cada um tem...não que seja sua função, mas tem que limpar casa ainda, fazer comida, lavar a roupa, tem que estudar, tem que me cuidar, tem uma série de coisas (LAIS, Segurança do Trabalho).

Lais ressalta que por ser casada tem uma série de atividades que deve desenvolver, como por exemplo, fazer comida, lavar roupa, se cuidar, entre outras. Ela alega que cada um tem uma atividade específica, delineando bem a divisão sexual do trabalho que estabelece que ao homem é destinado o lugar de provedor, por isso, a tarefa de arrumar a casa é da mulher. É no mínimo interessante que se representem assim, porque ainda que estudem durante o dia inteiro, acreditam que devem fazer o que lhes “compete”. As atividades domésticas não são sequer questionadas, mas entendidas e reproduzidas como “lugar de mulher”, mesmo por jovens.

Quando indagados sobre as divisões de tarefas em casa, os alunos oferecem as mesmas respostas: mulher casa, homem rua. Incluindo as tarefas que as irmãs, em geral, desenvolvem no lugar dos meninos. A final a responsabilidade de ajudar a mãe nas tarefas domésticas sempre foi das meninas.

Olha, eu sei as minhas responsabilidades como mulher dentro da minha casa com meu esposo, ele sabe a responsabilidade dele como esposo dentro da nossa casa, mas eu não exijo que ele faça algo que eu faço (...) Se estiver ao meu alcance sempre vou fazer. Mas se, por exemplo, aparecer, “oh, eu tive que chegar tarde por algum motivo”, ele pode adiantar a janta, ele faz. Ele não vai meter a mão no grosso para fazer, mas também eu não exijo que ele faça nada. Não que ele não possa me ajudar, mas porque é minha responsabilidade.

(Marcela, Construção Civil)

As tarefas domésticas sempre caem sobre a mulher, mesmo se o homem estiver em casa é a mulher que sempre faz, como se fosse uma obrigação da mulher. E se o homem fizer, as pessoas ficam falando “Ah, cadê a mulher de fulano?” (Lais, Segurança do trabalho)

Para Marcela a divisão entre homem e mulher é bem clara em relação às tarefas que devem desempenhar, ela representa que exista atividade de homem e atividade de mulher. E que ela jamais insistirá para que seu marido assuma algo que não lhe pertence.

Apesar de Lais realizar as mesmas tarefas ela questiona se isso de fato, é uma obrigação da mulher. Seu comentário traz um elemento importante para a análise que é a pressão social que as mulheres sofrem ao não desempenhar o papel que lhe atribuíram, isso se expressa na fala “se o homem fizer, as pessoas ficam perguntando “Cadê a mulher de fulano?”” Ou seja, reconhece o cansaço e que, por vezes, não deveria fazer, mas acaba sucumbindo pelas pressões. Ao mesmo tempo que consegue refletir desse modo, seu discurso apresenta uma contradição, pois alega em sua fala anterior que quando a mulher casa ela passa a adquirir e deve arcar com uma série de responsabilidades.

Vale a pena citar que esta experiência é forte quando se trata de alunas casadas. Já as solteiras dão mais atenção às diferenças profissionais envolvendo gênero. Principalmente, na dificuldade das mulheres em conseguirem determinados empregos, ou estágios considerados “mais masculinos”, que exigem força física, por exemplo.

As empresas procuram mais homens por essa parte braçal, na área da construção civil a gente vê muito assim...serviço puxado, carregar alguma coisa, para pegar, para levar, então assim... eles prezam bastante isso ainda (Marcela, Construção Civil)

As meninas não têm as mesmas chances. É mais fácil para um homem entrar do que para uma mulher. Na área pesada sim, porque minha tia já tentou e não conseguiu, e meu colega que tentou conseguiu entrar. Tem uma lógica nisso, a parte de pegar tubos, essas coisas assim (Pedro, Petróleo e Gás)

Tanto o curso de Petróleo e Gás do SENAI quanto o de Construção Civil na Estácio possuem mais alunas que alunos, no entanto quando há a oferta de empregos é mais comum ver que os homens são mais empregados. Segundo Pedro e Marcela isso se dá mediante uma justificativa da capacidade física maior nos homens⁴⁷. Nos outros cursos ocorre algo semelhante e as dificuldades para a

⁴⁷ Segundo Lopes (2005) esse é um argumento biológico que ainda vigora no mundo do trabalho,

inserção feminina nos mercados de trabalho ou mesmo em um estágio demonstram-se maiores que para os meninos.

Na área de logística tudo que aparecia era para homens e na minha turma a maioria era mulher, tinha acho, que sete homens. Tinha um quadro lá que tinha as vagas e o perfil. Nunca teve nada para mulher, um estágio assim. E ninguém fez estágio (Gabriela, Logística)

Olha, ainda tem esse preconceito, infelizmente. Principalmente para mim que sou menina, sou negra, então algumas empresas dependendo, ainda olham com outros olhares para gente. Uma vez eu cheguei para um primo meu que trabalha numa empresa, e falei com ele que eu estava fazendo curso de mecânica, ele falou: Você? Nossa! Nunca imaginaria uma menina (*e eu ainda sou pequenininha*) mexendo numa alavanca do tordo, nunca imaginei você fazendo consertos em turbinas enormes. Entende? E sempre tem isso, esse preconceito existe ainda (Tais, Mecânica).

Claro que para mulher é muito mais complicado essa área, né? Existe um preconceito ainda das grandes empresas mesmo, entendeu? Eu acho, que tipo assim, eles veem a mulher mais como uma parte delicada da empresa, então eles usam muito a mulher para parte de acabamento de aperfeiçoamento do material produzido e não para produzir material e já o homem eles veem como braço forte da empresa. A vaga é uma para mulher e 10 para homem, entendeu? Eles acham que tipo assim, uma hora de serviço do homem para uma hora de serviço da mulher o homem vai conseguir quase o dobro do que a mulher produz, entendeu? Então, com certeza, muitas e muitas empresas, eu tenho certeza que eu mandava o currículo, mas eles nem abriam quando eles viam que era um currículo de mulher, porque o perfil que eles queriam era esse: Homens e de preferência de 20 a 30, 28 anos (Alice, Soldagem)

Até as vagas para estágio, como ressalta Gabriela, são mais difíceis de surgirem para as mulheres. O perfil solicitado pelas empresas dos cursos, tradicionalmente masculinos, como mecânica, soldagem, petróleo e gás, é normalmente de homens de até 30 anos. Nessa escala, mulheres são inferiores aos homens, e brancos superiores a negros.

mas deveria ser melhor analisado. Essa autora alega que até a constituição de 1988 a regulação do trabalho, principalmente, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) mantinha entre as várias justificativas esse argumento para alegar que certos tipos de trabalho a mulher não poderia desenvolver e mantê-la em reclusa ao ambiente doméstico. Essa suposição obscurece que há estruturas físicas diferenciadas, que também existem homens baixos, franzinos, como mulheres com maiores capacidades físicas que outras. Isso significa dizer que ambos os sexos podem estar submetidos a trabalhos forçosos, o que precisa ser revisto. Da mesma forma como nessas áreas não existe só esse tipo de trabalho, mas uma série de atividades que podem ser desenvolvidas com igual potencialidade por ambos.

Percebe-se que o mercado de trabalho reproduz as hierarquias de gênero, tornando mais acentuadas as diferenças entre homens e mulheres, isso é perceptível entre os alunos dos cursos técnicos. As meninas acreditam que para superarem as adversidades é preciso se capacitar e se qualificar cada vez mais, “os homens hoje em dia aprendem e querem só aquilo e vamos trabalhar e mulher não, mulher procura mais se especializar” (Alice, Soldagem)

Essa suposição de Alice é confirmada pelos dados do IBGE 2010 que demonstram que a quantidade de mulheres com ensino superior completo é maior que dos homens. Uma razão de 12,5 / 9,95. Já entre os que não possuem instrução e com ensino fundamental incompleto o número de mulheres é menor que o de homem (47,8 contra 50,8)⁴⁸.

3.3 Trajetórias de Vida e Representação de Gênero das Mulheres da Assistência Social e da SMTR

Iniciamos este ponto analisando os relatos das entrevistadas que atuaram no mercado de trabalho e ao mesmo tempo se dedicaram ao cuidado dos filhos, casa e marido. Atuaram principalmente como domésticas (4 de 5), e uma na costura profissional. São elas: Marta (Mulheres Mil, Confeiteiro) Rosália (Inclusão Produtiva, Padaria), Lúcia (Inclusão Produtiva, Artesanato), Célia (Inclusão Produtiva, Artesanato) e Heloisa (Inclusão Produtiva, Padaria).

Segundo Marta, aluna do curso de confeitiro pelo “Mulheres Mil” - que procurou o curso por si mesma para aprender algo que possa fazer em casa para vender - seu passado foi “ruim” e agora vive um momento de incertezas e baixas expectativas. Casou-se com 19 anos, teve três filhos com seu primeiro marido, o qual alega que não lhe foi bom, pois descobriu que tinha outra família e não soube lhe respeitar. Foi quando se separaram e ele passou a não ver as crianças, assim como, negar ajuda financeira: “Aí minha vida não foi muito boa porque só tinha as coisas da minha mão”.

Eu acho revoltante que assim..mesmo separado tem que ter diálogo com os filhos, entendeu? Ter assim...apego um ao outro. Eu sou mãe, eu tenho um relacionamento com meus filhos, mas ele também deveria ter. Mas ele nunca foi um pai ali presente. Até para dar

⁴⁸ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=1,2,-2,45,46,47,48,128&ind=4699>
Acesso em:20/01/2015

pensão tive botar muitas vezes ele na justiça (Marta, Confeiteiro)

Para Marta, o cuidado (care) com os filhos deveria envolver, igualmente, pai e mãe. O que não ocorria com ela que se via sozinha nesse papel⁴⁹. E a mais grave ausência, ressaltada por Marta, era a afetiva. O “estar presente na criação” fez mais falta que o dinheiro (o que a levou à justiça). Do segundo casamento, teve dois filhos e logo se separou devido à outra traição, vindo a ocorrer o mesmo “descaso” do pai pelos filhos.

Trabalhou como empregada doméstica em “casa de família” de um advogado por 11 anos sem carteira de trabalho assinada. Quando começou a pagar o INSS como autônoma solicitou que ele lhe desse uma declaração para comprovar que já trabalhou, mas ele se negou.

Até hoje tenho revolta porque eu acho que ele como advogado, ele dizia... “praticamente você é da família” “praticamente você é da casa”, porque nunca teve separação nenhuma entre nós, sabe? Usava o mesmo banheiro, usava as mesmas coisas, não tinha separação da comida assim, era tudo igual. Aí eu estou pagando (o INSS), têm uns quatro anos, mas quando eu pedi ajuda a ele, falei assim “Oh, eu para fazer o cadastro no INSS tem que constar alguma coisa que eu fiz e praticamente eu nunca trabalhei em nada, não tenho carteira assinada, não tenho nada”. Aí ele falou assim “Ah, eu não posso, só o INSS que pode fazer isso”. Aí não pude fazer nada, praticamente e sou revoltada por quê? Sempre trabalhei em casa de família, mas o que acontece? Para quem vê eu assim, carteira sem assinar, sem nada, pensa o que? Que eu nunca trabalhei na vida. Até precisei de um empréstimo, entrei como diarista, entendeu? (Marta, Confeiteiro)

Esse relato aponta para vários elementos importantes para análise, como por exemplo, o trabalho do cuidado desenvolvido para outras pessoas, que apesar de ser extramente necessário é desvalorizado econômica e politicamente⁵⁰.

Outro fato é que como o Brasil começou a aprovar a regulamentação dos

⁴⁹ A ponderação dela vem de encontro à das feministas que discutem que o “care” deve ser democratizado, ou seja, deve ser desenvolvido por toda a sociedade, haja vista, que todos em certos momentos precisam também de cuidados. Dessa forma, o care necessita ser transformado em valor central das populações (TRONTO, 2007).

⁵⁰ Tronto (2007) alega que um dos motivos para essa desvalorização está diferenciação entre o cuidado e o serviço pessoal. O serviço pessoal é também cuidado, que as próprias pessoas podem fazer, mas dispensam-no. Dessa forma, as empregadas domésticas prestam um serviço que os donos da casa poderiam realizar, mas por algumas razões não quiseram ou puderam. Assim, existiria uma relação assimétrica de poder entre o cuidado necessário e indispensável e o serviço pessoal.

empregados domésticos apenas em 2013 (pela E.C 72/13)⁵¹, as empregadas se encontravam submetidas a relações anti-profissionais e pessoalistas, o que propiciava argumentos moralistas do tipo “você é da família”, para dispor e abusar ainda mais de sua força-de-trabalho.

A revolta de Marta se dá quando percebe que sempre foi “uma boa empregada” e que, mesmo assim, quando precisou comprovar trabalho o padrão lhe negou⁵². O conflito é apresentado como traição, de pessoas nas quais confiava⁵³. Porém, depois do pedido de declaração negado, as coisas mudaram e os “bons patrões” passaram a ser vistos como “oportunistas”. Marta diz ter um carinho imenso pelos filhos do patrão, e que, de vez em quando, faz uns “bicos” como cuidadora do neto desse. Recebe 30 reais da filha dele para trabalhar 4 horas e meia, uma atividade também desvalorizada⁵⁴. Ela reconhece que é pouco/insuficiente, mas necessita do dinheiro e por isso se submete.

Já, Rosália indica que sua trajetória de vida foi preponderante para a escolha do curso.

Quando eu tinha meus 17 anos fui casada, tinha um filho, eu não tinha emprego, ele não trabalhava (o marido), era preguiçoso, ficava na rua. Eu trabalhava esgotando caixa de gordura, trabalhei capinando, depois vinha pras faxinas, fazia faxinas, fazia na sua casa até 13 horas da tarde, ia para outra casa, fazia na da outra até 20 horas. Comecei a trabalhar com 10 anos, porque a gente tinha ajudar a minha mãe, a gente não tinha pai, então tinha que trabalhar. Não tinha esse negócio de idade (Rosália, Padaria).

O relato de Rosália apresenta elementos comuns com o anterior, não somente a falta de marido e a desatenção aos filhos, mas a falta de pai. Com isto não se afirma, apenas, que o cuidado do grupo familiar compete ao casal, mas que a falta de pai pode levar mulheres e filhos a trabalharem no que for possível e necessário. Isso foi possível de perceber também no relato de Marta quando diz “só tinha as

⁵¹ Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_domestico/emenda-constitucional-n-72/

Acesso em: 28/02/2015

⁵² Não se trata de eliminar a intimidade das relações entre patrão e empregada, mas como propõe Zelizer (2012, p. 23) de estabelecer “combinações equitativas” para o trabalho do care.

⁵³ Utilizando Lautier e Pereira (1994, p.138) “Uma boa patroa é aquela que autoriza a empregada a ver televisão ou a comer com a família e, sobretudo, que não fica o tempo todo a suspeitar de roubo”.

⁵⁴ Lautier e Pereira(1994) alegam que o trabalho doméstico não é tido como profissão devido ao alto grau de estigma que sofre e nesse sentido se constitui para as empregadas em uma estratégia de sobrevivência que busca criar os filhos garantindo comida e moradia antes de tudo. O que não deixa de ser uma forma de abdicar de si mesma em prol, principalmente dos filhos.

minhas mãos”.

Posteriormente, ela trabalhou com carteira assinada como cozinheira de vários restaurantes da cidade, até que foi juntando dinheiro, comprou máquina de assar frango, pegou um empréstimo, alugou um espaço e montou seu próprio restaurante, próximo a sua residência. O negócio prosperou por um ano, vindo a fechar em 2011 quando não conseguiu dinheiro para sua manutenção, cobrindo apenas o aluguel e as contas de água e luz. Segundo ela, o motivo de sua falência foi seu companheiro, que cuidava do dinheiro, e foi embora assim que a primeira dificuldade surgiu, levando a balança e outros equipamentos importantes.

Eles tinham ido para praia no mês de novembro e alugado uma casa por R\$ 3 mil, almejando mais vendas, no entanto, a maioria dos dias foi de chuva, o que impossibilitou os ganhos, fazendo com que não pudessem cobrir as despesas do ponto principal. Nesse caso, se encontram os riscos do empreendedorismo, aos quais Rosália garante que compensa se expor para se tornar microempresária.

Atualmente, Rosália faz quentinhas em sua própria casa e vende para os colegas do filho (trabalham como pedreiros). A quantidade é pequena, mas ela alega que ao fazer comida para si mesma e sua família pode aumentar um pouco a quantidade e ganhar com isso. Está participando das reuniões do CRAS e pretende conseguir um benefício específico para construir os quartos de sua casa no 2º andar e deixar o espaço térreo para construir uma cozinha e um restaurante.

Para ela ter o “próprio” negócio é muito melhor que trabalhar de carteira assinada. Alega gostar muito do curso de padaria porque já pode diversificar sua produção, comprar um balcão e vender as mercadorias para os vizinhos, até poder aumentar o negócio.

Muito bom você ter seu próprio negócio, se você falir você tenta subir de novo, porque é apanhando que a gente aprende. Prefiro trabalhar por conta própria, que ali eu faço meu serviço de casa e faço o serviço para fora, entendeu? No meu pensar é melhor trabalhar por conta própria. Se todo mundo tivesse coragem...você tem que arriscar, se não der certo nisso aí faz outra coisa (Rosália, Padaria).

Rosália apresenta seu projeto de negócio como um ato de coragem, de persistência e aprendizagem com os próprios erros.

As mulheres que desenvolveram trabalhos domésticos os representam como forma um suprir necessidades imediatas até que consigam buscar algo melhor para

si. As estratégias perseguidas são de conseguir superar o status de empregada para outra função no “circuito de mobilidade restrito e fechado”⁵⁵, como cozinheira, por exemplo, no caso de Rosália para depois ter seu próprio negócio.

Também, é notável entre as mulheres a representação de que os trabalhos do lar são obrigações femininas e que a saída de casa proporciona outras jornadas de trabalho e acúmulo de cansaço. Assim, Rosália alega que as mulheres podem exercer funções “masculinas”, mas o contrário ainda não acontece. Sobre o acúmulo de tarefas, Lúcia, aluna do curso de artesanato que também foi doméstica ressalta:

Ah, trabalhei muito tempo em casa de família, acho que uns seis anos ou mais direto numa casa. Trabalhei, e não tinha nada, não tinha carteira, décimo terceiro, não tinha nada, por isso que eu sai, aí agora não trabalho fora mais não. Agora só trabalho em casa mesmo. Trabalhar fora é bom, mas quando a pessoa tem tudo organizado para receber direitinho, né? Agora, não sendo isso é melhor ficar em casa. Em casa a gente trabalha, faz as coisas, mas quando você fala “eu não vou fazer isso, porque eu não estou com vontade”, você pega e você não faz. “Hoje eu não vou limpar minha casa, porque não estou com vontade, vou limpar amanhã”, na casa dos outros não, então tem que fazer. É responsabilidade, né? (Lúcia, Artesanato).

O relato de Lúcia sinaliza que para ela não compensa trabalhar fora quando não se recebe o que se merece (Receber direitinho: férias, décimo terceiro, descanso semanal) a não ser em momentos difíceis. É preferível trabalhar em casa e buscar algum dinheiro por outros meios. Neste caso, o artesanato.

O sinal da mudança, motivo de orgulho e satisfação pessoal se deu no dia em que fez uma peça (caixa em mdf coberta de fibra de bananeira) de mostruário e passou a oferecer para os vizinhos. A partir desse dia, trabalha sob encomenda e consegue vender seus produtos. Se sente assim reconhecida pelo trabalho de artesã.

Então, eu cheguei aqui e quando comei a fazer fiquei encantada, né? Porque eu não sabia fazer nada e agora já sei fazer uma porção de coisas, muita coisa! Fiz muita coisa! Jogo americano, caixa, o que tiver que fazer eu faço. Quando a gente olha uma coisa e sabe que foi a gente que fez, né? A gente que não sabe fazer e faz. Dá orgulho, e como dá, como dá, minha filha! (Lúcia, Artesanato)

⁵⁵ Ver Lautier e Pereira (1994, p. 143)

É curioso, que o trabalho doméstico, apesar de cansativo e desgastante, é considerado “nada”. Em sua fala Lúcia apresenta a imagem que faz de si mesma. Concebe-se como “alguém que não sabia fazer nada” e que reconstruiu sua autoestima por meio do curso de qualificação⁵⁶.

A experiência de Lúcia tem muitos traços em comum com as anteriores: o trabalho doméstico, como empregada ou diarista, é considerado uma atividade temporária destinada a obter recursos imediatos e seguros até que consigam algo melhor. E os cursos de geração de trabalho e renda alimentam essa expectativa.

Assim, Lúcia vê no artesanato a superação do emprego doméstico e Rosália, ao fazer o curso de Padaria, ter seu próprio negócio. Neste último caso, aspira-se a microempreendedora. Construir um negócio aos poucos e com escassos recursos e sem um projeto calculado de passos cronologicamente programados (como as mesmas casas em que moram). Nesse sentido, Lúcia gaba-se de dar os primeiros passos como artesã e Rosália de ter o certificado de “microempreendedora”.

Mas os cursos significam, muitas vezes, mais que a busca de superar o trabalho doméstico para trabalhar por conta própria ou ter seu próprio. Tanto Lúcia quanto Célia, alunas do curso de artesanato viram na participação desse uma forma de superar a depressão. Consideram este espaço como um lugar de socialização: uma forma de terapia.

Lúcia⁵⁷, por exemplo, perdeu seu filho em um acidente de carro, estava em casa entrando em depressão. Segundo ela:

Chegava aqui antes e começava a chorar, agora graças a Deus tem horas que eu rio com as meninas aí, isso ajuda muito a gente! (Lúcia, Artesanato)

Já Célia, tem um filho preso por roubo devido, segundo afirma, sua dependência ao Crack.

Tive problema com meu filho com drogas, desde os 10 anos, hoje ele tem 32 e está na cadeia de volta e desde 11 anos que eu vivo lutando com ele, é clínica para isso, para aquilo. Nunca virei às

⁵⁶ O fato de Lúcia afirmar que nada sabia fazer e que Rosália afirmar ser microempreendedora aponta para uma certa eficácia da política municipal no sentido de proceder a uma reconstrução de si, contudo não temos elementos para afirmar se isto não resulta de uma tentativa de agradar o pesquisador

⁵⁷ Lúcia cuida, ainda, de uma filha com deficiência intelectual, hoje com 32 anos, e alega que sempre que precisava sair de casa para trabalhar era um dilema pois não sabia com quem deixá-la

costas para ele, sempre rente com ele. Só que você sabe - a família de dependente adoece junto - Eu tentei ajudar ele, não consegui e acabei com minha saúde. Aí quando eu vi tava no fundo do poço e tentei me suicidar. Eu não saía de dentro de casa, trancava tudo, eu não arrumava uma casa, não fazia nada. A mulher até ligou para mim, porque eu deixei um serviço de 8 anos, eu trabalhava numa casa há oito anos. Aí, desde a depressão eu não estou trabalhando, tinha carteira assinada (Célia, Artesanato)

Célia começou a trabalhar no corte de cana aos 8 anos para ajudar nas despesas de casa e depois trabalhou em várias “casas de família”, sem regulamentações. Até que atuou 8 anos na referida casa com carteira de trabalho. Mas deixou o trabalho, que lhe agradava, para acompanhar o filho em busca de “reabilitação”. Considera que uma mãe deve estar “rente” ao seu filho, em qualquer situação, nem que para isso precise negligenciar sua própria vida. O fracasso da recuperação é tomado como seu próprio fracasso.

Mesmo assim, ela justifica o amor por seu filho, ao resaltar que ele é “um bom menino”.

Ele é um menino ótimo, maravilhoso, uma benção. Nunca me xingou, podia chegar drogado o que fosse, eu dava umas sandaliadas e ele nunca me deu um empurrão, nunca me mandou para merda, nada, não é agressivo. Sem a droga era melhor, com, a droga era bom, mas...o negócio dele foi o crack que ferrou. Aí, eu ia procurar, ficava 15 dias fora, eu saía de madrugada com meu marido para ver aonde ele estava dormindo, aí a gente não achava, entendeu? (Célia, Artesanato)

A tentativa de suicídio veio quando percebeu que suas buscas não tinham o retorno desejado, e a espera sem saber se tinha acontecido algo com o filho era “terrível”.

Esta experiência constitui um caso extremo do dilema feminino: as mulheres são responsabilizadas integralmente pelo cuidado e quando saem para trabalhar necessitam conciliar a profissão com os “deveres de casa” e principalmente como mãe. A abnegação é tamanha que no caso dos insucessos dos filhos, elas também se culpabilizam e são culpabilizadas.

Já Heloisa, do curso de padaria, também passou pelo mesmo dilema na hora de trabalhar, pois precisava e tinha que cuidar dos filhos. Ela relata que para uma mãe é muito difícil ter que fazer a escolha de sair e deixar seus filhos sob a responsabilidade de outras pessoas.

Mulher mãe que já tem filho, ela pensa muito antes de sair de casa para trabalhar. Fica pensando nos filhos: está com quem, aonde e ainda tem a casa, limpeza. Tem que, de fato, estar precisando muito para sair de casa e deixar as crianças com alguém e trabalhar, ficar seis horas, oito horas, é muito tempo, é complicado. Foi a pior época, precisava trabalhar mesmo e elas eram pequenas. Hoje não, elas já se cuidam (Heloisa, Padaria).

É frequente que as mulheres que precisam sair para trabalhar fora e deixar seus filhos pequenos, experimentem sentimento de culpa⁵⁸ principalmente, porque são as crianças que demandam de mais cuidados. E as mulheres se sentem muito mais responsáveis por essas do que seus maridos ou companheiros, o que é cultural, já que sua própria subjetividade foi determinada pela posição que lhe conferiram socialmente, de mãe, dedicada e cuidadosa. Esse conflito foi inerente a Heloisa, mas não tinha escolha, precisa do dinheiro do trabalho para as despesas do lar, já que o marido fazia “bicos” e por isso não tinha salário fixo.

Assim, trabalhou por 10 anos como costureira em uma reconhecida loja de biquínis da cidade. Posteriormente, quando conseguiu comprar máquina de costura começou a trabalhar em casa. Ela alega que o trabalho por conta própria é muito melhor: “Eu prefiro o trabalho informal, em casa, você trabalhando para você mesmo, a renda é muito maior e você está em casa.”

Encontrou, assim, um modo de ficar próxima às suas filhas e melhores rendimentos que no emprego. Mas em consequência do tipo de trabalho, teve problemas de coluna, precisou colocar 4 parafusos e foi proibida pelo médico de costurar. Buscou, por isso, o curso de Padaria, pois viu nesse uma forma de continuar no âmbito doméstico e com menos esforço. Pretende começar da mesma forma que Rosália, vendendo para vizinhança até ter condições de comprar maquinário e expandir os negócios. Quanto à culpa por estar longe, acabou. Também, se precisasse retornar ao mercado formal não haveria mais problemas,

⁵⁸ Isto constitui o que Gilligan (1982 apud MOLINIER, 2012) denominou uma “voz moral diferente”. Essa voz foi aprofundada por Joan Tronto, de maneira a desnaturalizá-la (1993 apud MOLINIER, 2012), na medida em que alegou que não era especificamente das mulheres, mas de todos que possuíam experiência morais baseadas no cuidado com os outros. Isso significa dizer que não existe uma moral específica feminina baseada no cuidado, porque o cuidado destinado a ser exercido por mulheres também é uma construção social. Não existe determinação biológica para isso, na medida, em que nem todas as mães se preocupam com seus filhos, com a casa e marido. O papel do cuidado é que foi destinado historicamente às mulheres. Dessa forma, para Tronto é preciso dissociar o care da noção de uma “moral feminina”. Em outras palavras: “é necessário maternizar a política e desmaternizar as mães!”

pois as meninas cresceram e já podem se “cuidar”.

3.3.1 A permanência em casa em prol dos filhos

A preocupação com os filhos e a realização da função do cuidado pelas mulheres tem as levado a prorrogarem seus sonhos e desejos, bem como adiarem suas inserções nos mercados de trabalho. Essa última consequência foi sentida pelas demais participantes dos cursos, como Margarida (sushiman, SMTR), Penha (Costura pelo Mulheres Mil), Silvia e Maria (alunas do Cabeleireiro).

Margarida comenta sobre esse dilema vivenciado pelas mulheres, o que fez com que, no seu caso, deixasse o emprego pelos filhos e maridos. Abaixo segue seu relato de vida.

Com 19 anos sai de Campos e fui pro Rio trabalhar como doméstica, através de uma prima que me indicou para uma casa. O salário era bom. Fui para lá para ganhar dois salários e meio. Nunca que em Campos eu ia ganhar isso. Aí fui, mas depois de um ano lá eu casei e depois de 4 anos nasceu meu primeiro filho, aí tive que sair. Porque não ia deixar de amamentar meu filho por causa de trabalho. Durante 9 anos só cuidei dos meus filhos, marido e casa e parei de trabalhar e fui ficando sem cuidados. Fiquei obesa e depressiva!
(Margarida, Sushiman)

Margarida não descreve sua vida como empregada de forma negativa. A experiência da maternidade, de ficar em casa cuidando apenas de filhos e marido, a colocou num processo depressivo do qual tentou sair reingressando ao mercado de trabalho pela via do curso de sushiman que lhe garantiu um novo emprego. O dinheiro do trabalho fez-lhe “muita falta”, inclusive na relação com o marido. Pois, considera humilhante o fato de ter que pedir dinheiro para tudo e retrata a independência da mesma forma que as outras mulheres, como um dinheiro que consegue suprir as necessidades mínimas diárias.

Você quer um absorvente, um shampoo, isso é muito ruim, você não ter sua independência. A mulher deveria ser mais valorizada, eu acho extremamente importante que saia para trabalhar e ajude em casa. Mas não me arrependo em nenhum momento de ter cuidado dos meus filhos enquanto eles precisaram. Agora posso cuidar de mim
(Margarida, sushiman,)

Após os 9 anos integrais de cuidados aos filhos começou a trabalhar como diarista, passando roupas na casa de uma artista plástica renomada no Rio de Janeiro, até que essa a fez um convite para ajudá-la nos trabalhos manuais que desenvolvia. A artista trabalha com cordas, que costuradas umas as outras, constrói obras de artes enormes e realiza exposições. Da mesma forma, que Lúcia, Margarida viu nesse trabalho uma forma de superar a condição de empregada doméstica e se sente igualmente orgulhosa⁵⁹, como se nem acreditasse no que foi capaz de fazer. Era um trabalho que recebia pelo que fazia, uma prestadora de serviços, mas a satisfação era maior do que quando ganhava os dois salários de carteira assinada.

Porém, só trabalhou com isso por um ano, pois o marido pediu separação e não teve condições de se manter no Rio, e também, pela depressão, acabou retornando à Campos para a casa da mãe com os filhos. Depressiva, depois de 2 anos na cidade, procurou o curso de Geração de Trabalho e Renda da secretaria e começou a fazer o de sushiman.

Conforme evidenciado no 2º capítulo, logo após ter concluído foi encaminhada ao trabalho na área. Alega que hoje está muito bem, trabalha com o que gosta, que “o sushi é também uma atividade manual e uma arte”, se satisfaz com a invenção de diferentes pratos. Assim que entrou para o trabalho teve a carteira assinada como auxiliar de cozinha. O que foi motivo de insatisfação e sentimento de invisibilidade, até que 7 meses depois reassinaram como sushiman, o que foi comemorado com grande alegria, pelo devido reconhecimento. Novamente, se evidencia o estigma existente em relação a determinadas funções, o salário é o mesmo, mas a percepção de si se altera⁶⁰.

Já Maria, também, trabalhou como empregada doméstica, auxiliar de dentista, como vendedora (todas sem carteira assinada), e como Margarida deixou o trabalho assim que a filha nasceu para se dedicar exclusivamente a essa. Atualmente atua como cabeleireira indo à casa das clientes.

Independentemente do dilema moral enfrentado, todas as mulheres entrevistadas afirmam que o nascimento dos filhos desmotivou a procura de trabalho

⁵⁹ Tão orgulhosa que pediu que eu entrasse na internet e procurasse pelo trabalho, alegando que é uma obra “incrível”.

⁶⁰ Para Lautier e Pereira (1994, p.148) isso se explica pela tentativa de “escapar de um estatuto negativo”. Para os autores essa tentativa somada ao estigma de algumas funções, principalmente a de empregada doméstica, explica a rotatividade dessas profissões e os baixos salários.

fora de casa, pois não tinham com quem deixar as crianças.

Já trabalhei em casa de família, já trabalhei em loja, entendeu? De auxiliar de dentista, mas eu não tive carteira assinada em nada. Quando a menina nasceu eu me dediquei ao cuidado dela, quando ela cresceu mais um pouquinho eu procurei trabalho, quando tinha uns 12 para 14 anos, porque era só o meu marido e era muito difícil. Me dediquei ao cuidado dela, escola e tudo mais, aí quando ela fez essa idade não precisava de mim para pegar ela na escola, aí era mais fácil (Maria, Cabeleireiro).

O relato de Maria demonstra o mesmo apontado por Margarida “depois que os filhos crescem e não demandam mais de tanto cuidado, chega a hora de olharem para si”. Só após esse período, em que ilustram a grande duração da maternidade enquanto cuidado primordial, é que as mulheres sentem, moralmente, que podem se cuidar.

Maria exprime uma preocupação frequente entre as mulheres que pensam em trabalhar fora de casa: Com quem deixarão os filhos? Tem creches? São muitas incertezas e uma vontade de que o filho se crie da melhor forma possível, pois o fracasso deste é o dela própria, conforme já discutido.

Não tinha creche, não tinha muita creche naquela época. Agora é mais fácil, porque a mulher tem as creches, onde deixar os filhos. Ficou mais fácil, né? Bem mais fácil. Antigamente era muito mais difícil para mulher. A criança hoje fica na creche, quando chega em casa já está tomada banho, hoje é mais tranquilo. Quando a menina nasceu eu me dediquei ao cuidado dela (Maria, Cabeleireiro).

A ausência de uma estrutura que dê condições para a mulher sair de casa, como as creches é um fator dificultador. Isso significa dizer que elas são as mais sobrecarregadas com a ausência de estruturas políticas que criem condições para desenvolverem suas potencialidades e vontades⁶¹. Ressalte-se que no Brasil, as

⁶¹ Para exemplificar essa questão, pode-se recorrer a Esping Andersen (1991) que em seu texto “As três economias políticas do *Welfare State*” diferencia três regimes de Estado de Bem-Estar Social desenvolvidos no mundo: o liberal, corporativista e o Social-Democrata. O primeiro modelo acentuou o trabalho da mulher, pois esta deveria assumir os trabalhos domésticos e também o assalariado. O segundo estava baseado nos grupos (família, igreja e outros) como forma de fornecimento de serviços, o que reforçava o trabalho não remunerado da mulher, no ambiente doméstico. O terceiro era o único que possibilitava a mulher fazer suas escolhas, na medida em seu fundamento não era esperar que a assistência familiar ou de outros grupos cessassem, mas que as Políticas se antecipassem às possíveis carências. Tais modelos de *Welfare State* podem também ser chamados, conforme afirmam Sorj e Fontes (2012, p.104) de modelos de regimes de *Care*, pois permitem caracterizar os países segundo “a prevalência de padrões institucionais dominantes na provisão de cuidados”.

“escolhas” das mulheres estão ainda fortemente condicionadas a essa ausência de suporte das políticas, principalmente de educação, no caso das creches. Permanecem as relações assimétricas de poder e em geral a mulher provê todo o cuidado de que a família necessita⁶².

Da mesma forma que Maria, Penha somente saiu do lar para fazer cursos que lhe agradam após o crescimento dos filhos. Alega que gosta tanto desses que sai do IFF e vai para a UENF, todos os dias da semana. Isso demonstra que a não saída do lar é uma escolha, mas que foi determinada por questões de gênero, que adiaram suas outras vontades, pois cuidar dos filhos se estabeleceu como prioridade até que crescessem.

Eu antes cuidada da casa e dos filhos, tinha crianças pequenas e tinha que ficar com eles, agora eles já cresceram. O mais velho está com 26, tenho uma com 25 e a mais nova com 16 anos. Agora eu acho que não precisa mais de mim, precisa, mas não em termos de cuidado (Penha, Costureira)

Penha, sempre trabalhou como artesã, mesmo quando cuidada dos filhos e com isso conseguia alguma renda. Aprendeu a costurar um pouco e fazer ponto cruz com a mãe e vendia o que produzia para a vizinhança e os amigos. Diz que pensava em sair para trabalhar, mas desistiu pelos filhos e alega que não se arrepende “eu não me arrependi não, porque eu acho que Deus faz tudo certo, então eu não me arrependi não”.

Silvia (Cabeleireiro) teve uma trajetória bem parecida com a de Penha, casou, teve filhos e por isso nunca atuou como professora (ela tem formação de professores). Sempre como autônoma em casa e visitando suas clientes, ela é manicure e pedicure. Alega que “a mulher não pode deixar de trabalhar, de ter independência”.

É perceptível nos relatos acima que ainda que as mulheres tenham desistido de fazer suas vidas em nome da maternidade e do casamento, que bloqueiam algumas possibilidades, elas nunca deixaram de trabalhar, trabalha-se em qualquer coisa, num circuito econômico marginal para conseguir algum rendimento. A entrada nos cursos pela Assistência Social demonstra que as expectativas dessas é aumentar a clientela que já tem e diversificar a produção de algo que já saibam

⁶² Mioto (2008) nomeia as Políticas brasileiras de familista, indicando que só agem quando se esgotam as fontes das famílias e das redes de solidariedade.

fazer, aumentando seus rendimentos. Não existe aqui a expectativa de ter um profissão bem remunerada e estável como acontece com os alunos dos técnicos do Pronatec.

3.3.2 Escolaridade, sonhos e divisão sexual do trabalho

Dessa forma, não é de se estranhar que elas apresentem baixa escolaridade. Das 9 mulheres entrevistadas nesse capítulo, apenas 3 concluíram o Ensino Médio, sendo que a Maria concluiu apenas depois da filha ter se tornado independente. Entre Heloisa, Maria e Silvia todas têm ou tinham a expectativa de fazer uma faculdade.

A pedagogia só tinha a noite onde eu queria fazer, aí eu desisti, só fiz o primeiro e segundo período. Eu pegava o Ceasa, aí o Ceasa você sabe como é, foi na época que eu tinha recém operado a coluna. Mas minha filha tá fazendo, ela terminando vai ser como se fosse eu (Heloisa, Padaria)

Tenho vontade de fazer, tinha vontade de fazer veterinária, eu adoro plantas e animais. Ou paisagismo. Eu fiz Enem e não tinha terminado o segundo grau, aí não pude (Maria, Cabeleireiro)

Tenho vontade, mas não sei se eu vou conseguir fazer uma faculdade. É bom né? A gente tá sempre aprendendo, ficar parando e as coisas não param né? Tá sempre andando, avançando e a gente tem que acompanhar. Se a gente ficar parada, como diz meu pai a gente fica na idade da pedra. Eu tenho formação de professor né? Eu gostaria de fazer pedagogia, quem sabe ano que vem... (Silvia, Cabeleireiro)

Heloisa alega que o transporte é um problema e empecilho ao curso de pedagogia que começou a fazer. Além da demora, o fato de estar sempre lotado se tornou insuportável depois que operou a coluna e necessita de repouso. Assim sua realização se faz mediante o sucesso de sua própria filha que faz o curso que ela gostaria.

Novamente percebe-se que o sucesso ou fracasso são sentidos pela mãe de forma diferente. Quem muito se acostumou a abdicar das coisas em prol do outro, se alegra com as conquistas desse. As outras pretendem cursar graduação e utilizam o lema de que nunca é tarde para aprender. Maria faz curso de informática, concluiu o Ensino Médio há pouco tempo e não pensa mais em parar. Apesar de Silvia ter formação de professores nunca trabalhou com isso, mas ainda tem

vontade de cursar pedagogia.

Entre as que não concluíram o Ensino Médio, Marta que estudou até a 5ª série afirma que gostaria mas “acho que agora estou velha demais”. Rosália diz “Não tenho mais paciência para continuar estudando”, Célia afirma: “pra mim o que eu sei já me basta, porque eu sempre trabalhei como doméstica, para mim não faz falta o estudo” e Margarida está em curso. Já Penha alega:

Olha, meus planos era para quando minha filha tivesse indo pro primeiro ano eu acompanhar ela. Mas aí eu engravidei do terceiro. Aí complicou, aí voltei tudo de novo. Mas eu não me arrependi não. Minha filha está com 16 anos hoje. Hoje eu não tenho vontade de estudar mais, mas fazer curso eu tenho vontade e é o que eu estou fazendo (PENHA, Costureira).

O relato acima expõe, novamente, as estratégias intergeracionais mobilizadas, a vontade de acompanhar a escolaridade da filha ou como no caso de Heloisa de se realizar por meio das conquistas dessa. Como demonstrado, anteriormente, essas estratégias se fazem presentes também nos alunos dos técnicos, eles alegam que os pais costumam incentivar sua educação como forma de mudança na qualidade de vida e conquista de melhores posições sociais e eles, por sua vez, demonstram expectativa em alcançar estabilidade financeira e ajudar a família pela sua realização profissional.

As experiências que condicionaram as “escolhas” dessas mulheres foram árduas. Quando questionadas sobre o porquê de abandonaram os estudos ou os atrasarem, as justificativas são as mesmas: o casamento, cuidado com os filhos, casa, comida e por aí vai. São planos adiados pelo papel que lhes impuseram socialmente.

Interessante notar que para todas as mulheres entrevistadas a divisão sexual se expressa veemente nas suas situações de dependentes financeiras do marido ou dos benefícios, nenhuma delas consegue rendimento compatível para suprir suas próprias necessidades, como moradia, alimentação, vestimenta. O homem é representado como “provedor” enquanto seus trabalhos “ajuda”. Exceto Célia, todas as outras relatam que as tarefas de casa não são divididas com os maridos e companheiros. E quando têm filhos homens, esses também não fazem os trabalhos domésticos, que em geral, é dividido entre as mulheres.

Eu e minha caçula a gente divide bem as tarefas. Quando eu trabalhava e minhas filhas eram menores ficava tudo aguardando eu chegar do trabalho e fazer e no outro dia de manhã tudo começava. Era complicado, hoje não, tenho minhas filhas. Era muito complicado mesmo, porque tem horário para entrar no serviço, para sair, aí não podia atrasar, tinha que correr pro serviço (Heloisa, Padaria)

A mulher casa, tem filhos, tem marido, tem outras coisas né? A mulher quantos compromissos tem? Muitos. Cuidar da casa, do marido, de filho, entendeu? Agir coisa mesmo na rua, de família. Tem homem que é assim, por exemplo, o meu principalmente, eu que tenho que fazer compra, ele não faz isso. Já tem outros que dividem, o marido faz uma coisa, a mulher faz outra. Lá sou eu para tudo, eu que pago a conta, que limpo, que passo. Eu só tenho uma filha só, ela já tá com 26 anos, aí já tem o trabalho, já está independente já e me ajuda. Mas quando era criança eu que levava para escola, participava de reuniões de pais, tudo era eu que fazia, aí entendeu? Ele também trabalhava fora, mas mesmo assim...(Maria, Cabeleireiro)

Essas mulheres tem um histórico de trabalho exaustivo, sempre que exerceram atividades fora de casa acrescentaram jornadas de trabalho às que consideram “obrigações da mulher”. Como estratégia, desistiram dos empregos formais que adicionavam horas fixas para se dedicaram a conseguir um complemento de renda para que possam realizar suas “obrigações”.

A mulher tem mais responsabilidade. Mais do que o homem, o homem não esquenta muito a cabeça, a mulher esquenta mais. Eu faço tudo, ele trabalha até de noite, quando ele chega eu já fiz tudo. Hoje mesmo, acordei, lavei roupa, fiz o almoço, entreguei quentinha e vim para cá (Rosália, Padaria)

Meu Marido não faz nada, eu faço tudo, lavo, varro, vou ao supermercado. Tudo, tudo eu. Ele agora é aposentado e não faz nada. É difícil trabalhar fora e trabalhar em casa, cansa muito, cansa a beça. Sempre trabalhava com meus filhos tudo pequeno, botava eles no colégio e na saída vinha catando tudo, um por um, do colégio e levava para casa, e quando chegava em casa tinha que fazer tudo. Quando chegava no outro dia de manhã, cedinho levantava, deixava eles no colégio. Agora não trabalho mais não, nem me pagando eu não vou, já cansei (Lúcia, Artesanato)

Interessante notar a partir dessas histórias é que a divisão sexual do trabalho continua a estabelecer o lugar da mulher no âmbito privado, ou seja, no lar e o homem na vida pública, ainda que essa possa trabalhar deverá manter suas obrigações na esfera que “lhe pertence”, o que lhe acarretaria múltiplas jornadas de trabalho.

As mulheres que buscam os cursos pela Política de Assistência Social possuem questões e apropriações muito específicas em relação às políticas. Suas experiências e trajetórias de vida as conduzem aos cursos e a um sonho que se cultiva e incentiva lá dentro: conseguir independência sem que negue suas casas e famílias.

Assim, esse capítulo demonstrou como o gênero é representado pelos gestores e participantes, bem como as trajetórias de vida, que no caso, das mulheres de maior faixa etária, e, principalmente, da Assistência Social, condicionam suas escolhas e entradas em cursos tradicionalmente femininos.

As políticas assumem as representações dos gestores e assim, continuam a ofertar cursos sem nenhum tipo de reflexão ou estudos dos mercados, que reforçam o lugar dessas no ambiente doméstico e não pensam se os rendimentos obtidos a partir desses correspondem as suas necessidades. Ao mesmo tempo em que vigora um desconhecimento em relação aos seus participantes, acerca de suas expectativas e trajetórias, o que pode impossibilitar melhor adequação dos cursos a essas.

Em contrapartida essas mulheres não nutrem o sonho de alterarem suas condições de vida, pois reconhecem claramente o que as políticas em que estão inseridas são capazes de oferecer e aproveitam esse recurso, o concebendo como uma oportunidade de melhorar. Sabem, também, que as oportunidades são restritas para quem passou pelo longo tempo da maternidade e pretende agora “pensar em si”.

O gênero se manifesta de forma muito distinta para os jovens solteiros e as que são casadas, pois para essas o estudo e/ou o trabalho deve ser conciliado com as obrigações domésticas a qualquer custo, já que a família e filhos sempre são tidos como prioritários. Ademais, para esses o gênero se expressa nas melhores ou piores condições de inserção em postos formais nos mercados de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tratou das Políticas de Geração de Trabalho e Renda implementadas no município de Campos dos Goytacazes, as quais envolvem ações municipais e federais, a partir das representações dos seus gestores e participantes. Assim, buscou responder as seguintes questões: Como as políticas representam o mercado de trabalho e a qualificação; como são ajustadas em Campos; como incluem o gênero feminino nesses quadros; como as mulheres avaliam e se apropriam desse recurso; e quais seus resultados.

Os dados obtidos apontam para o fato das políticas serem ajustadas de uma maneira específica e moldadas pelas representações que os gestores têm acerca dos mercados de trabalho e das qualificações que são ofertadas. As políticas de geração de trabalho e renda são fragmentadas, não possuindo assim um espaço para sua articulação. Isso faz com que existam divergências e conflitos entre as próprias ações da prefeitura, por exemplo.

Nesse sentido a secretaria de trabalho e renda promove cursos que visam à inserção dos participantes nos mercados formalizados de trabalho, e em contrapartida a Secretaria de Família e Assistência Social cursos voltados para o público dessa política (Assistência) que visam os mercados não formalizados. Existe, dessa forma, uma dissonância do que se considera uma boa política por parte dos gestores que atuam nesses espaços.

Ademais, foi possível perceber que o PRONATEC, como uma política voltada a qualificação busca unificar uma série de programas que já vinham sendo executados sem, no entanto, os modificar, mas amplia sua oferta e tem democratizado o acesso a estudantes de escolas públicas e trabalhadores. Um desses programas englobados pela política é a modalidade de formação inicial e continuada que compõe o PRONATEC Brasil sem miséria. Para os gestores locais, essa política é altamente centralizada em sua coordenação o que causa alguns problemas relativos à burocracia e dificuldades para a tomada de decisões.

O apontamento de que são políticas fragmentadas não deixa obscurecer o fato de que concebem a qualificação como a solução para o problema do desemprego, ou seja, continuam a responsabilizar o indivíduo por seus fracassos em se inserir nos mercados de trabalho. Ao fazerem isso desconsideram as dinâmicas desses, o contexto local de absorção da força de trabalho e quem são os

participantes das políticas, por que as buscam e o que esperam dessas. Nesse sentido, há a representação de que os benefícios sociais acomodam e fazem com que, principalmente as mulheres não queiram trabalhar.

Da mesma forma, o sucesso dos cursos não se mensura pela adequação aos mercados ou inserção dos alunos nesses. Assim, não existe em nenhuma das políticas uma base de dados que permita avaliar o grau de inserção dos egressos. E o critério de seleção dos cursos se dá por convicções pessoais do que é ou não importante, em conversas e outros. Existe um desconhecimento e carência de estudos acerca dos mercados formalizados e/ou não.

No entanto, claramente os espaços de oferta dessas políticas são lugares onde se cultiva o sonho da oportunidade, que pode significar a possibilidade de “melhora”, ou de inclusão social, tida como meio de alcançar algum rendimento. O que para a secretária de trabalho e renda chama-se de dignidade, ou seja, algum dinheiro que se possa alcançar por meio do trabalho.

Apesar das Políticas de Geração de Trabalho e renda serem transversais, com ações em diferentes ministérios e perpassando as políticas de assistência social, educação e trabalho e renda, inexistem uma articulação entre essas. Assim, um problema detectado pelos gestores é a ausência de escolaridade por parte das mulheres que buscam a assistência, mas não há nenhuma ação complementar no sentido de pensá-las conjuntamente. O PRONATEC, por exemplo, implementa ações no âmbito da educação e da assistência e no entanto, há uma cisão explícita entre essas. Os cursos FIC se assemelham muito mais aos de inclusão produtiva, ainda desenvolvidos pela prefeitura por meio SMFAS que aos técnicos. Da mesma forma, a separação e representações dos participantes das duas modalidades do PRONATEC se distanciam em vários aspectos.

Para os participantes do PRONATEC essa política democratizou o acesso aos cursos, antes restritos a quem podia pagar. Eles percebem que a qualificação ofertada é uma forma de obtenção de um certificado que pode colaborar na inserção em um emprego que garanta estabilidade econômica. Porque há a percepção de que os cursos técnicos garantem inserção rápida nos mercados formais de trabalho. Isso, apesar de manifestarem que nenhum curso consegue propiciar as experiências necessárias para os mercados de trabalho. Existe, nesse caso, a compreensão das flutuações e conhecimentos de como se estruturam e das dificuldades nos mercados de trabalho.

Assim são vistos como uma ponte para a graduação e para uma melhora de qualidade de vida, que se traduz em alcançar uma condição confortável e estável para que se possa ajudar, também, aos pais. Nesse sentido, percebe-se a presença de um valor que se divide e é transmitido entre as gerações, em relação ao estudo como meio de se alcançar um padrão digno de vida.

Comum entre todos os participantes das políticas está à utilização dos cursos de maneira instrumental e a concepção de que são oportunidades de maximizarem os conhecimentos e “melhorarem” em algum sentido. Para as mulheres que os buscam pela política de assistência e também pela SMTR melhorar é conquistar independência financeira, o que significa não depender de terceiros, principalmente de maridos para o mínimo que se deseja e necessita, ou seja, obter um “dinheirinho”.

Há a preponderância em todos os entrevistados de que é preciso “correr atrás”, o que indica a manifestação de um valor ético do trabalhador urbano, que indica a necessidade de não ficar parado e de se fazer através do esforço, que não necessariamente é individual, mas intergeracional. Se trata, portanto, de otimizar as oportunidades oferecidas. Assim, os cursos são um meio de criarem, redes e contatos e circularem em busca de melhores opções.

Interessante notar que a fuga das aulas teóricas pelas mulheres que participam do programa “Mulheres Mil”, novamente reitera que os participantes se utilizam dos cursos instrumentalmente segundo suas necessidades. Existe uma percepção do funcionamento dos mercados, das dificuldades em relação aos riscos dos mercados não formalizados (nos quais procuram fixar-se) e das expectativas quanto suas inserções. Não se tem ali a perspectiva de mudar de vida, mas de construir algo seu, com poucos recursos, mas que as façam “independentes”. Não existe o sonho de autonomia. Diferentemente dos jovens do PRONATEC, as mulheres buscam os cursos para aprofundar algum conhecimento que já detenham.

Quanto às possibilidades de inserção feminina nos mercados de trabalho são determinadas pelas representações dos gestores e pela própria trajetória de vida as mulheres que buscam os cursos. Assim, percebe-se que as políticas desenvolvidas em Campos em relação à questão de gênero permanecem irrefletidas. Nesse caso, a transversalidade não se aplica, o que faz com que, pela SMTR manifeste a crença de acomodação pelos benefícios, ou seja, é explícito um desconhecimento em relação as atividades domésticas efetuadas por mulheres relativas ao cuidado seja

com a casa ou à filhos e marido na determinação dos cursos que buscam e nas expectativas dessas com relação as políticas. Da mesma forma, o fato da Assistência Social ser majoritariamente composta por mulheres continua sendo impensado.

Essa política, compreendida ainda como um favor, e não como um direito social diz centrar-se legalmente sobre a família. Mas, na medida em que entende essa como o espaço privilegiado do cuidado acaba por enfatizar o trabalho não pago da mulher, mantendo essa na esfera reprodutiva e o do homem na produtiva. Da mesma maneira, como sua construção no país se deu por um processo de avanços e retrocessos que se arrasta até os dias atuais e por ser tomada como uma política focalista e uma benesse subentende-se que apenas as mulheres a busca, já que podem se sujeitar a pedir em prol da família. Mantém-se, assim, a configuração de que o homem é o provedor do lar e não deve solicitar favores. Isso se expressa quando os gestores alegam existir um preconceito em relação aos homens que frequentam tal política.

Desse modo, são ofertados cursos que dispensam estudo do mercado de trabalho porque acreditam que as mulheres gostam e procuram sempre os tradicionais “femininos”. Reforçam os papéis atribuídos socialmente a homens e a mulheres, os naturalizando. Assim, não rompe e nem busca romper com a privatização das mulheres ao ambiente doméstico.

De qualquer forma, para as mulheres participantes os cursos, eles são ótimos espaços de socialização e amizade. Reconhece que sair de casa para alguma atividade é necessário para distrair e melhorar a autoestima depois que se cuidou dos filhos. Existe o entendimento comum a todas as mulheres que depois que se criaram os filhos é hora de agir sua própria vida. É evidenciada uma abnegação dessas mulheres em prol sempre do casamento e dos filhos, ainda que saiam para trabalhar fora de casa.

Nesse sentido um filho nunca é visto como um entrave para suas realizações, apesar de reconhecerem que o nascimento de uma criança exige uma pausa e dedicação ao seu cuidado. Desse modo, há a predominância do sentimento de culpa entre aquelas que precisam sair para trabalhar. Assim, elas se satisfazem pela realização e sucesso dos filhos e os fracassos desses são seus também. O cuidado como uma atividade exercida majoritariamente por mulheres é responsável pelo refreamento dos desejos femininos e impedimento das realizações pessoais, além de

evidenciar o grande período que a maternidade ocupa em suas vidas.

Desse modo a divisão sexual do trabalho não se altera, estando, também, presente entre as jovens dos cursos técnicos que são casadas e/ou mães a concepção de que homens e mulheres tem tarefas distintas. Por parte das participantes há o reforço dos papéis de gênero, já que ressaltam ser preciso saber conciliar as tarefas de casa, ou que chamam de “obrigações”, com os estudos ou o trabalho. Assim, somam-se jornadas de trabalho. Além disso, assim como os gestores manifestam a concepção de homem provedor, mulher ajuda ao lar.

Ademais, os cursos servem para a superação do status, ou melhor, de um estigma, principalmente pela condição de domésticas ou “do lar”, assim elas se realizam ao descobrirem que podem exercer outras atividades e ter um título, por exemplo, de confeitadeira, ou padeira, ou artesã. Nesses casos os certificados não são tão valorizados quanto o que é para os alunos dos cursos técnicos. Mas importante que um “papel” é o “saber fazer”. Assim, a estratégia perseguida pelas mulheres é sempre “melhorarem” e alterarem esse estigma.

Sinaliza-se, desse modo, a necessidade de se incorporar a perspectiva de gênero pelas políticas no município estudado a fim de que possam compreender seus participantes como atores sociais que podem contribuir para a avaliação e alterações que se façam necessárias de serem tomadas por essas, como ajustes em relação a objetivos e metodologias dos programas. Bem como, a adesão dessa perspectiva pode propiciar melhor conhecimento das ações e práticas das mulheres, compreendendo seus determinantes e questões sociais e históricas, de modo a otimizar os resultados dessas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. R. DE P.; SORJ, B. Subcontratação e trabalho a domicílio: a influência do gênero. In: MARTINS, H. H. T. DE S.; RAMALHO, J. R. (Orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: Hucitec/CEDI, 1994.

ALMEIDA, Érica T. Vieira. O Programa de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes: limites e contradições. *Vértices*, Campos dos Goytacazes: CEFET Campos, v.11, n.1, p. 87-108, jan/dez, 2009. Disponível em: < <http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/issue/view/3> > Acesso em: 20/07/2014

ARRETCHE, Marta T. S.. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 14, n. 40, June 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091999000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20/07/2014

BARROS, Ricardo Paes de.; CARVALHO, Mirela de. Políticas Ativas de Emprego e Renda. In: *Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 19/11/2002. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_20j.pdf > Acesso em: 24/05/2014

BOLTANSKI, L; BOURDIEU, P. Le titre et le poste. *Rapports entre le système de production et le système de reproduction*. Actes de la recherche en sciences sociales, 2, 95-107, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 05/06/2014

BRASIL. MTE; OIT. Agenda nacional de trabalho decente. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Escritório da Organização Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=237> Acesso em: 15 de jan de 2015

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As Políticas Ativas de Mercado de Trabalho no Mercosul. *Rev. Estudos Avançados*, [online], vol.19, n.55, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300007 > Acesso em: 20/05/2014

CAMPOS, Marta Silva e TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, Família e Proteção Social: As desigualdades fomentadas pela Política Social. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010

CARLOTO, Cássia Maria e MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Rev. Estud. Fem.*, Ago 2010, vol.18, no.2, p.451-471.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAHAD, J. P. Z. Políticas ativas e passivas no mercado de trabalho: aspectos conceituais, a experiência internacional e avaliação do caso brasileiro. Texto elaborado para o convênio Cepal/Pnud/OIT, junho. São Paulo, 2006. Disponível: <http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/politicasativasepassivasnomercadodetrabalhochahad.pdf>. Acesso em: 12/12/2014

_____Regulação do Mercado de Trabalho, Proteção Social Básica e o Diálogo Social, 2006a (Convênio CEPAL/PNUD/OIT - *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano*).

COSTA, Suely Gomes. Movimentos Feministas, Feminismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, [online], v.12, n. Especial. setembro/dezembro, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/10221> > Acesso: 7/06/2014

EINAUDI, Enciclopédia. *Parentesco*. *Imprensa Nacional*, v.20, 1989.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, Sept. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451991000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Ago. 2014.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega. Política Pública de Emprego: um recorte da realidade norte-rio-grandense. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2ed, 2005, São Luis. *Resumo*. Maranhão, 2005.p.8.

GUIA MULHERES MIL. PRONATEC BRASIL sem Miséria Mulheres Mil. MEC, MDS: 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/documentos/cartilha_mulheres_mil%202014_editado.pdf. Acesso em: 10/06/2014

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Introdução. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya A.(Orgs). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, 1-11.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, [online], v.37, n.132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742007000300005&script=sci_arttext > Acesso em: 25/05/2011

HIRATA, Helena. A precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. *Rev. Sociologias*, Porto Alegre, v.11, n.21, jan./jun.2009, p.24-41.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico, 2000

_____. Censo Demográfico, 2010.

_____. *Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar*, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. V:1, Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/140930_bps22.pdf. Acesso em: 15/09/2014

LAUTIER, B. & PEREIRA, J. M. “Representações Sociais do Mercado: empregadas domésticas e operários da construção na América Latina.”. In: *Cadernos CRH*. n, 21, Salvador 1994. Pp. 125 – 151.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos pagu*, nº26, janeiro-junho de 2006: pp.405-430.

MACHADO, Danielle Carusi e NETO, João Hallak. Políticas ativas e passivas de mercado de Trabalho: panorama atual. In: Centro de Estudos sobre Desigualdades e Desenvolvimento da UFF, Niterói, Texto para discussão, abril de 2011. Disponível em: <www.proac.uff.br/cede> Acesso em: 24/05/2014

MACHADO. Lia Zanotta. “Estudos de Gênero: para além do jogo entre intelectuais e feministas”, In: SCHPUN, Mônica Raísa (org). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre as mulheres e relações de gênero*. Florianópolis. Editora Mulheres, 1997. Mamani, 2004

MAMANI, Hernan Armando. *Vida Metropolitana e Transporte Informal: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90*. 2004. 421 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Cap. 10.

MAMANI, Hernan Armando.(Relatório Final de Pesquisa). *Economia Informal, mercado de trabalho e Políticas Públicas no Norte-Fluminense*. 2010. UFF/ESR/NETRAD

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIOTO, R. C. T. A centralidade da família na Política de Assistência Social: contribuições para o debate. In: *Revista de Política Pública*. São Luis: EDUFMA, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2004.

MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. In: In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya A.(Orgs). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, 29-43.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. *Representações sociais*. In: STREY, M. N. et al. *Psicologia social contemporânea*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PEREIRA, Rosângela Saldanha; RAMBLA, Xavier; SILVA, Kamila Paceliuka; CIRIACO, Cássia Daiane. Transversalidade de Gênero e Políticas Sociais no orçamento do Estado de Mato Grosso. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n.2, maio/agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/14938>> Acesso em: 28/05/2014

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Crise urbana e novas imagens do trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário. In: Encontro nacional da ANPOCS, XVIII, 1994, Caxambu (MG).

RIBEIRO, Natália Soares. Política de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes: estudo das representações sobre o gênero. 2011. 65 f. Monografia (Bacharel) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010349792008000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de jan. 2015.

SANTOS, W. G. Cidadania e justiça : a política social na ordem brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SARTI, Cynthia. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, M. Gênero sem fronteiras – oito olhares sobre mulheres e relações de gênero. Florianópolis, Editora Mulheres, 1997

_____. A *Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. 3ª edição. São Paulo: Editora Cortez; 2005.

SCOTT, Joan. Gender: An Useful Category of Historical Analyses. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya A. (Orgs). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, 103-116.

TRONTO, Joan C. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade & Estado* [online], v. 22, n. 2, p. 285-308, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/03.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Vandenbergh, Frédéric. “O real é relacional”: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu. Cadernos Sociófilo, IESP –UERJ, 2011.

ZELIZER, Viviana. A economia do care. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya A. (Orgs). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012, 15-28.

APÊNDICES

I ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS GESTORES

I – QUESTÕES

- 1- Quais as Políticas de Geração de Trabalho e Renda existentes em Campos e como elas funcionam?
- 2- Qual o objetivo das mesmas?
- 3- O que faz esse programa? Quais seus objetivos?
- 4- Quais os cursos mais procurados?
- 5- Quais seus problemas e avanços?
- 6- Quando começou a ser desenvolvido em Campos?
- 7- Esse Programa já trouxe alguns resultados? Quais os resultados esperados?
- 8- Quais os cursos desenvolvidos?
- 9- Como são avaliados os cursos oferecidos? Você considera que atenda as necessidades do mercado de trabalho?
- 10- Há algum estudo prévio das demandas do mercado de trabalho local para a implantação dos cursos?
- 11- Qual o perfil dos alunos (perfil sócio-econômico, sexo por cursos)? Qual você considera ser o perfil do PRONATEC? E da Inclusão Produtiva?
- 12- Você considera que o PRONATEC traz mudanças aos demais programas de qualificação profissional implementados pelo Governo Federal e pela prefeitura? Quais?

- 13-** Você recebe alunos oriundos dos programas da Assistência Social? Em geral que cursos buscam?
- 14-** Quais são as chances reais de aproveitamento do curso, ou seja, existe alguma planilha de quantos alunos se inserem no mercado de trabalho? Há alguma parceria com as empresas?
- 15-** E as mulheres? Existe algum dado de quais os cursos que elas mais procuram?
- 16-** Como você avalia a inserção das mulheres no mercado de trabalho a partir dos cursos oferecidos?
- 17-** Qual o perfil dessas mulheres?
- 18-** Há alguma avaliação da gestão? Existem reuniões sistemáticas da coordenação, professores?
- 19-** Pra você como deveria ser uma boa política de geração de trabalho e renda?
- 20-** Há algum conselho ou participação dos usuários nas Políticas de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes?

II – IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Instituição de trabalho:

Profissão:

II ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PARTICIPANTES DAS POLÍTICAS

I - AVALIAÇÃO

- 01 – Como classifica essa Política de Geração de Trabalho e Renda?
- 02- Por quê?
- 03- De qual curso você participa?
- 04- Por que escolheu esse curso?
- 05- Você gosta de participar do curso?
- 06- Como você foi encaminhado a esse curso? Como chegou até aqui?
- 07- Por que procurou um curso de qualificação profissional? Que benefícios este curso trará a você?
- 08- Você acredita que depois desse curso estará preparado para o mercado de trabalho? Por quê?
- 09- Você acredita que após o curso será inserido no mercado de trabalho? Por quê?
- 10- O que considera bom no curso?
- 11 – Como considera a estrutura física oferecida pelos cursos?
- 12- Você gosta das matérias do curso? Por quê?
- 13–Existe alguma organização por parte dos alunos para reivindicar seus direitos ou algum representante? Tem acesso a coordenação?

II - TRAJETÓRIA PESSOAL

- 13- Como é ou era sua vida antes de participar dos cursos? O que você fazia ou faz?
- 14- Como funciona a divisão de tarefas domésticas na sua casa?
- 15 – Como acredita que será sua vida depois do curso?
- 16- O que espera daqui pra frente?

III - PERFIL

17- Sexo:

18- Idade

19- Religião:

20- Bairro de Moradia

21- Etnia auto-declarada

22- Qual sua renda em salários mínimos?

23- Você tem filhos? Quantos?

24- Qual seu estado civil?

25- Qual sua composição Familiar?

26- Qual sua escolaridade?

27- Você gostaria de continuar estudando? Por quê?

28- Você contribui para o INSS?

29-Você possui algum vínculo empregatício? Qual?

30- Algo mais que gostaria de relatar?